



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**LUCIANO ANDRADE DE SOUZA**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM OCUPAÇÕES NO  
MUNICÍPIO DE BENEVIDES/PA: Interfaces entre rural e urbano**

**BELÉM  
2011**

**LUCIANO ANDRADE DE SOUZA**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM OCUPAÇÕES NO  
MUNICÍPIO DE BENEVIDES/PA: Interfaces entre rural e urbano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Goretti da Costa Tavares, como condição para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

**BELÉM**  
2011

## **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

**(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)**

---

**Souza, Luciano Andrade de**

Produção do espaço em ocupações no município de Benevides/PA: interfaces entre rural e urbano / Luciano Andrade de Souza; orientadora, Maria Goretti da Costa Tavares. – 2011.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2011.

1. Ocupações. 2. Modo de vida urbana - Benevides (PA). 3. Modo de vida rural - Benevides (PA). 4. Espaço sócio-político. I. Título.

**CDD - 22. ed. 307.26098115**

---

**LUCIANO ANDRADE DE SOUZA**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM OCUPAÇÕES NO  
MUNICÍPIO DE BENEVIDES/PA: Interfaces entre rural e urbano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Goretti da Costa Tavares, como condição para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Goretti da Costa Tavares – PPGEO (Orientadora)

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira – PPGEO (Co-orientadora)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra - NEAF-UFPA  
(Examinador Externo - UFPA)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Gláucio José Marafon – Geografia – UERJ  
(Examinador Externo - UERJ)

*Àquela que em memória faz parte intimamente de minhas ansiedades, pensamentos (presentes e ao longe) e afirmações de atitudes: **Márcia Cunha**. Eterna amiga que num esforço mais que profundo encantou com sua inteligência e humanidade; sempre séria nas coisas importantes e descontraída nas mais exuberantes e não menos importantes - **as da amizade**. Seu exemplo me serve e segue por toda vida.*

## AGRADECIMENTOS

*Pode rir agora que o fio da maldade se enrola, pra nós todo amor do mundo pra eles, o outro lado, eu digo mal-me-quer, ninguém escapa ao peso de viver assim, ser assim.*

### *Los Hermanos*

*O que importa é ouvir a voz que vem do coração, pois seja o que vier, venha o que vier; qualquer dia amigo eu volto pra te encontrar; qualquer dia amigo (a) a gente vai se encontrar.*

### *Milton Nascimento*

*Se é muito pouco vou dar minha atenção, cândidas mudanças me perseguirão...  
Era o máximo do meu máximo ou não...  
Se é muito cedo vou dar minha atenção,  
Cândidas mudanças me perseguirão...  
Era o máximo do meu máximo ou não...*

### *Druques*

Início essa página com tais fragmentos não à toa, mas com uma intencionalidade que me enche o peito em lembrar...coisas da amizade. Sei que parece difícil entender pra quem está lendo, mas são fragmentos que me reportam a alguém (no singular) em especial: Márcia Cunha. Exemplo de ser humano que em muitos momentos me mostrou que sermos nós mesmos sem inveja e cobiça é a melhor opção (qualquer dia amig[a] a gente vai se encontrar).

Agradeço a Deus, essa energia sublime e material que nos rege a todo o momento. Àqueles que nunca perderam a confiança em mim, minha família (pai – José-, mãe – Arlete-, dois irmãos – Marcelino e Rafael -; e, agora, um sobrinho “mala” – Caio). Aos amigos do curso de pós-graduação, especialmente Mauro e Albenize (bons momentos àqueles em “Nikiti”, hein?).

Aos professores do PPGEIO, em especial Dr<sup>a</sup> Goretti, minha amiga e orientadora, sua confiança me deu muita força! À prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Janete, minha co-orientadora. À UFPA por me proporcionar novamente estar em contato com a pesquisa. Ao PPGEIO, em

especial à figura da Marlene (secretária), por tanta paciência e competência e ao Drº Nahum, sério e descontraído e cheio de ideais positivos a alcançar.

Aos amigos da graduação, que nunca perderei contato, Nilberto, Padinha, Lorena, Mario (Mareco) e tantos outros. À minha nova amiga Andréia Lira, que me ajudou muito com os mapas da presente pesquisa. À Fernanda Kiyome que me ouve e entende (a fio) sempre que entro em contato.

Aos amigos de Benevides Douglas, Anaise, Socorro, Raphael, Raimundo, Genni, Damião (que me salvava quando meu PC ficava OFF), ao Gil “moreno” e tantos outros.

Aos amigos de Belém: Fanny, Andrei, Isabelle (três irmãos “massa”!!!), à amiga Sinara (esposa do Doug). À Marly e sua mãe Dulce.

À CAPES pelos 6 meses de bolsa, muito bem empregados na referida pesquisa. E, por fim, à vida e a saúde, pois sem isso não dá pra fazer nada.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 ACERCA DO ESPAÇO URBANO E RURAL NA AMAZÔNIA: NOÇÕES TEÓRICAS.....</b>	<b>21</b>
2.1 O ESPAÇO RURAL AMAZÔNIDA EM ANÁLISE: APROXIMANDO UMA DEFINIÇÃO.....	23
2.2 O ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA: DEFININDO UMA TEORIZAÇÃO.....	33
..	
2.2.1 A cidade amazônida.....	36
2.2.2 Organização técnica do espaço urbano amazônida e a necessidade de uma rede urbana.....	40
<b>3 O MODO DE VIDA URBANO E RURAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....</b>	<b>44</b>
3.1 SOBRE A NATUREZA DO MODO DE VIDA.....	44
3.2 O MODO DE VIDA URBANO: UMA DEFINIÇÃO TEÓRICA.....	46
3.3 O MODO DE VIDA RURAL: ASPECTOS DE UMA COTIDIANIDADE EM MUTAÇÃO.....	50
3.4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICA.....	54
<b>4 PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE BENEVIDES: DE COLÔNIA AGRÍCOLA A MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (RMB).....</b>	<b>58</b>
4.1 – DE ESPAÇO COLONIAL A MUNICÍPIO DA RMB.....	58
4.2 – CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO MUNICIPAL BENEVIDENSE.....	64

<b>4. 2. 1 - As ocupações influenciando na organização espacial.....</b>	<b>67</b>
--	-----------

<b>5 PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS OCUPAÇÕES Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO EM BENEVIDES/PA: INTERFACES ENTRE RURAL E URBANO.....</b>	<b>77</b>
---	-----------

5.1 - O MODO DE VIDA URBANO E RURAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS OCUPAÇÕES Ns <sup>a</sup> . Sr <sup>a</sup> . DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO.....	77
---	----

5.2 – A MATERIALIDADE E OS HÁBITOS E COSTUMES RURAIS E URBANOS.....	91
---	----

5. 3 - A PROCEDÊNCIA DOS MORADORES DAS OCUPAÇÕES.....	99
---	----

5.4 – A EXPRESSÃO DO MODO DE VIDA RURAL E URBANO NAS COMUNIDADES Ns <sup>a</sup> . Sr <sup>a</sup> . DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO.....	107
---	-----

5.5 – O PODER PÚBLICO E SUA (NEG)AÇÃO JUNTO ÀS OCUPAÇÕES Ns <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO.....	118
---	-----

5.6 – A PRODUÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO ESPAÇO NAS OCUPAÇÕES Ns <sup>a</sup> . Sr <sup>a</sup> . DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO.....	122
--	-----

<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
------------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>130</b>
-------------------------	------------

<b>APÊNDICES.....</b>	<b>134</b>
-----------------------	------------

## RESUMO

O município de Benevides, localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB), está circunscrito em uma realidade espacial que sofre forte influência de um movimento migratório vindo no sentido Belém – Santa-Isabel do Pará. Este contribuiu, a partir do ano 2000, para o surgimento de inúmeras ocupações em Benevides, notadamente, em função de algumas características já existentes neste município, tais como: terrenos sem produção efetiva; menores índices de violência (se comparado aos de outros municípios da RMB) e muitas áreas verdes. Nesse sentido, o espaço benevidense cresceu dando lugar a inúmeras ocupações que surgiram em meio aos espaços urbanos e rurais. Dentre elas, as ocupações Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de Agosto (que foram selecionadas como realidades empíricas do presente trabalho). Estas não possuem definidos seus conteúdos sócio-espaciais como urbanos ou rurais; apresentam-se como uma interface desses dois conteúdos, devido suas inúmeras especificidades. Partindo dessa problemática, o presente trabalho objetivou analisar de modo geral como vem sendo produzido o espaço nas ocupações Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de Agosto, sobretudo no que diz respeito à interface entre o modo de vida urbano e rural presente na cotidianidade dos habitantes de tais espaços. Por meio da pesquisa/análise bibliográfica e documental, de observações sistemáticas, entrevistas e análise do discurso, os resultados permeiam definições que mostram tais ocupações como espaços de intensas trocas de hábitos e costumes urbanos e rurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ocupações - Produção do espaço - Modo de vida urbano - Modo de vida rural - Espaço sócio-político – Benevides.

## ABSTRACT

The Benevides city located in the metropolitan region of Belem (RMB) is confined within a spatial reality which has strong influence of a movement coming towards Belém - Santa Isabel do Pará This contributed, from the year 2000, for emergence of numerous occupations in Benevides, especially in the light of some existing features in this city, such as: land without effective production and lower rates of violence (as compared to other municipalities in RMB) and many green areas. In this sense, the space grew benevidense giving rise to numerous occupations that emerged amid urban and rural areas, among these occupations Ns<sup>a</sup>. Ms. Carmo and Four of August (which were chosen as empirical realities of this work), they have not defined its contents as socio-spatial urban or rural, are presented as an interface of these two contents, because its many peculiarities. From this issue we present to understand broadly how the space is being produced in occupations Ns<sup>a</sup>. Ms. Carmo and Four of August, especially with regard to the interface between urban living and rural present in everyday life of people who inhabit these spaces. Through the research / literature review and documentary, systematic observations, interviews and discourse analysis, the results show that permeate settings such occupations as spaces for intense exchange of customs and habits urban and rural.

**KEYWORD:** Occupations. Production of space - Urban living – Rural living – Benevides - Socio-political space.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BENEVIDES.....</b>	<b>14</b>
<b>FOTOGRAFIA 1 – ANTIGO ENGENHO SANTA SOPHIA.....</b>	<b>60</b>
<b>FIGURA 1 – REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.....</b>	<b>66</b>
<b>CARTA IMAGEM 1 – OCUPAÇÃO MOACIR GERÚNDIO.....</b>	<b>67</b>
<b>GRÁFICO1 – SENSO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE BENEVIDES (2000).....</b>	<b>69</b>
<b>GRÁFICO 2 - SENSO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE BENEVIDES (2010).....</b>	<b>69</b>
<b>FIGURA 2 – OCUPAÇÃO QUATRO DE AGOSTO.....</b>	<b>70</b>
<b>CARTA IMAGEM 2 – OCUPAÇÃO ANA JÚLIA CAREPA, BOM JESUS E BOA ESPERANÇA .....</b>	<b>72</b>
<b>CARTA IMAGEM 3 – OCUPAÇÃO Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> DO CARMO.....</b>	<b>78</b>
<b>CARTA IMAGEM 4 – OCUPAÇÕES Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO.....</b>	<b>79</b>
<b>FOTOGRAFIA 2 – IGREJA EVANGÉLICA.....</b>	<b>85</b>
<b>FOTOGRAFIA 3 – BAR E COMÉRCIO.....</b>	<b>86</b>
<b>FOTOGRAFIA 4 – RESIDÊNCIAS PRÓXIMAS A ÁREAS VERDES.....</b>	<b>90</b>
<b>FOTOGRAFIA 5 – RESIDÊNCIA DE BARRO.....</b>	<b>92</b>
<b>FOTOGRAFIA 6 – RESIDÊNCIA DE BARRO.....</b>	<b>93</b>
<b>FOTOGRAFIA 7 – FORNO DE CARVÃO.....</b>	<b>94</b>
<b>FOTOGRAFIA 8 – MÁS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.....</b>	<b>97</b>

<b>FOTOGRAFIA 9 – PRECARIIDADE DAS RESIDÊNCIAS.....</b>	<b>97</b>
<b>QUADRO 1 – PROCEDÊNCIA DOS MORADORES.....</b>	<b>100</b>
<b>QUADRO 2 – PROCEDÊNCIA DOS MORADORES.....</b>	<b>101</b>
<b>FOTOGRAFIA 10 – RESIDÊNCIA PRÓXIMA A ÁREAS VERDES.....</b>	<b>103</b>
<b>FOTOGRAFIA 11 – RESIDÊNCIA COM DIVERSIDADE DE CULTURAS PLANTADAS.....</b>	<b>108</b>
<b>FOTOGRAFIA 11 – RESIDÊNCIA COM PLANTAÇÃO DE MANDIOCA.....</b>	<b>109</b>
<b>GRÁFICO 1 – TIPO DE REMÉDIO .....</b>	<b>109</b>
<b>QUADRO 3 – TIPO DE TRABALHO.....</b>	<b>112</b>
<b>FOTOGRAFIA 12 – RESIDÊNCIA COM POÇO DE BOCA.....</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*O espaço geográfico também é uma instância concreta onde os anseios presentes de uma dada materialidade mínima estão postos rumo ao “alimento” daqueles que necessitam mais e (sobre)vivem em tal espaço. São inúmeras as situações em que não são sanadas tais necessidades deixando parte de um conteúdo social à mercê de misérias (psicológicas e materiais) e situações paupérrimas.*

*Aquele que mora no espaço usufrui de situações díspares as quais incluem riquezas e momentos difíceis. É preciso ter astúcia ao se lançar nessa “floresta social” de capturas e perdas. Nunca foi fácil permanecer e estabelecer residência em pontos onde a presença da burocracia é resistente e se mantêm como “imperador concreto”.*

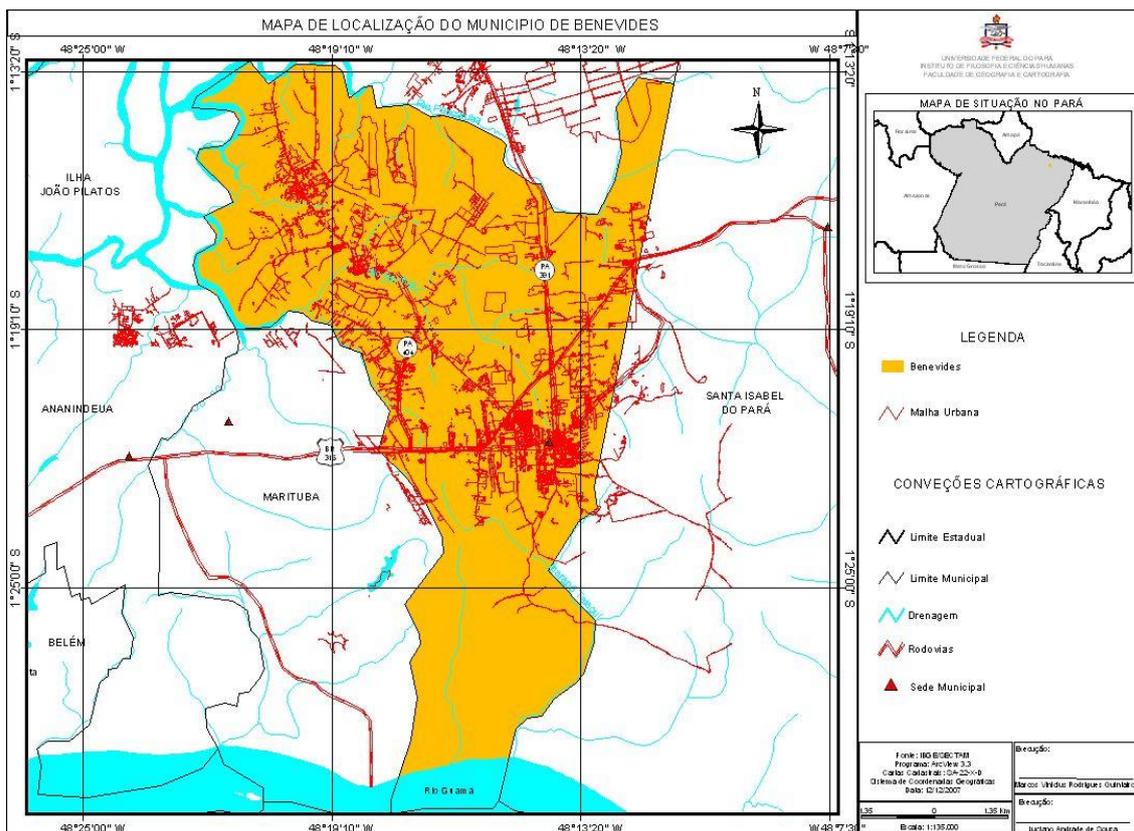
*Aos que tem menos condições materiais resta a “luta” organizada, aquela que advém da astúcia do dia-a-dia, do cotidiano sofrido e das inúmeras criatividade desenvolvidas por esses que nas horas mais difíceis da vida colocam sua arte (da sobrevivência) em prática.*

*Luciano Souza*

Rumo ao encontro de realidades tão desiguais presentes no espaço geográfico, lançamos um olhar analítico sobre o município de Benevides, o qual se situa na Região Metropolitana de Belém (RMB). Na realidade geográfica benevidense, estão presentes espaços ditos urbanos, assim como outros ditos rurais. Segundo consta na pesquisa de Souza (2007), os espaços urbanos incluem, aproximadamente, dezesseis bairros, enquanto que os rurais ainda não têm uma definição exata de sua configuração.

Não é difícil notarmos nesse município, por exemplo, uma “confusão” presente nos referidos conteúdos sócio-espaciais (rurais e urbanos); principalmente, quando nos utilizamos do recurso da leitura da paisagem, não somente de sua materialidade, mas também de sua instância social.

Os conteúdos sócio-espaciais urbanos e rurais se mesclam num movimento em que é difícil identificarmos “num puro olhar” em que estão presentes os elementos que denunciam ora o urbano ora o rural. O mapa 1 abaixo mostra a localização de Benevides dentro da área de influência da RMB.



Mapa 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BENEVIDES

Fonte: LAIG/UFPA- Laboratório de Informações Geográficas, elaborado por Marcos Quinteiros (2007).

No espaço que corresponde ao município de Benevides, a partir do ano de 2000, novos espaços de ocupação surgiram no município causando mudanças na configuração espacial do município, assim como, incorporaram aos hábitos e costumes já existentes novas características que advieram por conta da interação social (SOUZA, 2007).

Nos espaços concernentes às novas ocupações, as políticas municipais e estaduais de infra-estrutura e de serviços encontram empecilhos ao serem aplicadas efetivamente, pois esses espaços estão, dentre outras situações, em condições de irregularidade fundiária (SOUZA, 2007).

Conforme citado anteriormente, a dinâmica dos espaços urbanos e rurais em Benevides começa a apresentar novos elementos a partir do ano 2000, quando diversas ocupações começam a surgir na configuração espacial político-administrativa do município. Nesse bojo, seu espaço urbano, assim como o rural, se expande devido ao aumento do número de ocupações e se enriquece em termos de trocas de experiências de pessoas vindas de um movimento migratório oriundo em grande parte da RMB e de outros municípios paraenses, bem como de outros Estados do Brasil (SOUZA, 2007).

Dentro de um contexto metropolitano, o espaço geográfico de Benevides recebe influência de municípios como Ananindeua, Marituba e da capital do Estado (Belém); sobretudo, quando se trata de movimentos migratórios, na medida em que inúmeras pessoas deslocam-se dos referidos municípios em direção a Benevides. No caso de migração com vistas à habitação, ressalta-se que muitos são aqueles que encontram residências com um menor valor de mercado, visto que o solo urbano e rural do referido município possui preços acessíveis, se comparado aos de outros municípios da RMB.

À situação acima exposta, soma-se o fato da existência, nos referidos municípios citados, de espaços urbanos muito adensados, o que influencia, sobremaneira, uma migração (com intuito de habitação) rumo ao município de Benevides, que, ainda, apresenta muitos espaços com certas configurações rurais (baseadas mais precisamente na idéia da dispersão; da não aglomeração; da falta de padronização dos terrenos; ou seja, das características ligadas à paisagem rural) e, de certa forma, sem nenhuma atividade produtiva sendo realizada em tais terrenos, assim como em outras propriedades sem legalização fundiária (SOUZA, 2007).

O foco maior deste trabalho não é analisar o urbano segmentado, mas tentar entendê-lo como parte inseparável na dinâmica do território da Amazônia, o qual envolve, também, estruturas do espaço rural (CASTRO, 2006). Nesse sentido, a dinâmica territorial dos Estados e municípios da Amazônia perpassa pela combinação/mescla entre o conteúdo urbano e o rural, pois esta é uma realidade peculiar ao referido espaço.

A identificação dos elementos (os quais denunciam o misto rural e urbano) nos inúmeros espaços dessa região, assim como, a periodização de sua incorporação, é fundamental para tentarmos nos aproximar de uma definição do que seja o urbano e o rural na Amazônia e, mais precisamente, na realidade empírica do presente trabalho, ou seja, os espaços de ocupação no município de Benevides.

O espaço geográfico urbano e rural do município de Benevides vem sendo incorporado pela dinâmica metropolitana, principalmente no que diz respeito ao movimento migratório, o qual vem sendo significativo nos últimos dez anos (de 2000 a 2010) no referido município. A existência de terrenos e habitações com preços mais acessíveis, a tranquilidade do lugar e de consideráveis áreas verdes, condiciona ou impulsiona, segundo hipóteses desta pesquisa, tal movimento migratório no seguinte sentido: Belém – Santa-Isabel do Pará, passando pelo município de Benevides.

Dessa forma, este trabalho enfatiza um estudo acerca de dois espaços de ocupação no município (Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de Agosto), devido possuírem uma formação recente e, pretensamente, condicionada por um movimento migratório oriundo da RMB.

Sendo assim, é importante analisarmos a dinâmica de formação e a atual situação das referidas ocupações com as seguintes questões:

- a) Como vem sendo produzido o espaço nas ocupações Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de Agosto, sobretudo no que diz respeito à interface entre os modos de vida urbano e rural presentes na cotidianidade das pessoas que habitam tais espaços?
- b) Que dinâmicas têm contribuído para a produção do espaço nas referidas ocupações no município de Benevides, principalmente a partir do ano 2000?
- c) O que define o modo de vida rural e o urbano em Benevides, no sentido de identificar quais são os elementos desses dois conteúdos sócio-espaciais existentes nas referidas ocupações?
- d) Qual a rel(ação) do poder público local com tais ocupações em Benevides?

Acerca das duas ocupações focadas pela presente pesquisa, é importante salientar que elas possuem tempos de formação diferentes, assim como o número de famílias existente nas mesmas; acrescenta-se a tal realidade a natureza dos terrenos ocupados a qual se diferencia, *a priori*, na paisagem: uma localiza-se num espaço mais urbano e a outra num mais rural.

Conforme salientado anteriormente, a RMB apresentou, a partir do ano 2000, um eixo de expansão migratória intensa no trecho Ananindeua – Santa-Isabel do Pará, ao longo da rodovia BR-316. Além dos inúmeros condomínios fechados em fase de construção, no transcurso da referida rodovia federal multiplicaram-se as ocupações irregulares e um número considerável de loteamentos privados.

Essa é uma lógica que obedece aos movimentos migratórios que aumentam progressivamente, fazendo-nos refletir sobre o crescimento urbano da metrópole (Belém) e suas áreas de influência (Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa-Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, ilha de Mosqueiro etc). E, em decorrência desse movimento migratório, também surgem, nos municípios outrora citados, sobretudo nos mais afastados da metrópole, muitos espaços de ocupação.

As ocupações Ns<sup>a</sup> Senhora do Carmo e Quatro de Agosto foram selecionadas como realidades empíricas do presente trabalho devido estarem, numa primeira leitura da paisagem, localizadas em espaços urbanos e rurais, o que nos remete a um maior aprofundamento acerca do referido assunto.

Nesse sentido, tais ocupações configuram-se na paisagem (urbana e rural) benevidense, deixando-nos uma imprecisão a respeito da qualidade de vida das pessoas que habitam tais espaços e de como elas produzem os mesmos, seja a partir de uma lógica que envolve hábitos e costumes urbanos, seja de uma outra que denuncia hábitos rurais.

No tocante à pretensão geral deste trabalho, o mesmo busca entender como vem sendo produzido o espaço nas ocupações no município de Benevides, a saber: nas comunidades Quatro de agosto e Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, sobretudo no que diz respeito ao modo de vida urbano e rural existente nas mesmas.

Para que haja o alcance de tal pretensão alguns objetivos específicos, servem de base para nortear a problemática da presente pesquisa:

- a) Identificar as dinâmicas que têm contribuído para a produção do espaço nas referidas ocupações no município de Benevides, a partir do ano 2000;
- b) Entender o que define o rural e o urbano em Benevides;
- c) Reconhecer quais elementos do rural e do urbano podem ser identificados nas ocupações citadas;
- d) Apreender qual a rel(ação) do poder público local com tais ocupações.

A relevância em se efetuar tal pesquisa está justamente na pouca existência de estudos relacionados às ocupações em Benevides<sup>1</sup>; e mais precisamente, a uma definição ou análise dentro da realidade das mesmas do que seja o rural e o urbano. Não existem estudos em Benevides que mostrem essa realidade aos que procurem por tais informações. Nesse sentido, o esforço empreendido pelo presente trabalho busca justamente contribuir nessa direção, tentando evidenciar um pouco dessa realidade das ocupações em Benevides, mais especificamente de duas (Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de Agosto), expondo (ou tentando apresentar) os conteúdos sócio-espaciais existentes nas mesmas, os quais envolvem realidades urbanas e rurais.

---

Fora realizado pelo um levantamento acerca de trabalhos realizados nas duas ocupações estudadas pelo presente trabalho. Constatou-se que existem alguns trabalhos realizados na temática ambiental, no entanto o tema rural/urbano ainda não havia sido abordado.

A discussão do referido tema em Benevides torna-se inédito, visto que inexistem estudos que façam uma discussão maior sobre o rural e o urbano em Benevides e, mais ainda, dentro da realidade das ocupações, que são muitas nesse município. É justamente por este ponto fundamental que o esforço lançado pela presente pesquisa se apresenta como relevante, não só para estudos de nível médio ou acadêmicos, mas contribui também no que se refere à aplicação de políticas públicas pelo governo municipal, visto que as informações aqui contidas todas possuem uma consistência teórica e prática bem elaboradas e com fonte seguras.

Tendo em vista o foco central do referido trabalho, qual seja: o da interface rural e urbana nos espaços de ocupação em Benevides, utilizamos alguns procedimentos metodológicos os quais puderam dar mais clareza e organização à pesquisa.

A geração de informações primárias acerca das duas ocupações estudadas (Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de agosto), significaram o primeiro procedimento metodológico desta pesquisa, em virtude da necessidade de investigação do campo para a determinação de um referencial teórico-conceitual condizente com o tema e a realidade estudados. Essas informações foram produzidas a partir da realização de 80 entrevistas (semi-estruturadas); das quais, 30 (trinta) foram aplicadas a moradores da ocupação Quatro de Agosto e 50 (cinquenta) a moradores da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo. Além disso, responderam aos questionamentos técnicos da Prefeitura Municipal de Benevides (PMB), a saber: Secretário de Infra-estrutura e Saneamento (SEINF) e representante do Setor de Terras Municipal (STM). Do mesmo modo, foram fundamentais as observações realizadas *in loco*, com base em conversas informais com os moradores das ocupações e também com os referidos técnicos da PMB.

A discussão teórico-conceitual a partir de levantamentos em campo e análises bibliográficas e documental sobre o tema estudado constitui o segundo procedimento metodológico. Para a realização desta etapa, foram realizadas visitas em institutos de pesquisa e secretarias como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); UFPA (Universidade Federal do Pará); NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos); Museu Emílio Goeldi; Comissão Demarcadora de Limites do Estado do Pará; MEP (Museu do Estado do Pará); (SEINF) Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos do Município de Benevides; (CIC) Centro Integrado do Conhecimento, em Benevides; (SMS) Secretaria de Saúde do Município de Benevides; Setor Administrativo de Terras de Benevides (SATB) e Prefeitura Municipal de Benevides (PMB).

A produção de material fotográfico sobre as ocupações, com a intenção de mostrar também na paisagem como se apresenta o urbano e o rural (nas formas geográficas), assim como sua organização e a precariedade infra-estrutural e de serviços as quais esses moradores possuem foi base para o terceiro procedimento metodológico.

Entrevistas estruturadas (com perguntas de caráter subjetivo, parcialmente livre sobre o tema abordado), realizadas com os chefes de famílias das referidas ocupações e com os líderes comunitários denotaram o quarto procedimento metodológico. O procedimento amostral foi definido como base para a realização desta etapa. Dessa forma, foram retirados 20% do total de famílias de cada ocupação como amostra. Ao lançar mão desse artifício, procedemos ao seguinte encaminhamento:

- Na comunidade “Nossa Senhora do Carmo”, que possui 214 famílias, foram aplicadas 50 entrevistas; e
- Na comunidade “Quatro de agosto”, que possui 110 famílias, foram aplicadas 30 entrevistas.

A confecção de material cartográfico sobre as áreas de estudo, constituído de mapas temáticos e cartas-imagem, que mostrem, na paisagem, a forma urbana e rural presente nessas ocupações, significou o quinto procedimento metodológico, objetivando situar essas ocupações no município de Benevides, assim como, localizar o referido município no território paraense.

Por fim, no sexto procedimento metodológico, efetivou-se um minucioso trabalho de análise de dados coletados em campo, com suas devidas correlações e reflexões de cunho teórico, o qual deu origem a quatro capítulos que encerraram a versão final desta pesquisa.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: o **CAPÍTULO 1- ACERCA DO ESPAÇO URBANO E RURAL NA AMAZÔNIA: NOÇÕES TEÓRICAS**, em que são discutidas interpretações teóricas acerca da produção do espaço urbano e rural na Amazônia. Essas discussões reforçam a idéia de um conteúdo sócio-espacial rural e urbano cada vez mais imbricado.

No **CAPÍTULO 2 - O MODO DE VIDA URBANO E RURAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO**, lançamos mão de uma aproximação teórica entre o modo de vida urbano e o rural, que culmina na produção do espaço dessas ocupações. O enfoque teórico com base nessas categorias nos dá suporte para uma discussão acerca dos espaços de ocupação focados no município de Benevides.

O **CAPÍTULO 3 – PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE BENEVIDES: DE COLÔNIA AGRÍCOLA A MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (RMB)** enfatiza uma discussão sobre produção do espaço urbano e rural do município de Benevides, desde sua origem como colônia agrícola, no período da estrada de ferro Belém-Bragança, até sua configuração espacial como município da RMB.

E o **CAPÍTULO 4 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS OCUPAÇÕES Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO EM BENEVIDES/PA: INTERFACES ENTRE RURAL E URBANO** faz referência aos dados coletados em campo, devidamente analisados e correlacionados ao esquema teórico adotado pela presente pesquisa. Nesse sentido, objetivou-se interpretar a realidade das ocupações, outrora citadas, na intenção de verificar hábitos e costumes ligados ora a um modo de vida rural ora a um urbano; a produção do espaço dessas ocupações; a procedência das pessoas que habitam essas ocupações; e sua atual situação sócio-econômica.

Algumas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** foram lançadas no referido trabalho, como resultado das análises dos dados coletados em campo e das observações feitas *in loco*. O estar em campo proporcionou o aprofundamento teórico que foi posto em forma de redação na presente dissertação. Nos **APÊNDICES**, apresentamos os roteiros de entrevistas aplicadas aos informantes.

## 2 ACERCA DO ESPAÇO URBANO E RURAL NA AMAZÔNIA: NOÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo, discutimos importantes interpretações teóricas acerca da produção dos espaços urbano e rural na Amazônia, incluindo discussões que reforçam a idéia de um rural e um urbano cada vez mais imbricados nessa região, deixando transparecer a dificuldade de classificação desses espaços.

*O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – paz, inocência e virtudes simples. À cidade associa-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica.*

WILLIAMS (1989, p. 11)

Naquele que é o abrigo “reina” a estabilidade, mas, quando a insegurança ou a ameaça permeiam os domínios do dominador, o conflito se instaura. Então, o território se expressa como uma construção social baseada em relações de poder. O embate de um ator social frente ao outro, em prol de um recorte do espaço geográfico, torna-se o foco dessas personagens. No espaço geográfico, diversas intencionalidades estão postas, pelos mais variados atores, quais sejam: pessoas, instituições, empresas etc.

Não obstante ao foco maior da análise do território possui em sua origem a definição de uma fração do espaço geográfico delimitado e dominado por um grupo de pessoas que anseiam por abrigo e recursos, existe a consideração de que o território é móvel<sup>2</sup>, fluido, ou seja, ele é momentaneidade (COSTA, 2004). Sendo fluidez, não

---

<sup>2</sup>O território móvel, nesta acepção, significaria aquele território onde não há uma rigidez de estabelecimento, ou seja, existe a possibilidade de um território se espalhar ou deslocar-se para outros horizontes, conforme o movimento dos que o animam, as personagens (pessoas, instituições, empresas,

perderia a essência de sua definição, isto é, a materialidade contínua? Se contiguidade material sempre definiu o território, o que dizer da descontiguidade física dos territórios-rede<sup>3</sup>, os quais possuem nas redes técnicas, principalmente, sua base de sustentação?

Definir uma abordagem conceitual e depois aplicá-la em sua área de pesquisa não é uma tarefa fácil, tampouco a correta. O ideal é partirmos da nossa área de trabalho e tentarmos definir, a partir da mesma, os melhores aportes teóricos para classificá-las, quando não, criarmos esses aportes, através das leituras acerca do referido tema ou assunto.

Como afirma Deleuze e Guatarri (1992, p. 27), inexistente “(...) conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles”. Tais componentes estão presentes na realidade empírica, a qual precisa ser desvendada para dar origem à abordagem conceitual adequada. Em se tratando de espaço urbano e rural, não é muito diferente, pois ambos se definem a partir de ambientes e realidades distintos. Ainda mais no que respeita a uma região tão peculiar como a Amazônia, a qual apresenta, ainda, inúmeras áreas de fronteira<sup>4</sup>.

---

etc.). O corpo social ou institucional, conforme a conveniência fará com que o território mova-se, desterritorialize-se e, até mesmo, retorne para o mesmo local, após já ter se deslocado (COSTA, 2004).

<sup>3</sup>O território-rede é aquele que se estabelece via conexão de redes técnicas, pontos materiais fixos que garantem a comunicação e a troca de materiais e informações entre os diversos territórios já estabelecidos. O território-rede depende da tecnologia avançada (satélites, internet, rodovias, ferrovias, aviões, navios, linhas telefônicas, etc.), pois, sem ela, não há como ocorrer a conexão em rede entre territórios distantes um do outro (COSTA, 2004).

<sup>4</sup>O conceito de fronteira aqui utilizado é aquele referente aos espaços em desenvolvimento, nos quais há, ainda, uma instabilidade em termos de infra-estrutura, saneamento básico, estabilidade de comércios, serviços de atendimento ao público (hospitais, escolas, Bancos, rodoviárias, etc.), assim como um território politicamente administrado. Na fronteira, não existe uma definição exata de seu conteúdo. O sinônimo da fronteira é a confusão, é a não definição, a descoberta, o lançar-se na indefinição, no movimento. Da mesma forma que o território é abrigo (segurança), a fronteira é circulação, instabilidade (GOTTMANN, 1973; 2005).

## 2.1 O ESPAÇO RURAL AMAZÔNIDA EM ANÁLISE: APROXIMANDO UMA DEFINIÇÃO

Muitas das relações sociais expressas no conteúdo rural na Amazônia estão organizadas em função de atividades de cunho agrícola e extrativista (madeira, minério, componentes da fauna e flora), pois são artefatos essenciais do processo de organização em caráter espacial (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). Espaços como feiras ou áreas de comercialização de produtos agrícolas ou extrativistas são definidos como *lócus* de trocas materiais e simbólicas, devido serem ambientes que proporcionam a circulação dos produtos e a conexão entre produtores, feirantes, compradores etc. As feiras livres, como são conhecidas na Amazônia, são como

locais institucionalizados de intercâmbio e de trocas, com seus postos de trabalho e respectivos agentes, suas atribuições e práticas cotidianas. Além [de serem reconhecidas] (...) como espaços onde se realizam e são estabelecidas essas trocas, (...) as identificamos como expressão dos padrões das relações sociais que engendram a realidade na qual estão inseridas (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006, p. 114).

As territorialidades no espaço amazônida, dentro de uma perspectiva rural, podem ser identificadas sob domínio de um impacto provocado pela relação entre o sistema político-administrativo e o sistema produtivo<sup>5</sup>. Desde o passado, até hoje, o que se objetiva,

[em termos] de desafio econômico, político e sócio-ambiental, [é] (...) viabilizar a co-existência da produção familiar e da produção empresarial, da agricultura de mini e pequeno porte e dos grandes empreendimentos agroindustriais e agropecuários (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006, p. 116).

---

<sup>5</sup>Acerca desse sistema produtivo podem estar presentes formas de organização ligadas às oligarquias e às elites locais.

A leitura de reconfiguração territorial do rural e também do urbano nos leva à incorporação de outras categorias e/ou tipologias, tais como: aglomeração e microrregião. Segundo Veiga (2002, p. 37), temos que atentar para a definição de aglomeração e microrregião, pois, por mais que as mesmas estejam imbricadas nas regiões metropolitanas, em outras áreas territoriais, elas podem ter um significado diferente. Dessa forma,

as microrregiões que envolvem uma aglomeração não-metropolitana também tendem a ser essencialmente urbanas. Mas as microrregiões que só abrigam centros urbanos e/ou vilas ‘rurbanas’ podem ser relativamente rurais, ou mesmo essencialmente rurais, quando predominam ecossistemas dos menos sofisticados.

São esses ecossistemas menos sofisticados – cuja dinâmica da natureza influencia diretamente nas suas práticas econômicas, isto é, em que as formas de vida obedecem ainda a um tempo de realidades “lentas” (o tempo do ribeirinho, do extrativista/coletor(a), do agricultor etc.) – que permeiam a diferença no espaço rural amazônida.

O entendimento da produção do espaço amazônida e, por conseguinte, do seu espaço rural, nesse sentido, passa a ser assumido como sendo “(...) componente de práticas sociais capazes de mostrar as modificações nas dinâmicas locais que constroem a relação dialética rural-urbano” (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006, p. 118).

A definição de território adequada para entendermos tal realidade acima exposta não é, de forma alguma, aquela baseada e estabelecida pelas características dos recursos naturais ou, ainda, pelas delimitações político-administrativas. Fundamentalmente, é preciso considerar que os

aspectos naturais, econômicos, sociais e políticos podem ser de extrema importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse de determinados grupos em dominá-lo, entretanto são insuficientes, se forem tomados isoladamente, para explicar a ‘trama’ econômica, política e social existente em cada um (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006, p. 118)

Com isso, entende-se que o abandono daquela definição de território reducionista (pautada na divisão político-administrativa instaurada pelo poder municipal, estadual e federal) possui extrema relevância, visto que o território, hoje, se espalha para além dos domínios político-administrativos dos municípios, Estados ou países. As relações sociais são fundamentais nesse sentido, mormente apoiadas pela base tecnológica que dá mobilidade e dinâmica ao conteúdo fluido e material do território.

Conforme afirma Abramovay (2003), a idéia basilar acerca da produção do território (rural ou urbano) é que ele, para além de uma base física concreta, possui uma constituição social, um tecido social que o dinamiza e torna complexa sua conexão, ultrapassando barreiras naturais, de transportes e de comunicação. Segundo esse autor, em tal espaço geográfico o território representaria

uma trama tecida por vínculos com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido e pouco levado em consideração pelo próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2003, p. 119).

Cabe, nesta acepção, uma análise do quanto a especificidade amazônica obedece a uma dinâmica peculiar, chegando a transparecer a difícil tarefa de se conceituar, em sua dimensão espaço-territorial, o que é de fato rural e urbano. Isso dá margens para o surgimento de termos como vilas ou cidades ‘rurbanas’, mescla do rural e do urbano, que, de tão imbricadas, torna árdua a diferenciação entre elas (VEIGA, 2002).

Gottmann (1973; 2005) já afirmava, em seus ensaios sobre a natureza do território, que o mesmo, ao ser materializado num substrato geográfico, possui duas funções principais: a) servir de *abrigo*, como forma de garantir a segurança; e b) servir como um *trampolim*, para dar suporte às oportunidades.

A segurança (que advém do *abrigo*) é considerada como a estabilidade da organização territorial no espaço. Muitos espaços rurais, na Amazônia, obedecem a essa

lógica. Geralmente são comunidades ribeirinhas, quilombolas ou tribos indígenas que vivem da subsistência, não necessitando, diretamente, do contato com outros grupamentos humanos. Possuem sua própria forma de organização material e cultural.

Por outro lado, existem comunidades rurais que dependem, necessariamente, do contato com o outro (função *trampolim*), pois a produção gerada por tais comunidades precisa ser escoada para a garantia do seu sustento. Daí a importância das feiras livres, que proporcionam, além da venda dos produtos, uma troca cultural de hábitos e costumes entre produtores rurais (pequenos e médios, geralmente), consumidores, empresários do setor agropecuário e agroindustrial, etc.

Nesse caso, a circulação do conteúdo social motiva e impulsiona os que estão tanto no meio urbano quanto no rural, transmitindo aos mesmos a idéia da mudança, da possibilidade, ou seja, de continuidade ao dinamismo existente na troca, que sempre irá se estabelecer entre o campo e a cidade.

Adotar a concepção de que o espaço é produzido num prisma em que o mesmo é processo permite um avanço significativo no que diz respeito à interação sócio-econômico-cultural, já que as diversas intencionalidades existentes no espaço geográfico são construídas a partir dos sistemas de relações sociais.

Neste molde, a organização espacial torna-se, portanto,

um patrimônio material e intangível, segundo o qual as barreiras da dicotomia campo/cidade, do rural/urbano se enfraquecem e podem ser superadas, já que estas são exacerbadas nas concepções conservadoras e contrárias às transformações de caráter estruturante que a Amazônia está a exigir (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006, p. 119).

Conforme afirmam Sá; Costa; Tavares (2006), entender o território rural e o urbano na Amazônia, pressupõe uma visão holística, ou seja, transcendente. Uma análise que possa extrapolar as linhas limítrofes que definem político e administrativamente àquela visão institucional (do Estado) de território. O avanço presente nessa perspectiva se dá pelo fato de que cada vez mais se torna instigante (seja para fins de estudos ou planejamento político) a complexidade das relações rural-urbano no Brasil.

Segundo o geógrafo Reis (2006), em seu ensaio intitulado: *O rural e o urbano no Brasil*, no território brasileiro, a partir dos anos 1980,

a realidade sócio-espacial [tornou-se] cada vez mais complexa. Os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente. Tais espaços se relacionam e se interpenetram, levando estudiosos a formular abordagens que considerem os diferentes níveis de integração ou distanciamento (REIS, 2006, p. 3).

O espaço rural na Amazônia se materializa pelas relações estabelecidas entre aqueles que legitimam o conteúdo (social, político, econômico e cultural) do campo, definindo-o não mais como composto de relações estanques e fechadas. As produções existentes na Amazônia, sobretudo a agrícola, envolvem uma trama de relações, que dão um horizonte a tal prática, a ponto de entendermos a mesma como algo que se espria para além do setor econômico.

Conforme afirma Guerra (2006), na forma geográfica do campo

a produção agrícola vem sendo cada vez mais pensada como atividade de categorias sociais que fazem repercutir os efeitos produtivos não apenas no setor econômico, mas também na vida social, cultural e política. [Dessa forma, e já incluindo também outras atividades econômicas do campo] (...) nem o camponês, nem o fazendeiro, nem as empresas do setor primário, sejam elas agropecuárias ou mineradoras, encerram em si mesmas os efeitos produzidos em sua área de atuação direta ou indireta [rompendo as barreiras da delimitação física do espaço considerado rural] (GUERRA, 2006, p. 103).

Intervenções físicas (criação de rodovias, pontes, portos, usinas hidrelétricas etc.) foram marcantes na mudança dos padrões urbano e rural na Amazônia. A idéia de um desenvolvimento pautado na modernidade ocidental adentrou significativamente o espaço geográfico amazônica a partir da década de 1970. Nesse sentido, foram executadas, sem consulta prévia à população local,

ações programadas e articuladas ao modelo dominante sem o qual não [haveria] (...) salvação. [A ligação da região amazônica] ao mercado se dá pela modernização das estruturas de estradas e comunicações. A abertura das

rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, Santarém-Cuiabá e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí é expressão pungente deste momento de integração da Amazônia ao circuito internacional da modernidade, como se fosse a única forma de redenção possível (GUERRA, 2006, p. 104).

As referidas intervenções físicas contribuíram, sobremaneira, para uma reflexão na qual pôde ser repensado o espaço municipal e as noções ou definições de cidade e de campo, não só na Amazônia, mas em todo o território nacional, onde há a história dicotômica do rural e do urbano.

Guerra (2006), numa crítica aos investimentos canalizados pelo governo federal aos assentamentos rurais, afirma que, em muitos espaços rurais na Amazônia, existem problemas com suas

unidades habitacionais [as quais são] dispersas e isoladas nos lotes e fazendas, [onde] constatam-se aspectos bizarros de como são considerados nas ações governamentais, de forma parcial e fragmentária. [Junto aos] assentamentos de reforma agrária, o crédito favorece a construção de unidades habitacionais em tijolo, cimento e telha de barro. [A crítica aqui estabelecida pelo autor ocorre pelo fato de] as casas [todas serem] (...) pensadas apenas como simples abrigo, sem financiamento para o saneamento básico que inclua sanitário, acesso à água de boa qualidade (poço, bomba, encanação), iluminação elétrica (de fonte hidráulica, eólica, solar, de custo acessível). [Nesse sentido, pensar] a casa significa pensar todas as atividades humanas que ela abriga, desde o dormir e acordar ao alimentar-se, produzir, divertir-se (GUERRA, 2006, p. 106).

Tal estrutura de habitação presente no campo brasileiro nos faz refletir numa situação conhecida por favelização do campo, onde estão presentes diversos “(...) aspectos de precarização das referidas instalações nos assentamentos de Reforma Agrária” (GUERRA, 2006, p. 106).

Muitas das construções financiadas pelo governo não atendem às necessidades dos referidos habitantes, tendo que ser ampliadas pelos mesmos. Neste processo, há a utilização de outros materiais, diferentes dos tijolos e do cimento. Geralmente há um complemento da construção já existente. Constrói-se uma cozinha do lado de fora da

construção financiada (de madeira e de palha), dando à mesma um ar de rusticidade (GUERRA, 2006).

O campo brasileiro e, por conseguinte, o da Amazônia encontra dificuldades em seu desenvolvimento. O desafio na criação de novas políticas para este não está, necessariamente, no fator distância, mas sim numa coerência entre desenvolvimento sustentável e as especificidades de cada região do Brasil. As idéias-padrão, os conceitos importados (a exemplo de cidadania e ruralidade) são impostos para a realidade amazônica como se houvesse um “(...) caminho mágico para ali chegar” (GUERRA, 2006, p. 107).

A ruralidade e a cidadania possuem definições específicas, de acordo com as regiões às quais pertencem, em virtude de as dinâmicas populacionais não possuírem um modelo padrão, mas uma definição que acompanha o ritmo de cada realidade local. Isso está representado na Amazônia de forma complexa, pois as cidades ou vilas “rurbanas” denunciam uma mescla que confunde teóricos e planejadores do Estado na definição do conteúdo rural, assim como, do urbano.

Na Amazônia, o processo de desmatamento acompanha um raciocínio de desenvolvimento que liga a produção dos pequenos e médios camponeses a uma lógica capitalista de mercado. Mesmo com toda a consciência ambiental existente no campo, os produtores se vêem forçados a desmatar e dar continuidade a um trabalho ligado à dinâmica produtivista do mercado. Essa prática faz com que os pequenos produtores mantenham uma relação predatória com a natureza/meio ambiente (GUERRA, 2006).

A observação a ser feita, no processo acima citado, é que muitos desses trabalhadores do campo, segundo Guerra (2006, p. 108), possuem um raciocínio o qual os leva a pensar que para “(...) obter os níveis de qualidade de vida que os cidadãos obtiveram, deverão sair do meio rural e não transformá-lo coerentemente com suas aspirações e estilo de vida”. As pretensões estipuladas como metas a serem cumpridas, oferecendo melhor qualidade de vida aos habitantes do campo, deveriam ser enveredadas como propostas efetivas na melhoria de sua realidade no próprio campo, ou seja, na sua especificidade local.

O espaço na Amazônia é tido como um substrato (material) vivido sem fronteiras. Por isso, as divisões entre rural e urbano, nesta realidade empírica, não passam de abstrações, ou seja, estão no campo das relações sociais. As populações migram ora para lugares mais concentrados ora para realidades mais dispersas, mas sempre possuindo uma contextualização característica da realidade amazônica. Os

aspectos inter-relacionados fazem parte dessa realidade única existente em tal região (GUERRA, 2006).

Nos espaços rurais amazônidas, existem “(..) numerosos povoados e vilas onde se congregam grupos e identidades sociais [os quais] (...) exercem importante função na organização produtiva e nas redes de sociabilidade” (ALONSO; CASTRO, 2006, p.169). O campo se mostra como um espaço de descobertas e de rica sociabilidade. As atividades econômicas nele exercidas proporcionam, a partir dos fluxos comerciais (especificamente ato de comercialização do produto), a dissolução das relações sociais. Estas são transmitidas, espontaneamente, pelo contato, sobretudo nos diversos portos e feiras livres na região amazônica.

Tomar o espaço rural como exclusividade das relações estabelecidas, apenas, por aqueles que habitam o mesmo é negar a sociabilidade estabelecida pela rede entre os habitantes do campo e os da cidade. Na trama da sobrevivência, diversas atividades econômicas colaboram para o não isolamento do tecido sócio-econômico e cultural do espaço rural.

Nesse sentido, a inter-relação aí existente conecta àqueles que produzem no campo (função absolutamente importante), os que necessitam desses produtos diariamente nas cidades. Esses últimos proporcionam aos primeiros o acesso a produtos industrializados, tais como: tecidos, combustível, alimentos enlatados, derivados do leite, remédios etc.

Apesar da definição cada vez mais intrínseca entre os conteúdos rural e urbano, ainda, existem autores que expõem uma diferença entre esses dois modos de vida, esquecendo que existem avanços significativos acerca dessa discussão. Trabalhos como o de Sorokin & Zimmermann (1929 apud REIS, 2006, p. 4) expõem proposições como as de *continuum* rural e urbano. No entanto, a mesma idéia ainda está, diretamente,

relacionada a uma concepção dual, uma vez que considera o rural e o urbano como pólos extremos em uma escala de gradação. Para evidenciar as características que marcavam a polarização, bem como suas relações, os autores identificaram diferenças marcantes entre os espaços rural e urbano. Diante disso, as reflexões teóricas desses autores acabaram por fomentar a existência de abordagens dicotomizadas das realidades rurais e urbanas.

Acerca do espaço rural, existem definições que expõem claramente como estão organizadas as funções que dão sentido ao mesmo. A respeito de tal discussão, Sorokin & Zimmermann (1929 apud REIS, 2006, p. 4) definem como estão postos os marcos que determinam o espaço rural. Os referidos autores afirmam que

a base para o entendimento do [espaço] rural está nas particularidades de sua economia. O [espaço] rural abrigaria, preferencialmente, a produção agropecuária, sendo que todas as outras características observadas no campo estariam vinculadas a essa atividade econômica [inclusive as atividades lúdicas, referentes a sua imensa riqueza cultural]. Outros tipos de atividades não-agrícolas se apresentam como acessórias e não se destacam como principal meio de subsistência dos indivíduos que habitam o [espaço] (...) rural.

As atividades agropecuárias, conforme citadas acima, são fundamentais ao espaço rural e dão sentido a ele. A região amazônica dispõe de inúmeras realidades peculiares que sustentam tal afirmativa. Os inúmeros assentamentos rurais criados desde a década de 1960, pelo PIN (Programa de Integração Nacional), enraizaram, na região amazônica, diversos hábitos e costumes, assim como, práticas de atividades econômicas, desterritorializadas de outras regiões do país e reterritorializadas na Amazônia. Sendo assim, nordestinos, sulistas e, até mesmo estrangeiros, puderam estabelecer laços nessa região tão vasta e cheia de riquezas.

Tanto na Amazônia quanto em qualquer outra região do Brasil – apesar de hoje convivermos com um imbricamento dos conteúdos do campo e da cidade – a estruturação da sociedade sempre expressou formas de dominação de um sobre outro ao longo da história da humanidade (GUERRA, 2006).

Paul Singer (1979) demonstra, por intermédio de um de seus ensaios, que a cidade, a qual tem no poder sua fonte de reconhecimento, se sobressai ao campo, impondo-lhe sua autoridade e sua lei. Mas, segundo Ricardo Abramovay (2003, p. 13),

o mundo rural vem assumindo um papel relevante no desenvolvimento contemporâneo, uma vez que

as funções convencionais de fornecimento de mão-de-obra e matérias-primas para o crescimento econômico passam a ter papel secundário diante dos atributos territoriais que definem a ruralidade: a relação com a natureza, a relação com a cidade e a relação com os habitantes entre si.

Ainda segundo Abramovay (2003 apud SA; COSTA; TAVARES, 2006, p. 129-130),

a relação com a natureza passa a se dar por meio do reconhecimento de que a biodiversidade e a paisagem natural aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento; uma certa relação com as cidades se dá pelo fato de que é nestes espaços que ocorre a formação de grande parte das rendas das populações rurais; a relação dos habitantes entre si pode ser definida pela economia de proximidade e por um conjunto de laços sociais que valorizam relações diretas de interconhecimento.

Essa realidade – de que os espaços rurais se transformam pelos conteúdos urbanos, que, cada vez mais, apresentam em seu seio – é constatada também na Amazônia. No entanto, tal espaço não perde sua forma de campo e tampouco seu conteúdo rural, o que acontece é uma troca cada vez mais intensa que espacializa num mesmo ambiente relações urbanas e rurais, dando sentido ao termo *fronteira amazônica*, que está muito marcadamente presente na realidade dessa região brasileira.

O espaço urbano amazônida também possui suas características específicas, tal como os espaços rurais. Entretanto, em tal espaço, também há uma interface entre os conteúdos sócio-espaciais rural e urbano. A esse respeito, trataremos no ponto a seguir.

## 2.2 - O ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA: DEFININDO UMA TEORIZAÇÃO

*De uma condição original de vida frugal, simples e rústica, o homem amazônico se vê transplantado para uma situação de miséria urbana. [O modelo de desenvolvimento implantado pelo governo federal na Amazônia (desde a década de 1960), o qual traria melhores condições de vida aos habitantes da referida região] (...) trouxe uma não correspondência entre essas condições privilegiadas no sistema e a melhoria do padrão de vida da população que vive os efeitos [negativos] dessa condição.*

*Violeta Loureiro (1992, p. 80)*

O espaço amazônico está repleto de realidades a partir das quais podem ser realizados estudos urbanos e rurais. Nele, estão presentes articulações que vão desde relações estritamente locais até as de cunho internacional; e, em todas elas, a existência de um conteúdo social cada vez mais atrelado a objetos tecnológicos é uma realidade. O conteúdo presente nas cidades (escolas, universidades, postos de saúde, hospitais, sistemas de comunicações - rádios, televisores, correios, internet, telefonia-; sistema de transportes - carros, barcos, aviões etc.), vem se incorporando aos espaços rurais à medida que o acesso aos aparatos tecnológicos se torna maior.

No intento de incorporar parte do conteúdo urbano das cidades, o espaço rural perde alguns de seus traços fundamentais como, por exemplo, a rusticidade no preparo de alimentos (o que antes era produzido em fogões a lenha, é feito em fogões a gás); as roupas (que antes eram lavadas à beira de igarapés e rios, agora, são lavadas em casa, em tanques ou em máquinas apropriadas); as conversas e histórias (que eram contadas nas reuniões entre vizinhos e parentes, em frente de suas residências, e vem sendo substituídas pelo hábito de assistir televisão, jogos de vídeo games, o acesso à internet etc.); a comunicação (que, cada vez mais, incorpora os aparelhos de telefones celulares, seja entre jovens ou adultos) etc. Esses e outros exemplos são comprovações de que o espaço urbano e o rural são, hoje, na Amazônia, altamente imbricados, pois dependem um do outro em inúmeras situações.

A Amazônia precisa ser compreendida como uma região que possui 70% de sua população vivendo nas cidades. Isso não significa dizer que essa região é 70% urbana, pois, nessas cidades, podem ser encontradas, imbricadas, estruturas rurais e urbanas. A proposta aqui não é considerar o urbano segmentado, mas tentar entendê-lo como parte inseparável na dinâmica do território amazônico, o qual envolve, também, estruturas do espaço rural (CASTRO, 2006).

Nesse sentido, a dinâmica territorial dos Estados e municípios da Amazônia perpassa pela combinação/mescla entre o conteúdo urbano e o rural, pois esta é a realidade da Amazônia. A identificação dos elementos (os quais denunciam o misto rural e urbano nessa região), assim como a periodização de sua incorporação na região acima citada são fundamentais para tentarmos nos aproximar de uma definição do que seja o espaço-territorial urbano na Amazônia.

A urbanização na Amazônia ganha maior complexidade a partir da intervenção do governo federal ocorrida na década de 1960. As cidades amazônidas, vistas por esse prisma, são tidas como “espaços acolhedores” de uma massa de migrantes e de grandes empreendimentos (ambos induzidos pela propaganda governamental da época). Às cidades, principalmente as sedes de grandes empreendimentos, foram encorpados aparatos infra-estruturais que complexificaram as relações antes estabelecidas nas cidades ribeirinhas da Amazônia.

A situação de fronteira dá à Amazônia um papel de elemento de mediação entre as políticas de desenvolvimento determinadas para a região e a ressocialização da população migrante e nativa (caboclos, ribeirinhos, indígenas, quilombolas etc.). A mão-de-obra móvel é uma característica marcante do tipo de fronteira estabelecido na Amazônia (PEREIRA, 2006).

Segundo Becker (1990; CORRÊA, 1987; VICENTINI, 1994 apud PEREIRA, 2006, p. 24-25), nas décadas de 1970 e 1980, as primeiras cidades da Amazônia possuíam a seguinte conformação, levando-se em consideração, também, a existência de inúmeros pequenos núcleos isolados às margens dos rios do referido território:

centros localizados às margens das rodovias [estratégias de valorização]; a reprodução de pequenos núcleos dispersos – povoados e vilas – vinculados à mobilidade do trabalho; a retração de núcleos antigos, que ficaram isolados à margem da nova circulação; a implantação de franjas urbanas avançadas correspondentes às cidades das companhias (as company towns).

O interessante a ser observado nas cidades amazônicas é o fato de as mesmas não apresentarem com clareza um modo de vida urbano, o qual, segundo Wirth (1979), dar-se-ia pela existência de atributos e relações exclusivos da cidade: prédios públicos e suas funções (Prefeituras, Fóruns, Universidades e Centros de Pesquisas e Tecnológicos, Bolsa de Valores etc.); central de empresas internacionais; condomínios fechados e com forte segurança; sistema de semáforos; problemas como: engarrafamentos, favelização, violência urbana, etc.

Novamente são colocadas em questão, nesse espaço, as mesclas existentes entre os conteúdos urbanos e rurais. Segundo Cardoso e Lima (2006, p. 55), a ocupação do território não evidencia a mencionada situação com clareza e, até mesmo, com relação aos

papéis da cidade e de como a população pode se beneficiar da existência das cidades na região. [O que é muito frequente no espaço geográfico amazônica são as] (...) estratégias sócio-espaciais de populações rurais e urbanas.

As tipologias existentes na Amazônia nos ajudam a entender um pouco mais da real situação do modo de vida existente no espaço urbano da referida região. Essas tipologias são reflexos de uma área de fronteira, onde a imprecisão na definição do tecido urbano é complexa.

A melhor forma de observarmos todas essas características do espaço urbano é nos aprofundarmos nas minúcias das cidades, no convívio dessas que são verdadeiros receptáculos de traços urbanos e rurais amazônicas.

### 2.2.1 – A cidade amazônida

Biery-Hamilton (1996 apud CARDOSO; LIMA, 2006, p. 56), em seus estudos sobre ecologia política, lançou um olhar analítico sobre o espaço amazônida, afirmando que

os modos de produção praticados na Amazônia até os anos 1960 não eram orientados por uma economia de mercado, baseavam-se em formas autônomas de relacionamento do habitante com o meio ambiente (extrativistas), que foram profundamente alteradas a partir dos grandes projetos então implementados, quando uma nova estratificação social foi gerada, com o enriquecimento veloz de uma minoria à custa da exploração do meio ambiente e do trabalho da maioria.

Segundo Cardoso e Lima (2006), no período de 1960 a 1970, havia, no pretense espaço urbano amazônida, uma “elite urbana” com caráter de funcional<sup>6</sup>. A importância desta se dava mais pelo seu caráter de comportamento e apresentação pessoal do que pelo seu poder econômico. Este se localizava no espaço rural, mais precisamente nas sedes das fazendas, que centralizavam decisões importantes, tais como: processo de ocupação de terras; estratégias de transportes; abastecimento de trabalhadores rurais etc.

A realidade nas cidades amazônidas, nesse período, era difícil para alguns trabalhadores rurais, já que estes tinham pouco contato com as cidades. Eles não as viviam de modo pleno, principalmente, devido à dificuldade de deslocamento. Nesse sentido, o contato desses trabalhadores com o meio urbano era efetivado apenas nos dias de festa, apontados pelos mesmos como especiais.

Os espaços urbanos ganhavam contorno a partir da política de controle da terra, sobretudo, pela migração induzida e financiada pelo governo federal. A fronteira do espaço urbano se expande encabeçada, também, pela leva dos grandes

---

<sup>6</sup> Tal elite fazia referência àquela “constituída por funcionários públicos vinculados aos serviços oferecidos pelo poder público, com renda regular e formação profissional” (CARDOSO; LIMA, 2006, p. 57).

empreendimentos. Para Becker (1990 apud PEREIRA, 2006, p. 24), a incorporação de estruturas materiais (portos, estradas etc.) na Amazônia,

funcionou como recurso estratégico e base logística para a rápida ocupação da região, antes mesmo da implantação de projetos de produção agrícola e industrial, reproduzindo características de fronteira econômica, representando, para o capital, um espaço de valor onde podem ser implantadas rapidamente novas estruturas e ainda servir como reserva mundial de energia

A forma urbana, representada pela cidade e sua estrutura em construção, serviu de elo entre o desenvolvimento, imposto naquele momento para a região, e a grande leva de migrantes que se direcionaram para lá atraídos pela propaganda do governo federal (PEREIRA, 2006). O reflexo dessa política direcionada pelo governo federal gerou grandes transformações na incipiente estrutura urbana já existente na Amazônia.

Estudos mostram uma disposição com características bastante diferentes daquelas presentes nas décadas de 1970 e 1980 nas referidas cidades. No período supracitado, a configuração espacial e as práticas econômicas desenvolvidas na Amazônia diziam respeito a uma forma de vida ainda muito vinculada à natureza, com a presença de poucas indústrias de grande porte e movimentação de capital; assim como as cidades mais importantes ainda não estavam vivendo um processo de expansão metropolitana.

A tendência, no atual processo de urbanização amazônica, vem se definindo por conta da dispersão das metrópoles (metropolização) (TRINDADE Jr., 1998). Do mesmo modo, ocorre a proliferação de pequenas cidades e o crescimento dinâmico de novos núcleos urbanos fora da órbita metropolitana – as cidades médias (PEREIRA, 2006). Essas cidades médias possuem relevante importância no processo de metropolização, pois são fortes vetores de crescimento econômico e demográfico fora da área metropolitana. Geralmente nas cidades médias residem mais de 10% da população total da região Amazônica (PEREIRA, 2006).

Nas cidades amazônicas, as trocas existentes entre o campo e a cidade são intensas. É fato que indivíduos cidadãos mantêm relações diretas com as produções que

se realizam no campo. Essa marca, ou característica fundamental das cidades da Amazônia, segundo Sá; Costa; Tavares (2006, p. 131)

muitas vezes identifica a existência de uma divisão social de trabalho familiar entre seus membros, no qual aqueles que permanecem no campo contribuem fundamentalmente para a manutenção dos outros membros da família que migram para a cidade. Nos pequenos portos, a presença daqueles que vivem nas cidades enviando bens aos que vivem no campo é constante, assim como tem sempre barco chegando com a produção agrícola e levando coisas para o campo: calçados, roupas, tecidos, eletrodomésticos, materiais de construção. Este sistema de trocas, marcado por uma simplicidade positiva, não é conhecido e nem apropriado pelas matrizes econômicas tradicionais.

Identificar esses circuitos e fluxos, através de um olhar diferenciado, é fundamental na compreensão desse sistema produtivo, assim como, entender melhor como se conforma esse conteúdo singular de vida social (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). Na Amazônia, essas formas singulares de vida social são expressões da cotidianidade da cidade e do campo.

O importante a ser observado, nesse processo de formação das cidades amazônidas, é o fato de que cada vez mais as mesmas perdem o vínculo com a natureza. Observou-se que, até a década de 1960, a relação dos moradores das cidades amazônidas possuía uma interação marcante com a natureza. Atualmente, essa característica vem se perdendo, por conta de um primeiro passo inaugurado pela introdução dos Grandes Projetos do governo federal na década de 1960, período em que inúmeros projetos agropecuários e minerais foram aplicados à realidade amazônica, mudando, em grande parte, as práticas econômicas realizadas até então nesse espaço. A exploração mineral e agropecuária trouxe à região a intensificação de movimentos migratórios vindos de diversas regiões do país.

Por se tratar de uma ciência de integração, a Ecologia oferece subsídios para que a sociedade possa incorporar a consciência das questões relacionadas ao meio ambiente. Dessa forma, ela (a Ecologia) passou a abordar a relação homem-natureza como algo uno, desprezando a idéia do homem separado da natureza. Assim, uma nova leitura passa a se estabelecer: a chamada “visão holística”, de maiores possibilidades.

Sá; Costa; Tavares (2006) convocam a sociedade a romper com o modelo de desenvolvimento predatório, em que se preconizava a necessidade, apenas, da aplicação

técnica para a solução dos problemas amazônidas, o que, no entanto, culminava em uma exploração não planejada dos recursos naturais existentes. Nesse sentido, propõem que os amazônidas se apropriem politicamente da ciência e da técnica, justificando a importância das universidades e centros de pesquisa junto aos planejamentos locais, eliminando a visão tecnicista de desenvolvimento.

Isso ocasionaria uma série de mudanças de atitudes dos próprios técnicos e cientistas, o que já vem sendo realizado com base no reconhecimento da necessidade de uma visão mais integradora da relação homem-natureza, mesmo tendo consciência de que alguns ecologistas tentam transformar, a cada dia, a questão ambiental em um problema técnico (tecnocracia ambientalista), perdendo de foco que a técnica é apenas um meio para se atingir efetivamente um objetivo.

A realidade urbana na região, a partir da década de 1960, foi incorporada por uma dinâmica técnico-burocrática que

Desde a implantação das políticas de desenvolvimento na Amazônia [alterou significativamente seu] território urbano [através da implantação de] vias de circulação (malhas rodoviárias como a Transamazônica, Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém etc.) criadas a partir da década de 1960 [e que] proporcionaram um grande fluxo de pessoas e de empreendimentos para a região. Outros investimentos infra-estruturais também colaboraram para o crescimento do espaço urbano da Amazônia, tais como: a estratégica “(...) criação de aeroportos, hidrelétricas e sistema de comunicação e as políticas de colonização, incentivadas e/ou realizadas pelo Estado. As mesmas foram as condições viabilizadoras desse padrão de desenvolvimento” (PEREIRA, 2006, p. 27).

Desse modo, tanto na cidade quanto no campo amazônida há a existência de certa influência deixada pelas ações políticas do passado; frequentemente somos incorporados a um esquema de trabalho (seja extrativista, agrícola ou industrial) em que o produto final de nossos esforços não beneficia os habitantes de nossa região, mas sim de outras realidades regionais do Brasil ou de outros países. São traços de uma Amazônia que possui muitas cidades com relações ligadas a organismos nacionais e internacionais, sendo que essas relações permeiam os mais variados ramos de atuação da sociedade: educação, saúde, trabalho etc.

### **2.2.2 - Organização técnica do espaço urbano amazônica e a necessidade de uma rede urbana**

Segundo Becker (2006), as experiências implementadas entre os anos de 1930 e 1985 pelos planos governamentais constituem um passado repleto de exemplos de um modelo de gestão baseado na difusão da malha técnica e político-normativa (infra-estrutura e órgãos de controle estatal), provocando, no espaço brasileiro, profundas contradições e desigualdades.

O forte controle militar sobre a região amazônica vai culminar, em 1985, no processo de redemocratização e no episódio da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), apontados por Becker (2006) como marco desse período, cuja principal característica é a ascensão de diferentes atores políticos que viveram sob a meia-luz do autoritarismo governamental característico do período anterior. Nesse novo período, o Estado vem sofrendo reformas na sua organização e redefinição de sua função enquanto mais uma instituição social no contexto da atual sociedade capitalista.

Dessa forma, os confrontos vividos durante o período de planejamento regional serviam também para gestar iniciativas de organização das populações atingidas pelas grandes obras de infra-estrutura e pela instalação dos projetos de colonização. Notou-se, nesse período, a criação de associações, sindicatos, cooperativas, assim como ONGs ligadas a órgãos de financiamento privado internacionais (BECKER, 2006).

Essa conexão entre as escalas geográficas evidencia uma nova lógica nas relações, a da globalização, que está para além do controle do Estado e das fronteiras nacionais, uma vez que a Amazônia é considerada pela comunidade internacional como área de reserva de riqueza natural para futuros empreendimentos. Assentados nessa visão, instalam-se projetos que têm como prioridades o conhecimento profundo do meio natural, assim como outros projetos baseados na noção de desenvolvimento sustentável, cujo modo de apropriação do território é diferenciado por respeitar normas ambientais e indígenas, visando o desenvolvimento endógeno, caracterizando a fronteira ambiental (BECKER, 2006).

Junto à constituição dos espaços urbanos, está a estrutura em que os mesmos se apóiam: as redes urbanas. Estas dão suporte à existência dos territórios, que se organizam conforme as relações vão se estabelecendo pelas redes. As relações

comerciais são fundamentais nesse sentido, pois fomentam o investimento em infraestrutura por parte dos governos locais, o que facilita o escoamento da produção e gera divisas para a localidade.

Os espaços urbanos de fato só passaram a se desenvolver na região, segundo Machado (1999 apud PEREIRA, 2006, p. 29), a partir da economia da borracha. Para essa autora, é um engano considerar os núcleos coloniais e suas aglomerações como urbanos, ou até mesmo considerá-los como cidades. Além disso, repudia a possibilidade de uma associação, naquele período, entre cidade e urbanização, principalmente, como forma evolutiva “(...) linear e cumulativa (da aldeia indígena à metrópole)”.

Algumas situações de alta precariedade inviabilizavam a existência de uma rede urbana efetiva como, por exemplo, no período que vai desde a fundação da cidade de Belém até 1960.

Segundo Pereira (2006, p. 29-30), a rede dendrítica<sup>7</sup> é a representação mais simples da rede urbana na Amazônia. A sua origem data do período colonial; tratava-se de criar, nas cidades amazônidas, territórios que proporcionavam uma defesa ao território, tendo como base uma cidade considerada primaz, concentradora de

grande parte do comércio atacadista exportador e importador, [assegurando] (...) a participação da região na divisão internacional do trabalho. [É uma marca desse período, a existência excessiva] (...) de pequenos núcleos e a ausência de centros intermediários. [A cidade primaz comanda o fluxo nesse tipo de rede urbana, pois] (...) tal padrão espacial de interação constitui, por outro lado, uma drenagem de recursos em geral que a privilegia, parcialmente, em detrimento das outras cidades com as quais ela mantém relações.

A partir da transição da rede dendrítica para uma rede urbana mais complexa, os espaços urbanos ganharam maior contorno e nitidez, visto que suas conexões e afirmações tornaram-se muito mais visíveis, devido uma maior

---

<sup>7</sup> Trata-se de uma rede de conexões formadas de ramos, via braços de rios, por onde se dava, no período colonial, a principal conexão dos habitantes da Amazônia com o restante do território nacional. A referida rede possuía a semelhança de uma árvore, devido suas raízes e galhos.

produção, circulação e consumo, (...) coleta e distribuição intra-regional de produtos da própria interlândia da cidade primaz. [Proporcionou uma] (...) divisão intra-regional do trabalho capaz de romper o caráter unidirecional dos fluxos vinculados à produção regional (CORRÊA, 1989, p. 75).

Segundo Machado (1996 apud PEREIRA, p. 31), o espaço urbano da Amazônia, o qual se apresentava, antes da década de 1960, com “dispersão de pequenas aglomerações, (...) e o isolamento das mesmas...”, era considerado sem infra-estrutura e sem uma vida urbana efetiva. A mudança desse quadro passa a se tornar realidade quando se altera o tamanho das referidas aglomerações, devido, primeiramente, à abertura da rodovia Belém-Brasília e, conseqüentemente, com o expressivo aumento do fluxo de mercadorias, contingente populacional, energia e informações. Tal situação deu ao referido espaço da Amazônia, o título de espaço de ocupação dinâmica, todavia, conturbado, ocasionando um crescimento desordenado dos pequenos aglomerados já existentes.

Determinar ou definir como esses espaços se apresentam atualmente na Amazônia é difícil, talvez nem seja o caso de lançarmos mão desse exercício, mas sim de apontarmos os novos elementos que vêm sendo incorporados nos espaços urbanos, conforme o avanço da circulação, dinâmica sócio-econômica e cultural na região.

Dentre as inúmeras singularidades existentes na Amazônia, sobretudo, nas pequenas e médias cidades, existem aquelas que estão ligadas aos modelos de apropriação do território amazônida, os quais foram, em sua maioria, social e economicamente desiguais. Os referidos modelos de apropriação foram seguidos de acumulação de capital por alguns segmentos sociais, empresariais ou institucionais, privados ou públicos, que tiraram proveito da exploração dos recursos dos territórios ocupados (CASTRO, 2006).

Ao analisarmos a face da desigualdade social, identificamos, nas áreas de fronteira, o processo histórico de conflito e de confrontos, que

levou por muito tempo a impossibilidade para muitos em permanecer no campo e manter formas tradicionais de trabalho, de apropriação da terra e de uso dos recursos que até então garantiram a sua reprodução social (CASTRO, 2006, p. 10).

Dessa forma, entendemos que o espaço amazônico apresenta inúmeras situações irregulares que são características de muitos municípios dessa região. O Estado do Pará, por exemplo, guarda em si um histórico amargo de deficiente infraestrutura, de carência de qualidade nos serviços, de exploração sexual infantil, de desemprego e de baixos salários pagos (CASTRO, 2006).

Assim como no Estado do Pará, existem também, em outros Estados da Amazônia, características semelhantes de tais descasos acima citados. Temos que levar em consideração aqui o fato de muitos lugares (municípios) na Amazônia estarem conectados em redes com empresas de cunho internacional, que possuem relações comerciais com os mesmos (através do comércio de matérias-primas) trazendo um declínio sócio-econômico ao lugar explorado.

Os efeitos da globalização chegam até os Estados e municípios da Amazônia, “(...) cuja dinâmica principal se dá em um complexo mercado transnacional” (CASTRO, 2006, p. 11). É nessa perspectiva que temos que adotar estratégias para identificarmos a presença desses atores transnacionais na Amazônia. Nesse sentido, segundo Castro (2006, p. 11), o movimento da economia de alguns setores-chave é fundamental “(...) tais como as cadeias produtivas da pecuária, da madeira, dos grãos e dos minérios”, apesar de termos, no desmatamento ilegal, um efeito muito maior em termos de depredação da natureza.

É possível identificarmos também outras atividades ligadas ao comércio transnacional que afetam, de certa forma, o local e o impossibilita de avançar, em termos de qualidade de vida para sua população. Tais atividades consistem, por exemplo, na pesca industrial, nos grandes empreendimentos de infra-estrutura, além dos usos dos recursos da biodiversidade (estes são de interesse da indústria farmacêutica e de cosméticos) (CASTRO, 2006).

Na intenção de um entendimento maior do que seja o modo de vida urbano e o rural, assim como a produção do espaço em realidades tão singulares como as da Amazônia, procedemos a uma aproximação teórica que nos elucidasse como esses conceitos se definem, o que exporemos no capítulo que se segue.

### **3 O MODO DE VIDA URBANO E RURAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Neste capítulo, efetivamos uma discussão teórica do modo de vida urbano, do modo de vida rural e da produção do espaço. O enfoque teórico acerca dessas categorias nos dá suporte para um debate sobre a realidade empírica das ocupações no município de Benevides.

#### **3.1 – SOBRE A NATUREZA DO MODO DE VIDA**

O modo de vida de uma população explicita muito dos hábitos e costumes que são constantemente construídos pela mesma. Mas é preciso atentar para o fato da transcendência, a qual faz com que um determinado modo de vida sofra alterações devido ao contato com outros hábitos e costumes vindos de fora, em decorrência da tecnologia, que possibilita aos grupamentos humanos intensos contatos, sejam eles de ordem física ou simplesmente através da absorção da cultura alheia (LA BLACHE, 1946).

A transcendência, nesse sentido, versa sobre a possibilidade da troca, que, na atualidade, é muito forte entre os povos. Os recursos tecnológicos aproximam as pessoas e possibilitam às mesmas uma sociabilidade em termos de aculturação, que extrapola limites geográficos e culturais.

Possui maior sentido o modo de vida ao ser alimentado pelas dinâmicas locais, quando os grupamentos humanos se criam, com o auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente, transmitidos hereditariamente e com invenções (a evolução da técnica renova os hábitos e costumes presentes nos modos de vida). Tais ações constituem sua existência e organizam um meio para seu uso. A combinação de instrumentos da sentido à existência do modo de vida. O modo de vida é a resposta de um povo ou grupamento humano à organização econômica e social que lhe é imposta ou que ele impõe a si próprio (LA BLACHE, 1946).

Na cidade e no campo, os modos de vida se configuram com características peculiares àquelas que os definem e podem ser identificados nas ações daqueles que vivem o conteúdo urbano ou rural. O aumento ou concentração populacional (que é inerente ao espaço urbano) presente nas cidades faz com que a heterogeneidade das

pessoas as distancie e criem, nesse espaço, diversos modos de vida, tantos quanto as heterogeneidades dos grupamentos humanos presentes nos espaços das grandes metrópoles, por exemplo.

Não há modos de vida perenes. Mesmo quando não recebe influências externas, um dado modo de vida modifica-se mais rapidamente ou mais lentamente pela invenção de técnicas novas ou por modificações demográficas. A revolução industrial modificou profundamente os vários modos de vida praticados na Europa Ocidental e, como projeção, nas colônias ultramarinas, em virtude das transformações técnicas e sociais (LA BLACHE, 1946).

Nesse sentido, o modo de vida de uma dada comunidade ou população pode sofrer interferências do que está a sua volta; esse contato pode vir a mudá-lo ou simplesmente não surtir grandes efeitos a ponto de alterar a realidade daqueles que viviam tal contexto.

O modo de vida urbano sofre diversas interferências de hábitos e costumes vindos dos seus arredores; ele é um palco de acontecimentos que poderiam ou o não transformá-lo a todo momento, o que explicitaremos em seguida.

### 3.2 – O MODO DE VIDA URBANO: UMA DEFINIÇÃO TEÓRICA

*Tais são as condições psicológicas que a metrópole cria. Com cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social. A cidade faz um contraste profundo com a vida da cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica*

(SIMMEL, 1979, p. 12)

O modo de vida urbano tem bases na vida oriunda na cidade, é nela, primeiramente, que o urbano se processa e depois se difundi, abrangendo frações do campo, da vida rural. Neste sentido, Park (1916, p. 26),

a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; (...) ela é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição (...) ela não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial.

A cidade possui uma cultura própria, um modo de vida peculiar: o urbano. Um modo de vida que faz da cidade a morada do homem civilizado<sup>8</sup> é como se fosse a casa para o camponês. Assim como a casa possui seus deuses dos lares, na mesma proporção ou similaridade a cidade tem sua divindade que a guarda, seu local sagrado. Tal como a choupana camponesa, a cidade possui também raízes fincadas no solo (SPENGLER, 1922).

É preciso observar que muito do que encontramos no meio urbano, na cidade, parece ser mero artefato: organização político-administrativa, prédios, ruas asfaltadas, *Shoppings Center*, lojas etc. No entanto, há necessidade de relacionarmos tais artefatos à dinâmica da qual os mesmos fazem parte, só assim os entenderemos como

---

<sup>8</sup> Diz-se de uma pessoa bem educada, cortês, urbana-civil, segundo consta no dicionário da língua portuguesa escrito por Aurélio.

dispositivos adventícios que somente se tornam parte da cidade viva quando, e enquanto, se interligam através do uso e costumes, como uma ferramenta na mão do homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e na comunidade (PARK, 1916, p. 27)

A ascensão de empresas, os inúmeros comércios, as habitações luxuosas, os grandes centros de pesquisas, todos fazem parte de uma dinâmica que cada vez mais ganha um cunho peculiar de vida urbana. Sendo assim, segundo Park (1916, p. 30), por intermédio dos tempos, partes da cidade (setores, bairros, assumem algo do caráter e das qualidades de seus cidadãos). Cada pedaço da cidade, analisado separadamente, sem exceções, irá apresentar sentimentos peculiares à sua respectiva população. “Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua” (sic).

A vizinhança, sem dúvida alguma, é parte fundamental do processo de organização da vida na cidade, pois os

interesses e associações locais desenvolvem sentimento local e, sob um sistema que faz da residência a base da participação no governo, a vizinhança passa a ser a base do controle político. Na organização social e política da cidade, é ela a menor unidade local (PARK, 1916, p. 31).

No espaço urbano, o modo de vida é mutável em suas entranhas, pois são muitas as especificidades encontradas em tal ambiente; o artifício da tecnologia e do avanço nos inúmeros campos do conhecimento faz desse modo de vida algo peculiar e, também, passível de absorção em virtude das possibilidades de trocas trazidas pelo avanço tecnológico. Dessa forma, a mobilidade humana ganha muito mais sentido nesse modo de vida, pois não

somente o transporte e a comunicação, mas também a segregação da população urbana tendem a facilitar a mobilidade do homem individual. Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram

(...) surge a experiência fascinante, mas perigosa, de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos, mas de outras formas amplamente separados (PARK, 1916, p. 62).

Entender os processos existentes na vida citadina é mergulhar em um mundo de sociabilidades muitas vezes confusa. Reconhecer que a cidade é palco de maiores possibilidades às pessoas é incorporar a dinâmica do modo de vida urbana. Necessariamente, nas cidades, há um campo vasto em que o homem pode adquirir mais conhecimento (técnico, científico, experiências de vida etc.). Nesse sentido, a

cidade é o produto do crescimento e não da criação instantânea, [perpassa pela idéia de que] (...) as influências que ela exerce sobre os modos de vida não sejam capazes de eliminar completamente os modos de associação humana que predominavam anteriormente; [o fato é que] (...) não devemos esperar encontrar variação abrupta e descontínua entre tipos de personalidades urbanas e rural (WIRTH, 1979, p. 91-92).

O importante a ser analisado, em se tratando de uma aproximação de definição de um modo de vida urbano, é a competência das cidades, no presente ou em tempos passados, “de moldar o caráter da vida social à sua forma especificamente urbana” (WIRTH, 1979, p. 94). A descoberta das variações existentes entre as características similares contidas nas cidades é um atributo fundamental junto à definição do termo urbanismo.

É provável, dentro de uma análise atual, que a vida rural tenha a marca do espaço urbano, à medida que está em contato com as áreas de influência da cidade, sobretudo através dos sistemas de transporte e comunicação. O urbanismo, ou seja, o complexo de características que dá sentido ao modo de vida típico citadino, nem sempre é encontrado em grupamentos considerados como cidade. No entanto, sua expressão mais acentuada está nas áreas citadinas, principalmente nas cidades de cunho metropolitano (WIRTH, 1979).

Densidade habitacional e heterogeneidade do grupamento humano são características importantes do urbanismo, que possui um rebatimento direto sobre o modo de vida encontrado nos espaços urbanos. Além disso, “o superficialismo, anonimato e o caráter transitório das relações urbano-sociais explicam, também, a

sofisticação e a racionalidade geralmente atribuídas ao habitante da cidade” (WIRTH, 1979, p. 101).

É comum verificarmos comportamentos de irritação de pessoas por estarem num habitat congestionado. Geralmente “as tensões nervosas que surgem dessas frustrações são reforçadas pelo ritmo acelerado e pela complicada tecnologia sob os quais a vida em áreas densas tem de ser vivida” (WIRTH, 1979, p. 104).

Já o modo de vida rural acolhe um ar mais ameno, com menor número de perturbações e constrangimentos diários; é nele que a dispersão se encontra e traz uma ideia de contato maior com a natureza. A esse respeito, trataremos de modo mais aprofundado no sub-item seguinte.

### 3. 3 – O MODO DE VIDA RURAL: ASPECTOS DE UMA COTIDIANIDADE EM MUTAÇÃO

*O desenraizamento do tempo significa um passado que desaparece e reaparece como representação do passado desaparecido, tais como seriam as representações presentes do patrimônio e das tradições que sediam os turismos rurais contemporâneos e a produção e mercantilização dos produtos e artesanatos culturais 'da fazenda' e das tradições 'camponesas', seja no centro ou na periferia.*

*MOREIRA (2003, p. 113).*

Abramovay (2000) realiza diversos estudos acerca do mundo rural e sobre o conceito dessa categoria que vem ganhando contornos diferenciados com o aumento dos processos tecnológicos e das mais variadas formas de comercialização e transações dos produtos oriundos do campo brasileiro. Este autor, além de realizar estudos sobre os limites antigos de definição dessa categoria, propõe que consideremos outra maneira de observarmos o campo, baseada em três proposições recentes, todas amparadas em uma vasta literatura nacional e estrangeira a respeito do espaço rural. Dessa forma, os aspectos que convergeriam na discussão desse espaço seriam:

– O primeiro, *a relação com a natureza*, diz respeito a um contato maior dos habitantes locais com o meio natural e menor com a realidade urbana. Nesta acepção, verifica-se, segundo o Abramovay (apud BERNARDELLI, 2006, p. 42)

certa idealização dessa relação, mas se fortalece a idéia de que a natureza é um valor que necessita ser preservado – com a crescente preocupação com a qualidade da água e a conservação dos mananciais e práticas de produção que garantam a 'exploração sustentável da biodiversidade'

– O segundo refere-se à *relativa dispersão populacional*. Tal aspecto se associa à relação mútua existente entre os habitantes do campo. Devido à amplidão da mobilidade, existem moradores do campo que trabalham nos centros urbanos, assim

como o contrário. Dentro da idéia de que cada vez mais os grandes centros estão ficando competitivos em virtude do seu espaço físico, que é muito restrito, os espaços rurais se apresentam como alternativas, no aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento.

Conforme afirma Abramovay (2000, p. 13), é preciso que os moradores do campo transformem alguns elementos presentes no espaço rural em fontes de renda, o que dependerá tanto da “organização dos habitantes e das instituições rurais, como, sobretudo, do tipo de relação que conseguem estabelecer com as cidades”.

– O terceiro aspecto está relacionado ao fato de que *o meio rural teria uma dependência* (especialmente no critério econômico) *do sistema urbano*. O referido autor destaca que os indicadores de desenvolvimento mais baixos estão presentes no meio rural. Abramovay (2000) lança uma reflexão a partir da qual conduz à legitimação das potencialidades de algumas áreas do espaço rural; consistiriam estes de lugares alternativos ao desenvolvimento da sociedade, indo de encontro à ideia de que o desenvolvimento dos habitantes dos espaços rurais só é possível via migração da população desses espaços.

O importante a ser analisado sobre o espaço urbano e, mais precisamente sobre a ruralidade, é que ela não é

uma etapa do desenvolvimento a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural. Esta definição não é útil apenas para as áreas mais desenvolvidas do país, ela pode revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e sobretudo mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades (ABRAMOVAY, 2000, p. 25-26)

Ao entrarmos no critério espaço urbano e rural, temos que atentar para as especificidades que cada um desses conteúdos apresenta, pois tais especificidades são decorrentes da construção histórica de ambos os espaços. Portanto, por mais que se tente mostrar ou falar de mudanças, diversificação e modernização, em uma ótica geral,

é no plano singular que devemos evidenciar as diferenças. Dessa forma, dispomos de novos elementos que são oriundos de transformações históricas no processo de produção do espaço (BERNARDELLI, 2006, p. 46-47).

Segundo a autora supramencionada, o trabalho é um elemento a ser considerado junto a uma definição de urbano e de rural. A esse respeito, afirma:

As atividades as quais os habitantes de uma dada localidade se dedicam – é um importante fator a ser considerado na definição de um lugar com caráter urbano ou rural. A vida rural é associada, geralmente, com uma expressiva valorização da comunidade, valores de vida da família e também ao papel importante da religião. Por outro lado, a compartimentação das relações existentes na cidade, assim como, uma separação entre o espaço de vida e o de trabalho são marcas da vida urbana (BERNARDELLI, 2006, p. 47-48).

O modo de vida rural está circunscrito a uma paisagem que retrata um espaço onde as sociabilidades são mais espaçosas, pela dispersão apresentada pelos campos. A reunião de laços afetivos no espaço rural é mais harmoniosa. Este passou a ser associado a uma forma de vida com contato direto com a natureza, vida simples, de paz, valorização do trabalho, trocas positivas, trabalho coletivo, lugar da valorização comunitária (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). Sendo assim, nada mais sutil a ser visto, nesses espaços, do que uma paisagem que

esconde mais do que revela seus problemas. Esse aspecto enfatiza o processo de romantização do rural, porque muitos são os que se encantam com essa aparente harmonia. A paisagem rural evidencia a existência de vegetação, cultivo de produtos alimentícios, criação de animais. Representa a natureza em estado pouco transformado (BAGLI, 2006, p. 103).

As relações sociais construídas no mundo rural possibilitam a criação de um sistema de trocas materiais e simbólicas, o qual também se estende à cidade e que é importante para a manutenção da subsistência familiar. As relações de escambo (trocas amonetárias) ainda são muito fortes nas áreas rurais, e isso reforça consideravelmente os casos de sociabilidade rurais (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). Chega às cidades esse

espraiamento das trocas positivas do campo, influenciando, em alguns casos, o modo de vida urbano, chegando a ser considerado como sinônimo de cooperação.

A produção do espaço, numa perspectiva sócio-política, obedece também a essa trajetória da troca e da cooperação entre os participantes dessa arquitetura social envolta de um processo infinito de construção abstrata e material. Sobre tal discussão teórica, debateremos a seguir.

### 3. 4 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICA

*Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral, (...) a antiga oposição cidade-campo [dá lugar ao embricamento cada vez maior entre os mesmos; síndromes de uma produção do espaço, que possui em sua essência uma construção sócio-política]*

*LEFEBVRE (1991, p. 68)*

Acerca da produção do espaço, há diversas formas de ser analisado, mensurado. Existem, em prol de sua construção teórica, formas diferenciadas de reflexões. Ao lançar mão de tais afirmações, Lefebvre (2008) estabelece limites consideráveis acerca do verdadeiro método científico a ser utilizado quando nos propomos a contribuir com produções teóricas sobre o espaço ou qualquer outro conceito a ser discutido.

A relação entre rural e urbano, por exemplo, segundo Miranda (2009, p. 127), nos evidencia “interações existentes entre dois conteúdos sócio-espaciais, ao contrário de autores que anseiam estabelecer suas fronteiras, ou uma discussão meramente quantitativa em relação a eles”.

Na opinião de Lefebvre (2008, p. 38), o verdadeiro método científico não deve partir de uma análise de lógicas já existentes, “[tal método], nesta sociedade neocapitalista, tem que descobrir e mostrar sistemas, não partir dos já existentes”. Para esse autor, se partimos da análise de lógicas preexistentes, poderemos cair no erro da repetição e acabaremos falando de um mesmo conceito ou sistema de diferentes formas, sem, com isso, avançarmos. Há a necessidade de se construir e clarificar aspectos da realidade que se encontram escondidos, não revelados.

Nesse sentido, a análise das diversas tipologias do espaço seria necessária, em especial, aquelas que supõem realidades específicas, referentes ao espontâneo, à percepção, à concepção dos indivíduos que nele habitam. Ao analisar a produção do espaço, o autor afirma que

toda definição do espaço, ou pesquisa sobre o espaço, implica um conceito de espaço, no mínimo para enunciar e clarificar as proposições. [Existe, ainda, para esse autor a definição do] (...) espaço epistemológico, o qual se encontra neutro, 'puro' objeto da ciência. E o espaço vivido, onde o espaço nunca é neutro e puro (LEFEBVRE, 2008, p. 40).

Dentro dessa perspectiva sobre o espaço, Lefebvre lança mão de 4 (quatro) teses ou hipóteses sobre o espaço, importantes para refletirmos sobre esse conceito tão relevante na atualidade. São eles:

1 – *O espaço como forma pura, como transparência, inteligibilidade*. Nessa hipótese, o espaço está esvaziado de sentidos, de conteúdo social, de ideologias; seria o espaço epistemológico; ele é vazio e puro, lugar de números e de proporções. O maior problema, segundo o autor, sobre esse espaço é a evacuação do tempo histórico e vivido.

2 – *O espaço social*. Aqui, o espaço é construído a partir das ações sociais, ele é rico em dimensões que povoam a idéia da construção humana, do viver em sociedade, do agir numa base empírica e, a partir dela, erguer suas plataformas, essencialmente sociais. A partir dessa base empírica, são construídas as teorizações.

Ele é, ainda, para uns, produto de uma história, para outros, construído a partir de algumas atividades econômicas como, por exemplo, agricultura, práticas artesanais, industriais, etc. Ou seja, seria resultado do trabalho e da divisão do mesmo. Tal espaço é reconhecido pela experiência neste empreendida, objetivação do social.

3 – *O espaço intermediário*. Nesta concepção, o espaço é utilizado como estratégia, um meio, um “instrumento político intencionalmente manipulado” (LEFEBVRE, 2008, p. 44), algo pensado e desejado por determinados atores, os quais fazem parte do espaço geográfico (o Estado, a burguesia, tecnocratas, etc.). Tal espaço não teria ponto de partida, tampouco de chegada.

Essa definição de espaço, segundo o autor, abrange somente a reprodução dos meios de produção, dos quais fazem parte a força de trabalho. Uma lógica que atende a um espaço pura e simplesmente funcional e instrumental, muito frequente no século XIX (em que a cidade tradicional tinha uma função de consumo complementar a produção). Hoje, essa reprodução dos meios de produção se dá através das cotidianidades, dos lazeres e da cultura.

4 – *O espaço enquanto reprodução das relações (sociais) de produção.* Nessa concepção, o espaço não é tomado como simples mercadoria, como coleção de coisas, soma de objetos. É preciso ir para além da compreensão de que o espaço é, como na terceira hipótese, processo de produção das coisas e seu consumo. Aqui, ele deve ser entendido como um esquema dinâmico, comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços projetados por arquitetos, urbanistas. Nele, está incluída a “produção no sentido amplo: produção de relações sociais e reprodução de determinadas relações” (LEFEBVRE, 2008, p. 48). Nesse sentido, nele, estão contidos o espaço urbano, os espaços de lazer, espaços educativos, os das cotidianidades etc.

É no espaço urbano em que ocorrem situações articuladas e, ao mesmo tempo, desarticuladas. Onde o acesso às partes deslocadas se dá de forma diferenciada pela população. Nele, estão presentes espaços informes, como as periferias e subúrbios, cortiços, favelas, que se servem de um espaço mais organizado, representado nas áreas centrais.

Nesses espaços periféricos, existem “diversas espécies de discursos, interpretações, ideologias e valores culturais, artísticos, etc.” (LEFEBVRE, 2008, p. 49). A riqueza do espaço urbano, nesse sentido, é evidenciada pelas contradições postas pelo sistema capitalista, que faz eclodir diferenciações sociais, políticas e culturais no dito espaço.

Dentre as definições que dão sentido à existência do espaço apresentadas pelo autor, aquela a qual evidencia sua construção pelas cotidianidades diferenciadas, pela percepção, pela concepção, pelas relações mais restritas, é a mais coerente com a atual construção do espaço urbano, seja para qualquer realidade empírica. E em se tratando de uma produção sócio-espacial, também, leva em consideração as realidades do campo. Estas com dinâmicas peculiares, mas com traços urbanos imbricados em seu conteúdo rural.

A produção do espaço é envolvida também por laços de consanguinidade, que aos poucos vêm sendo substituídos pelos de territorialidade, mais especificamente no campo. A imposição de certos traços de cultura material e não-material vão modificando e dando uma nova configuração ao espaço rural.

Nesse sentido, valores da vida camponesa se tornam “picarescos”<sup>9</sup>, no sentido de perda de traços de originalidade; a porosidade trazida pela facilidade de comunicação e de transporte, no mundo capitalista contemporâneo, diluiu os traços rurais em meio aos traços urbanos e vice-versa.

A produção sócio-política do espaço obedece a nuances que dizem respeito a cada realidade empírica específica, pois é justamente o conteúdo social que dará sentido à existência desse espaço.

Sendo assim, a produção do espaço benevidense também obedece a características específicas as quais estão presentes neste município desde o período em que era uma colônia agrícola, no século XIX, até a atualidade (2011). Sobre tal processo de produção do espaço, aprofundaremos no capítulo a seguir.

---

<sup>9</sup> Traços rurais que perdem sua originalidade tornando-se sem importância junto à cultura circunscrita no espaço espaço rural.

#### **4 PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE BENEVIDES: DE COLÔNIA AGRÍCOLA A MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (RMB)**

Neste capítulo, apresentamos uma discussão sobre a produção do espaço urbano e rural do município de Benevides, desde sua origem como colônia agrícola, no período da Estrada de Ferro Belém-Bragança, até sua atual configuração como município da RMB.

A relevância deste capítulo consiste no entendimento de como se produziu o espaço do município, principalmente a partir da construção do núcleo colonial agrícola Nossa Senhora do Carmo até o momento de emancipação do município, em 1961, e de sua inclusão na RMB.

##### **4.1 – DE ESPAÇO COLONIAL A MUNICÍPIO DA RMB**

As terras, hoje, pertencentes ao território jurídico-político de Benevides, num passado distante (anterior à construção da antiga Estrada de Ferro de Bragança), já despertavam o interesse do poder político da capital (Belém). Segundo Cruz (1955), localizada a 30 km de Belém, a pé ou a cavalo, havia uma extensa área, a qual teria sido destinada ao trabalho agrícola, ainda pobre, mas que se mostrava promissor, devido às condições do solo e do clima. Dessa forma, o governo da Província tratou de mandar medir e demarcar tais terras.

Por volta de 1861, inaugura-se, na então região bragantina, a colônia agrícola Nossa Senhora do Carmo, na área de influência da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB), que fora criada para abastecer de gêneros agrícolas a capital do Estado (Belém). A cidade de Bragança era uma forte fornecedora de gêneros agrícolas para Belém (CRUZ, 1955).

O fato de Bragança ficar geograficamente distante de Belém gerou a necessidade de se criar um núcleo agrícola mais próximo da capital, visto que as viagens de Bragança até Belém eram feitas por barcos e navios, eram muito demoradas e, por conseguinte, dificultavam a dinâmica do comércio em Belém. O abastecimento

do mercado belenense muitas vezes ficava desprovido de alguns gêneros agrícolas em virtude de sua dependência de Bragança. De fato era necessário criar um núcleo agrícola mais próximo e que não deixasse faltar produtos no mercado belenense (CRUZ, 1955).

Foi dentro desse contexto que se criou a colônia agrícola Nossa Senhora do Carmo, com um incentivo muito forte à migração para a região norte de nordestinos (maranhenses e cearenses, principalmente) e estrangeiros (franceses, holandeses, norte-americanos, libaneses, turcos, etc.). Aos que se destinassem ao referido núcleo agrícola eram dados incentivos para a plantação, assim como para a comercialização do produto colhido (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2005).

O núcleo agrícola Nossa Senhora do Carmo prosperou até certo ponto, pois muitos foram os entraves ao seu sucesso. Em princípio, os estrangeiros não se adaptaram à região devido ao clima ser muito quente e os mesmos não terem recebido o apoio (boas residências, dinheiro para iniciar a produção agrícola, por exemplo) que o governo havia lhes prometido quando chegaram à colônia agrícola. Em seguida, o território onde foi criada a colônia não possuía um solo apropriado para plantar determinadas culturas, dificultando a variação nas plantações (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2005).

O forte na colônia consistia nos produtos típicos de uma agricultura familiar como mandioca, feijão, cana-de-açúcar, banana, etc. Outras culturas agrícolas não poderiam ser experimentadas pelos estrangeiros, pois o solo não oferecia condições adequadas. Assim, a maioria dos estrangeiros abandonou o projeto do núcleo agrícola, ficando, no local, apenas alguns franceses, holandeses e libaneses (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2005).

A maioria da população do referido núcleo ficou circunscrita aos nordestinos que permaneceram em seus lotes e procuraram trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e em alguns engenhos criados pelos poucos estrangeiros que ainda ficaram (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2005). O engenho Santa Sophia (fotografia 1) é um exemplo de um dos empreendimentos construídos pelos estrangeiros.



Fotografia 1 - ANTIGO ENGENHO SANTA SOFIA: no centro de Benevides.  
Fonte: Luciano Souza (22/07/2010).

Atualmente, o município de Benevides possui uma sede municipal e dois distritos (Murinin e Benfica). A história de Benfica é relevante para entendermos a evolução territorial do município de Benevides. Ela começa por volta de 1800, quando Benfica ainda estava vinculado às terras, hoje, pertencentes ao município de Ananindeua. O acesso de Benfica até a colônia Nossa Senhora do Carmo era feito através de carroça, com diversas tormentas a serem enfrentadas. Em Benfica, havia um porto que recebia inúmeros carregamentos de mercadorias vindas da colônia Nossa Senhora do Carmo, assim como, de outras localidades mais próximas. Do porto, as mercadorias eram embarcadas e levadas em barcos pelo rio Benfica até a Baía do Guajará, chegando ao vêr-o-pêso em Belém (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2005).

As mercadorias, depois de embarcadas no porto de Benfica, seguiam uma estrada conhecida como Maratá, cheia de entraves tortuosos. A carroça era puxada a boi e demorava horas até chegar à referida colônia com as mercadorias vindas de Belém. A exemplo disso, o engenho Santa Sophia – que produzia inúmeros derivados da cana-de-açúcar, tais como: rapadura, cachaça, açúcar, vinagre, etc.; e todos esses produtos eram comercializados em Belém do Pará – sofria consequências negativas ligadas ao

transporte até Belém dos produtos que fabricava, justamente porque o acesso da colônia até o porto de Benfica era ruim (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2005).

A melhoria no transporte dos artigos produzidos na colônia até Belém só iria melhorar após a construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), pois o acesso até Belém se efetivaria por terra e não mais por água. Após a instalação da EFB, também, foi criada, na então estrada conhecida como Maratá, uma linha férrea até Benfica por onde circulavam “pequenos carrinhos” chamados “troles”, os quais eram operados manualmente. A instalação dessa linha férrea facilitou o transporte de mercadorias até o porto de Benfica (BEGOT, 1984).

O distrito de Benfica era pouco habitado e o que dava sustento a sua população era uma olaria existente no referido local (Olaria Paraense). O produto confeccionado pela olaria era tijolo. As atividades de pesca artesanal e caça também davam sustento a tal população. A dificuldade da população na obtenção de produtos industrializados era enorme, pois os mesmos só podiam ser encontrados em Belém (BEGOT, 1984).

Próximo a Benfica, havia uma comunidade denominada Murinin, muito conhecida pela fartura de camarões e outros mariscos. As pessoas que moravam na comunidade enfrentavam dificuldades maiores de acesso até Belém, já que, para chegarem à capital, precisariam se deslocar de barco até o porto de Benfica e, de lá, pegar o navio até Belém (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2005).

Em Murinin, também existiam olarias que fabricavam telhas, as quais eram comercializadas em Belém. Esses produtos seguiam de barco até o porto de Benfica, de onde eram levados de navio até a capital. Outra possibilidade consistia no embarque de tal produto no porto de Benfica, nas “troles”, e seguiam na via férrea do Maratá até chegar à estrada de ferro de Bragança, onde a mercadoria era embarcada no trem, daí seguindo até Belém (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2005).

De núcleo agrícola Nossa Senhora do Carmo, que supria as necessidades de gêneros alimentícios da capital, o referido território passou a município da RMB. A partir de 1955, praticamente, termina a área de colônia, em específico, após a construção da BR-316, que substitui a ferrovia pela via rodoviária. Benevides constituiu-se em município a partir dos distritos de Benevides, Engenho Aracy e Benfica (desmembrados de Ananindeua), e de parte do distrito-sede de Santa Isabel do Pará (TRINDADE JR, 2002).

O município de Benevides ganha *status* de emancipado no ano de 1961. Daí em diante, Benevides toma ares de espaço onde não haveria mais somente traços

agrários, mas passaria a incorporar alguns elementos presentes nos espaços considerados urbanos.

Por volta de 1975, o então prefeito de Benevides, Claudionor Begot, no período de sua gestão, criou a área comercial de Benevides. Tal prefeito desapropriou uma grande área na sede municipal e a transformou em centro comercial. Os lotes foram doados àquelas pessoas que tivessem interesse em construir comércios em Benevides. O referido gestor público municipal realizou uma propaganda veiculada em Belém, informando sobre a doação de terrenos em Benevides para o referido fim. Logo vieram vários empresários com interesses em iniciar seus negócios. Claudionor Begot concedeu, na época, uma isenção de impostos de 5 anos aos interessados (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2005).

Após a desativação da EFB, o transporte rodoviário ganha força e se espalha por toda a RMB. Benevides inicia seu fluxo de transporte rodoviário por volta de 1970, com caminhões que dispunham de carrocerias iguais as de ônibus. Neste período, apenas dois veículos saíam do mercado de São Brás (bairro localizado em Belém) até o centro (sede municipal) em Benevides, ao lado da antiga “casa de força” (a qual gerava energia a óleo para o município na época). Já em 1972, um empresário português<sup>10</sup> inicia uma linha (itinerário) que saía do município de Santa Izabel do Pará com destino a Belém, passando por Benevides (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2005).

Da década de 1970 em diante, seria necessário incentivar o crescimento de Benevides através da expansão do seu sítio urbano. O ponto inicial dessa expansão se daria na sede municipal, a qual tomou o nome de bairro Centro. A partir daí, os gestores seguintes dariam continuidade ao projeto da expansão do mesmo através da criação de bairros para incentivar o povoamento da cidade.

A Prefeitura Municipal de Benevides (PMB), ao longo da estruturação do sítio urbano do município, efetivou um controle fundiário do ponto de vista legal, em que a aquisição dos lotes, pelos moradores, ocorreu mediante doação. A partir da década de 1970, diversas ruas foram abertas no município, proporcionando uma fluidez no acesso a tais lotes. Organizou-se, pela PMB, uma malha urbana pré-definida, com o desenho das ruas largas e regulares, entrecortando os terrenos. Dessa forma, o ambiente urbano de Benevides se estruturou, materializando, no espaço, uma organização pautada em instrumentos legais (SOUZA, 2007).

---

<sup>10</sup> Não obtivemos informações concretas a respeito do referido empresário.

A partir da década de 1990, a área imediata à sede municipal expandiu-se consideravelmente, culminando na criação de novos bairros, como Madre Tereza, Santos Dumont II, Cajueiro, Novo bairro e Campestre. Tal crescimento exigiu da PMB uma revisão da malha urbana antes estabelecida, o que levou a sua reformulação. O espaço urbano de Benevides não apresentava boas condições à ocupação, ao acréscimo de mais residências. Assim, a PMB interferiu novamente no espaço urbano e instalou nos novos bairros uma infra-estrutura e saneamento-básico incipientes.

A necessidade do desmatamento, comprometendo a vegetação existente no município, foi uma marca presente nas ações dos gestores municipais. Inúmeras áreas verdes (essencialmente naturais) em Benevides, a partir da década de 1960, foram destruídas para que pudesse haver a expansão do seu sítio urbano. A vegetação e as margens dos igarapés, aos poucos, se esvaíam, dando lugar às habitações. Com a intensificação dessas habitações, parte considerável da vegetação que compõe a área urbana do município, assim como os igarapés, desapareceram (SOUZA, 2007).

Conforme relatos de moradores locais de margens de igarapés – como: Trilho, Tubo, Gêlo, Quebra Galho, Tabocal e Ponte, os quais possuíam significativa utilidade para a população local e aos banhistas que vinham de fora usufruir dos igarapés do município –, estes perderam sua importância, no que diz respeito à sua exuberância, utilidade como balneário e local de encontro dos moradores e de indivíduos pertencentes às comunidades próximas.

O que se observa, a partir do exposto acima, é que a maioria dos igarapés que possuíam essas características exuberantes está assoreada, em virtude do crescimento populacional ordenado e desordenado, que fez com que inúmeras residências surgissem próximas a tais igarapés, deixando-os sem vida, rasos e poluídos.

É dentro desse contexto de surgimentos de ocupações e crescimento desordenado que o município se apresenta na atualidade, e tal realidade é a representação, de fato, da recente contextualização benevidense. Tal contextualização, exploraremos a seguir.

#### 4. 2 – CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO MUNICIPAL BENEVIDENSE

A organização do espaço urbano e rural de Benevides ocorreu mediante a retirada de sua cobertura vegetal (extensas áreas de floresta ombrófila densa), sobretudo na fase de constituição de sua sede municipal, na década de 1950 e 1960 (CRUZ, 1955).

Segundo informações da Secretaria de Infra-estrutura e Urbanismo de Benevides (SEINF, 2007), as áreas destinadas à expansão do espaço urbano na década de 1960 obedeceram a um programa de assentamento formal, ao que se seguiu um projeto de loteamento estruturado pela PMB. Nesse mesmo período, já existiam os espaços considerados distritos do município (Benfica e Murinin). A maioria das terras que configuravam os referidos distritos, no período outrora citado, pertencia à igreja católica, onde se realizavam atividades de extração madeireira, plantações e criações, notadamente tratadas como espaços rurais (CRUZ, 1955).

Dessa forma, com o avançar do tempo, o ambiente urbano de Benevides se estruturou, materializando no espaço uma organização pautada em instrumentos legais. A partir da década de 1990, verificou-se, em seu recorte urbano, assim como nos seus distritos (Murinin e Benfica) uma expansão significativa, ai já sendo incluída uma ocupação sem organização a qual, posteriormente culminou na criação de novos bairros como, por exemplo, Madre Tereza, Santos Dumont II, Cajueiro, Novo bairro e Campestre (estes em espaços adjacentes à sede municipal), conforme citado anteriormente. Tal situação exigiu da PMB, posteriormente, a regulamentação fundiária e estruturação dos referidos bairros. Isso levou à revisão da malha urbana e rural antes estabelecida, forçando a uma reformulação dessas áreas (SEINF, 2007).

É possível observarmos que o povoamento de um município é fundamental para a expansão do mesmo. Em Benevides, não foi diferente e a realidade dos bairros que surgiram a partir da década de 1990 expressava muito essa situação, em que o contingente populacional necessitava de habitações e, para isso, iria se utilizar de fins lícitos (através da compra) ou ilícitos (usando de meios como as ocupações).

Naquele momento, Benevides passava por um processo de incorporação a RMB, o que reforçaria o processo de aumento populacional do município, visto que o fluxo migratório dentro da RMB encontrava em Benevides boas oportunidades de moradia.

O geógrafo Trindade Jr. (1998) afirma que apenas a partir da segunda metade do século XX pôde-se falar em processo de metropolização de Belém, que, segundo este autor, inicia-se na década de sessenta (1960) e que se consolida nas décadas seguintes. Dessa forma, dispõe-se a incorporação dos municípios próximos a Belém, na finalidade do desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém (RMB):

esta fase pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada. Essa atual fase é marcada por contradições. De um lado temos, mais do que nunca, a consolidação de um modo de vida extremamente moderno, sofisticado e artificializado. De outro, temos o crescimento do baixo terciário, o déficit habitacional, a favelização acentuada, a insuficiência dos serviços e equipamentos urbanos etc. (TRINDADE JR, 1998, p. 01).

Na década de 1990, Benevides é incorporado à RMB, segundo consta na Lei Complementar nº 027, de outubro de 1995:

Institui a Região Metropolitana de Belém e dá providências.

Art. 1º - Fica criada, consoante o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Belém, constituída pelos municípios de:

I – Belém;

II – Ananindeua;

III – Marituba;

IV – Benevides;

V – Santa Bárbara;

(PARÁ, 1995, p. 01 apud SANTOS, 2010).

A figura 1 abaixo representa a Região Metropolitana de Belém e sua distribuição espacial.

## Região Metropolitana de Belém

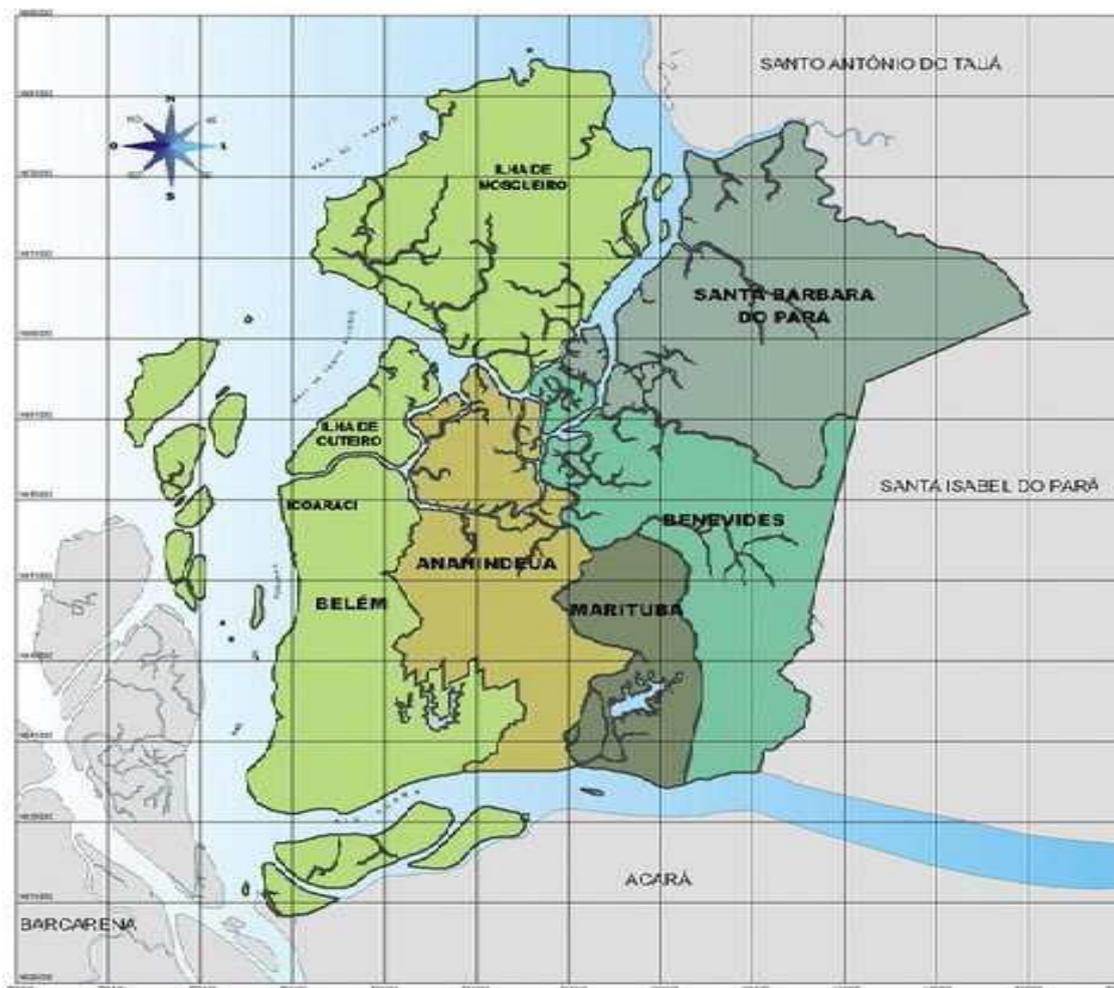


Figura 1 – REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (RMB)

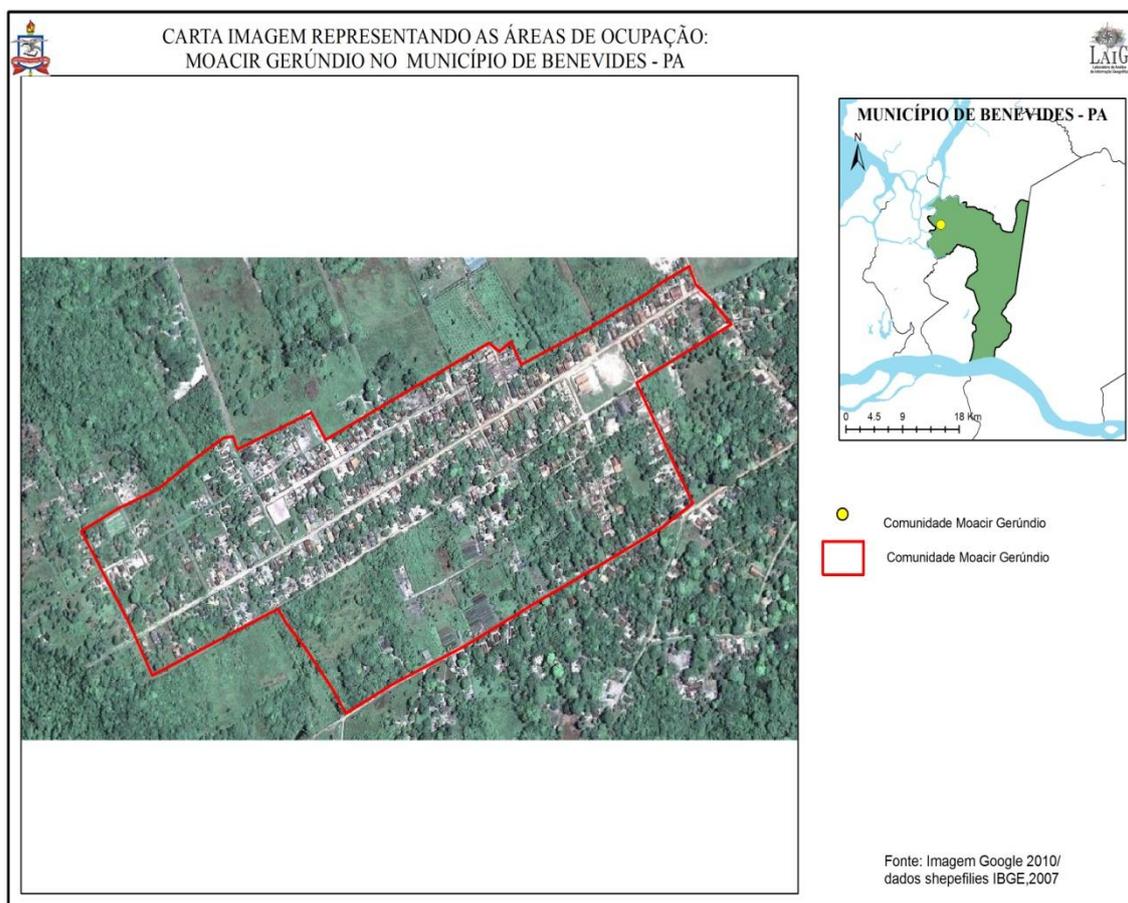
Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP

Escala: 1:250000

Notadamente, o fluxo migratório após a incorporação do município à RMB aumentaria anos mais tarde, chegando a alcançar níveis bem altos, provavelmente, devido ao surgimento de inúmeras ocupações.

#### 4. 2. 1 - As ocupações influenciando na organização espacial

A partir do ano 2000, em Benevides, um crescimento considerável no número de ocupações passa a existir tanto no seu espaço urbano quanto no rural. A carta-imagem 1 abaixo mostra a localização de uma das ocupações de Benevides (comunidade Moacir Gerúndio), surgida há, aproximadamente, dez anos.



Carta Imagem 1 – OCUPAÇÃO MOACIR GERÚNDIO: localizada no distrito Murinin

Fonte: LAIG/UFPA- Laboratório de Informações Geográficas, elaborado por Andréia Lira, 2010.

A referida ocupação acima possui um formato mais estruturado que as outras ocupações existentes no município. Percebe-se, por exemplo, pela imagem, as formas retangulares como estão dispostas as ruas. Esse tipo de formato indica efetivamente uma ação mais planejada por conta da Prefeitura Municipal de Benevides (PMB).

Os trabalhos *in loco* realizados durante a presente pesquisa puderam constatar também, nessa ocupação, a existência de serviço de energia elétrica regularizado, água encanada, escola municipal etc. As atividades realizadas pelos moradores são variadas, dentre elas podendo-se citar: serviços de construção civil, extração e corte de madeira

(visto que no referido distrito existem várias serrarias), além da atividade agrícola (plantações de hortaliças, legumes e verduras). Em se tratando da agricultura, alguns moradores possuem seus lotes, onde se realiza o plantio (faz-se *mister* saber que os mesmos não são cooperados e vendem sua mercadoria por conta própria em feiras livres na cidade de Belém).

Notadamente, é uma ocupação que se encontra em fase de transição. Conforme nos relatou o secretário de infra-estrutura do município, Dr. Jonas Cabral (2010),

a transformação desse espaço em bairro já está por se tornar uma realidade junto aos documentos da PMB, visto que este espaço já apresenta condições infra-estruturais e de serviços necessárias para tal (...) cabe somente ao prefeito, agora, oficializar (entrevista realizada em julho de 2010)

A presença dessa ocupação, assim como de outras dentro de um contexto metropolitano, reforça o caráter de atração populacional deste município, que hoje apresenta um contingente populacional considerável, se comparado ao de dez anos atrás. Nesse sentido, o município apresenta um caráter de imigração dentro da RMB, devido ao fluxo populacional, que é cada vez mais frequente.

Segundo dados do IBGE (2010) e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Benevides (2009), o município apresenta, aproximadamente, 51.663 habitantes; considerando a população residente de dez anos de idade ou mais. No entanto, é bem provável que este número não nos revele a real estatística populacional desta cidade, principalmente, em função do crescente número de crianças de zero a nove anos e dos dados não computados daqueles que residem nas ocupações.

Desde o ano 2000 até hoje, a mudança no ritmo de crescimento da população desse município foi significativa. Houve um salto, em número de habitantes, de 35.546 (em 2000) para 51.663 (em 2010). Isso sem levar em consideração o número expressivo de pessoas que residem nos espaços de ocupação. Os gráficos 1 e 2 ressaltam essa mudança no crescimento populacional ocorrido em dez anos.

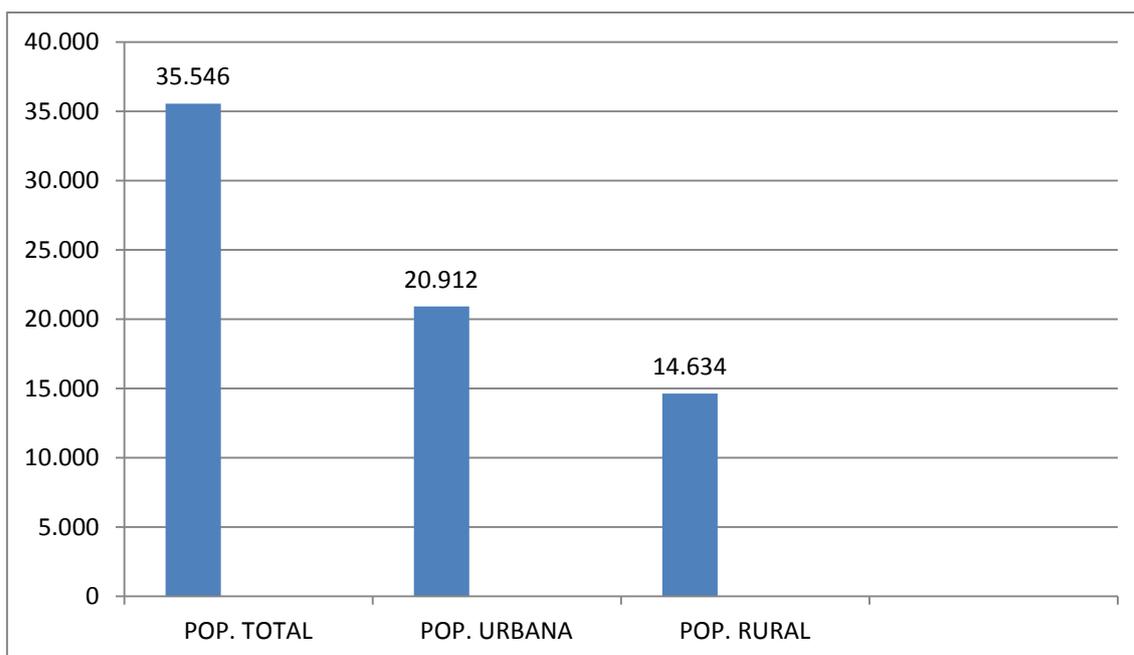


Gráfico 1 - CENSO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE BENEVIDES

Fonte: IBGE 2000

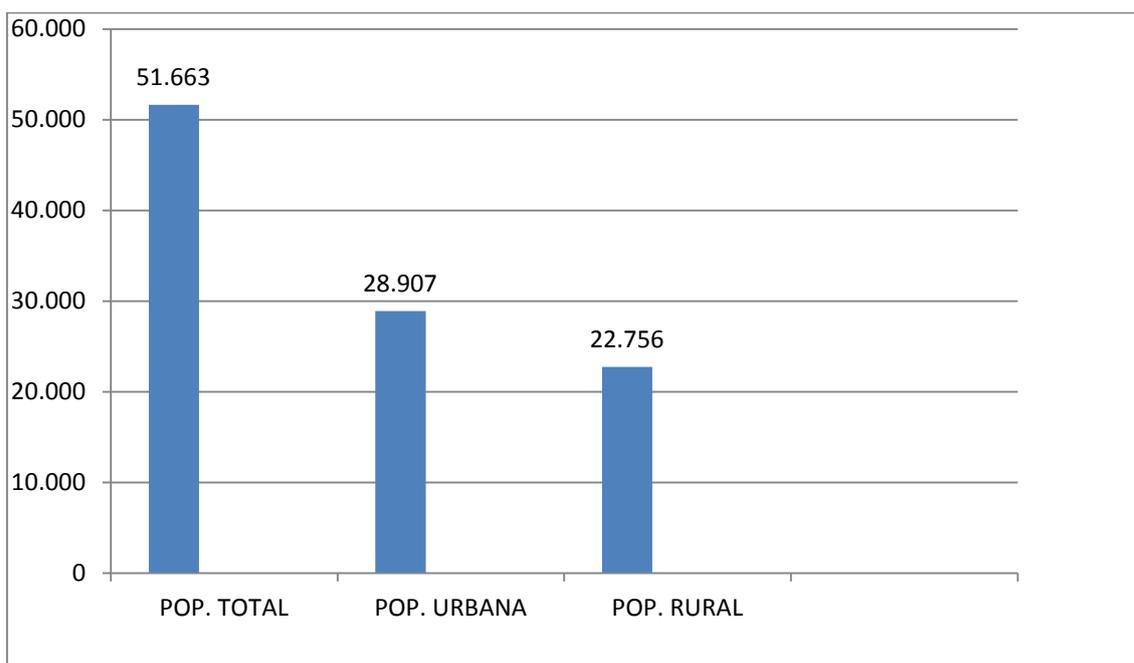


Gráfico 2 - CENSO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE BENEVIDES

Fonte: IBGE 2010

Nota-se, nos gráficos 1 e 2, que os espaços urbanos e rurais cresceram em ritmos semelhantes, girando em torno de oito mil pessoas para cada um deles, levando-se em consideração o recorte temporal de dez anos. Tal crescimento se deu em função

das migrações que Benevides recebeu nesse período; notadamente devido aos atrativos, outrora citados, como: o valor dos terrenos, da presença do verde, do pequeno índice de violência, e da tranquilidade em relação a outros municípios da RMB.

Tanto em sua configuração urbana quanto na rural, as ocupações são marcas bem presentes nesse município. Dentre as ocupações que apresentam certas configurações rurais, destaca-se a comunidade Quatro de Agosto, localizada em Benfica. Essa ocupação está presente em tal distrito desde o ano de 2007. A mesma possui (segundo dados coletados *in loco*, em novembro de 2010), 110 famílias, girando em torno de quatro a cinco pessoas por família.

Seu entorno está configurado pela dispersão (áreas de fazenda), em que a presença de serviços públicos é difícil. Além do que, o acesso a tal ocupação é dificultoso pelo fato de a mesma estar localizada em meio ao verde, o que torna o percurso tortuoso aos seus moradores, que necessitam comprar comida, ir ao trabalho, ir à escola (adultos e crianças), ir ao posto médico etc.

Muitos moradores (chefes de família – homens, principalmente) trabalham em fazendas localizadas no entorno da ocupação. Vale ressaltar que o salário pago aos mesmos é considerado baixo e não há vínculo empregatício formal (carteira assinada). Nota-se ao redor da ocupação a dispersão outrora citada que justifica seu caráter, *a priori*, rural. Abaixo, a figura 2 mostra a sua localização.

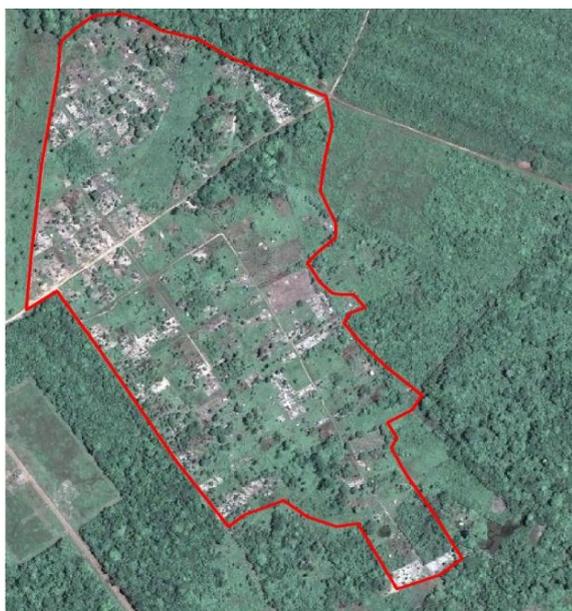
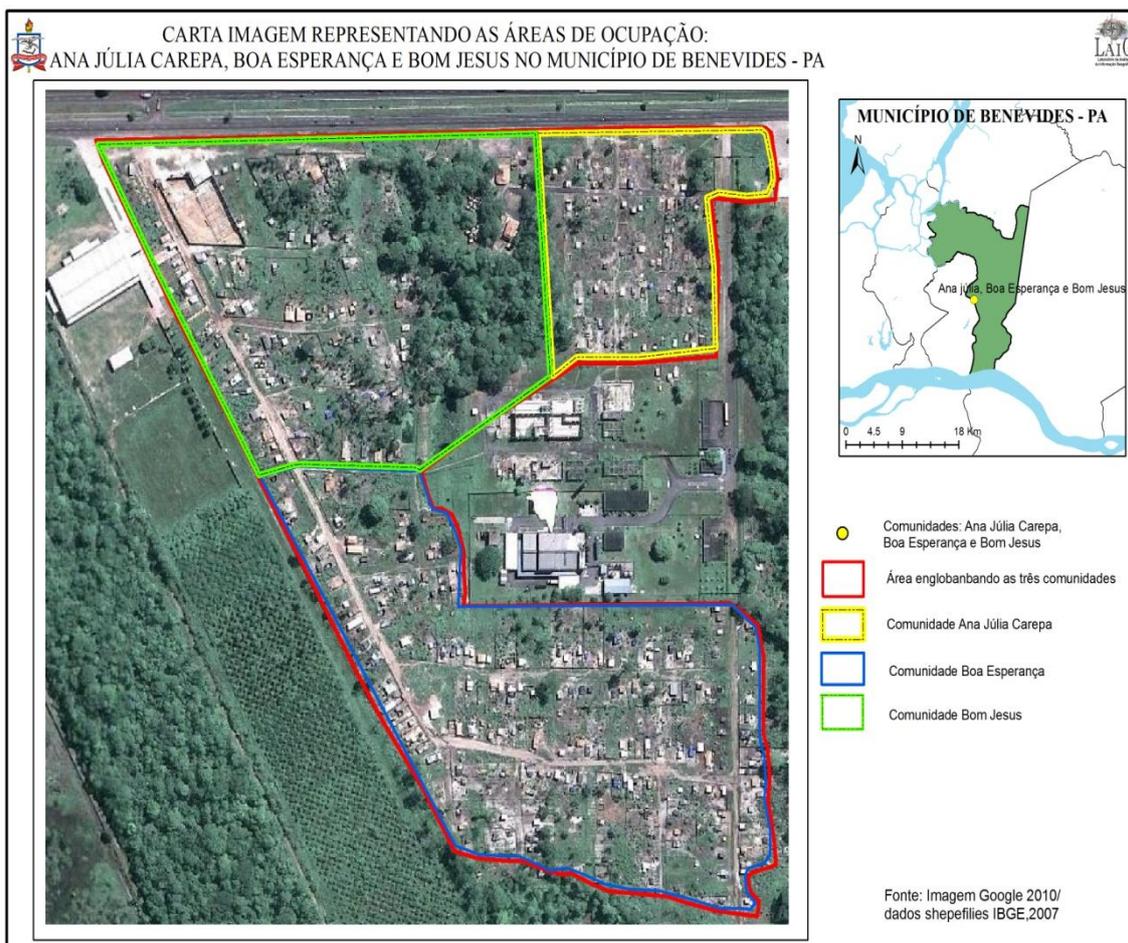


Figura 2 – OCUPAÇÃO QUATRO DE AGOSTO:  
no distrito Benfica  
Fonte: Imagem Google 2010/dados shapefiles  
IBGE, 2007

Esses espaços de ocupação presentes no município de Benevides localizam-se ora num âmbito dito mais urbano ora num mais rural. Locais em que há a dispersão e a presença de muitas áreas verdes comumente entendem-se como sendo um espaço rural e, dentro dessas definições, existem ocupações em Benevides. Assim como, àquelas que se encontram numa esfera mais urbana, onde a aglomeração, a contiguidade, a presença de inúmeros serviços, de infra-estruturas mais padronizadas, de relações de trabalho mais ligadas à cidade são mais marcantes e evidenciam o conteúdo urbano.

As ocupações possuem um conteúdo social muito diferenciado, que apresenta uma mistura (urbano e rural, ao mesmo tempo). Segundo dados coletados em campo, na presente pesquisa, várias são as informações que evidenciam a presença de hábitos e costumes ligados aos dois conteúdos sociais. São práticas ou relações de trabalho que podem ser constatados na paisagem, assim como nas atitudes dos que moram nas ocupações, que se revelam espaços sem estruturas que propiciem condições de vida satisfatórias aos seus moradores.

Próximo à sede municipal, estão presentes três espaços de ocupação (Comunidades: Ana Júlia Carepa, Boa Esperança e Bom Jesus), que surgiram a partir de 2006, num espaço que antes pertencia à cooperativa intitulada “Nova Amafrutas” (extinta em 2008). A carta-imagem 2 amostra a localização dessas três ocupações em meio a uma configuração típica de um espaço dito urbano.



Carta-Imagem 2 – OCUPAÇÕES ANA JÚLIA CAREPA; BOM JESUS E BOA ESPERANÇA

Fonte: LAIG/UFPA- Laboratório de Informações Geográficas, elaborado por Andréia Lira, 2010.

Nota-se, pela carta-imagem 2, a concentração nesse espaço das três ocupações, notadamente circunscritas numa realidade urbana em que a configuração espacial apresenta um contexto pouco disperso e com uma regularidade presente nos lotes particulares ao lado; além da presença de uma via pública federal (BR-316), que concentra um fluxo diário muito grande dentro da RMB.

O cenário que a paisagem deste espaço apresenta chama bastante a atenção. Em menos de um ano, boa parte do espaço da antiga empresa “Nova Amafrutas” foi quase todo ocupado; uma ocupação que registra, na paisagem, a pobreza das pessoas que ali habitam; estas se encontram desassistidas pelo poder público no provimento de necessidades materiais mínimas (infra-estrutura, saneamento básico efetivo, serviços de saúde, de segurança, entretenimento etc.).

A realidade da população que habita esse espaço é bem difícil, pois a mesma se encontra numa situação em que benefícios básicos, os quais deveriam ser providenciados pela administração do município, são postos num quadro de ausência. A

falta de uma regularização fundiária inviabiliza, por parte do poder público municipal e estadual, o estabelecimento de possíveis projetos e parcerias que poderiam proporcionar um sustentáculo (social, político, econômico e cultural) aos moradores dessas ocupações (SOUZA, 2007).

No espaço geográfico benevidense, sobretudo nas ocupações, existe uma indefinição do que seja o urbano e o rural, conforme evidenciado anteriormente. Na verdade, essa é uma situação presente em muitos espaços amazônidas, onde o urbano e o rural se confundem por conta da intensa troca existente entre tais conteúdos sócio-espaciais.

O interessante a ser observado nas cidades amazônidas é o fato de as mesmas não apresentarem com clareza um modo de vida urbano na região. Novamente são colocadas em questão as misturas existentes no espaço da Amazônia entre os conteúdos urbano e rural.

Segundo Cardoso e Lima (2006, p. 55), a ocupação do território não evidencia a situação com clareza e, até mesmo, com relação aos

papéis da cidade e de como a população pode se beneficiar da existência das cidades na região. [O que é muito frequente no espaço geográfico amazônida são as] (...) estratégias sócio-espaciais de populações rurais e urbanas.

Essas estratégias sócio-espaciais acima citadas variam de acordo com as necessidades de cada população na Amazônia. As estratégias de sobrevivência são inúmeras, sejam numa realidade urbana seja numa rural. Essas evidências mostram um espaço que, ao mesmo tempo, é vetor de várias obras (que geram muitas divisas para o governo federal e empresariado local e internacional) e um “palco” que oferece pouca infra-estrutura aos que não possuem grande poder aquisitivo, mas que almejam trabalhar dignamente na região.

As tipologias existentes na Amazônia nos ajudam a entender um pouco mais sobre a real situação do modo de vida existente no espaço urbano e rural da referida região. Essas tipologias são reflexos de uma área de fronteira, onde a imprecisão na definição do tecido urbano e rural é bastante complexa. Em Benevides, nos espaços de

ocupação intitulados: “Nossa Senhora do Carmo” e “Quatro de agosto”, a imprecisão na paisagem (na forma), primeiramente, denuncia a interface existente entre os conteúdos urbano e rural.

Na Amazônia, a dinâmica de pequenas e médias cidades (a exemplo de Altamira, Castanhal, Belém, Manaus etc.) é tão similar que nos dá uma impressão confusa, tornando-se difícil a definição do que seja o urbano e rural ou, mais especificamente, a tentativa de figurar um rural e um urbano “puros”.

Tentar compreender, na Amazônia, a urbanização e a ruralidade torna-se um exercício árduo, pois é preciso aprofundar-se

nas suas particularidades, regularidades e universalidades, [n]o que há de comum e ao mesmo tempo singular no processo de ocupação dessa região, comparativamente a outras situações no país ou fora dele. Além de repensar o que é o rural e o urbano na Amazônia de hoje, e evidenciar o olhar para além dessa visão dicotômica, (...) a cidade não é uniforme na sua expansão, bem ao contrário, ela reproduz divisões sociais na conformação de seus espaços, na consolidação de bairros antigos e no aparecimento de novos. O uso do espaço urbano-rural e as formas de sua apropriação mostram ainda processos em curso que são diversos, múltiplos, dispersos e inseparáveis das diferenciações de classe, de etnias ou de lugares sociais, visualizando as diversas formas de apropriação do território e de disputas pelo lugar na cidade (CASTRO, 2006, p. 10).

Chama-nos a atenção o fato de pessoas que moram nas cidades manterem relações/vínculos diretos(as) com as produções que se realizam no campo. Essa marca ou característica fundamental das cidades da Amazônia, segundo Sá; Costa; Tavares (2006, p. 131)

muitas vezes identifica a existência de uma divisão social de trabalho familiar entre seus membros, no qual aqueles que permanecem no campo contribuem fundamentalmente para a manutenção dos outros membros da família que migram para a cidade. Nos pequenos portos, a presença daqueles que vivem nas cidades enviando bens aos que vivem no campo é constante, assim como tem sempre barco chegando com a produção agrícola e levando coisas para o campo: calçados, roupas, tecidos, eletrodomésticos, materiais de construção. Este sistema de trocas, marcado por uma simplicidade positiva, não é conhecido e nem apropriado pelas matrizes econômicas tradicionais.

Identificar esses circuitos e fluxos, através de um olhar diferenciado, é fundamental na compreensão desse sistema produtivo, assim como entender melhor como se conforma esse conteúdo singular de vida social (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). Na Amazônia, essas formas singulares de vida social são expressões da cotidianidade da cidade e do campo. A dependência do homem do campo está na modernidade presente na cidade, da mesma forma que as necessidades daqueles que moram nas cidades está na produção agrícola e de outros gêneros que só podem ser encontrados no campo.

Dessa forma, se apresentam necessidades ora reforçando as características de um e outro conteúdo (rural e urbano) ora imbricando-os e dificultando o trabalho de definição do que seja o urbano e o rural na Amazônia.

Tanto no pretense espaço urbano do município de Benevides, quanto no rural existem ocupações. Para a PMB, nos seus distritos Benfica e Murinin, nos últimos 10 (dez) anos, surgiram diversas ocupações. Dentre elas, podemos citar: o “Moacir Gerúndio”, com aproximadamente dez anos de criação, localizada em Murinin; e a ocupação “Quatro de Agosto”, no distrito de Benfica.

Segundo a PMB, baseada em definições dadas pelo IBGE, o conteúdo urbano também está contemplado nesses dois distritos, pois os mesmos apresentam um conjunto de serviços (água encanada, coleta de lixo regular, saneamento básico, energia elétrica, segurança pública etc.), infra-estrutura, arruamentos, praças etc., além de um conteúdo social que demonstra a dinâmica sócio-econômica e cultural das pessoas que moram em tais distritos.

A situação em que se encontram as ocupações em Benevides é irregular, pois segundo dados da PMB (2009), tais ocupações encontram-se em terrenos particulares e do governo do Estado do Pará. Sendo assim, algumas dessas ocupações não são assistidas pelo poder público municipal, pois a PMB não investe em serviços e infra-estruturas em espaços que, possivelmente, podem vir a ser requeridos por seus proprietários de direito. Isso significaria uma perda de investimentos consideráveis, conforme nos afirmou o secretário de infra-estrutura Dr. Jonas Cabral:

Nossa segurança está nas áreas que possuem regularização fundiária; quando a PMB desapropria um espaço para loteá-lo e lhe doar aos moradores nós já estamos cientes de que os investimentos em infra-estrutura, saneamento básico, escolas, postos de saúde etc. serão certos e seguros, pois o espaço tem “segurança”. Agora quando é uma ocupação as coisas ficam mais difíceis, principalmente quando se trata daquelas que estão em terrenos particulares ou pertencentes ao governo do Estado (...) sendo assim, é complicado investirmos um capital que possivelmente pode vir a se perder a qualquer momento (entrevista realizada em julho de 2010)

O relato acima evidencia a real situação em que se encontram os espaços de ocupação em Benevides. Além do exemplo das ocupações “Moacir Gerúndio” e da “Quatro de Agosto”, existem aquelas que se localizam fora dos distritos citados e, especificamente, no espaço urbano do município. É o caso das comunidades “Boa Esperança”, “Bom Jesus”, “Ana Júlia Carepa” e “Nossa Senhora do Carmo”, as quais estão localizadas dentro de uma configuração que envolve a sede municipal, com uma típica organização urbana.

Essas inúmeras transformações ocorridas no espaço benevidense, desde o núcleo colonial agrícola, evidenciam a multiplicidade de intenções existentes na sua formação histórico-territorial. Atualmente, há a continuidade do processo de expansão territorial do município. No entanto, constitui uma expansão ilícita, constatada pelo crescente número de ocupações que vêm surgindo tanto no espaço urbano quanto no rural.

No próximo capítulo, trataremos sobre a contextualização da atual realidade benevidense, uma vez que esta possui em seu bojo uma situação que apresenta inúmeras ocupações. Nesse sentido, um passo fundamental para entendermos o foco principal deste trabalho, qual seja a interface entre o modo de vida rural e o urbano e a produção do espaço nas ocupações “Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo” e “Quatro de Agosto”, é fazermos a correlação entre os dados coletados em campo e a discussão teórica apresentada.

## 5 PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS OCUPAÇÕES Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO EM BENEVIDES/PA: INTERFACES ENTRE RURAL E URBANO

O presente capítulo faz referência aos dados coletados em campo (ocupação Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo e Quatro de Agosto), devidamente correlacionados ao esquema teórico adotado na presente pesquisa. Nesse sentido, o objetivo é interpretar a realidade dessas ocupações, na intenção de identificar e analisar hábitos e costumes ligados ora a um modo de vida rural ora a um urbano, assim como, a produção do espaço, a procedência e a atual situação sócio-econômica desses habitantes.

Para tanto, a correlação dos dados aqui presente segue um procedimento que envolve tanto dados primários quanto secundários acerca dessas ocupações, o que procederemos no sub-item a seguir.

### 5.1 – O MODO DE VIDA URBANO E RURAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS OCUPAÇÕES Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO

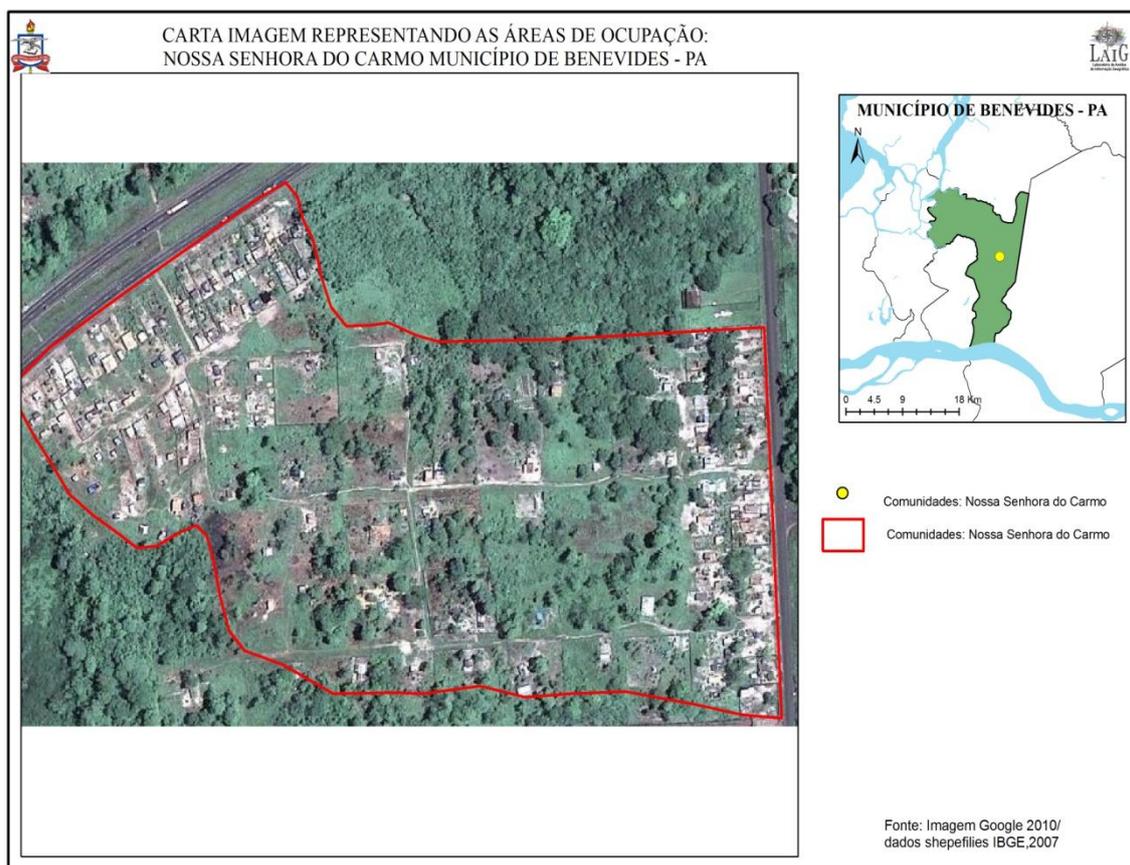
*Nossa existência é vista e sentida pelo poder público municipal, no entanto é ignorada em muitos aspectos (...) é por isso que somos obrigados todos os dias a sermos mais de um, pois nossos esforços pela sobrevivência precisam ser em dobro.*

*(Morador 1 da ocupação Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>. do Carmo)*

Na atual situação das ocupações benevidenses, duas chamam atenção: Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo e Quatro de Agosto, justamente por estarem em contextos sócio-espaciais teoricamente diferentes. As mesmas estão localizadas, respectivamente, numa realidade urbana e numa rural, sendo que as características sócio-espaciais encontradas em ambas as ocupações chegam, muitas vezes, a ser parecidas. O tempo de criação e a quantidade de famílias presentes nelas variam e são apresentadas, segundo pesquisas realizadas em campo, da seguinte forma:

– A comunidade Nossa Senhora do Carmo, existente desde 2006, possui 214 famílias. Para esta comunidade, já foram aprovados, junto ao Ministério da Agricultura, vários

projetos de cunho agrícola, tais como: criação de frangos caipira, horta comunitária, tanque rede e abelha sem ferrão. No entanto, a não regularidade do terreno onde está situada a ocupação impossibilita a execução de tais projetos. A carta-imagem 3 abaixo evidencia tal ocupação na sede municipal.



Carta-Imagem 3 – OCUPAÇÃO Ns.ª. Sr.ª. DO CARMO

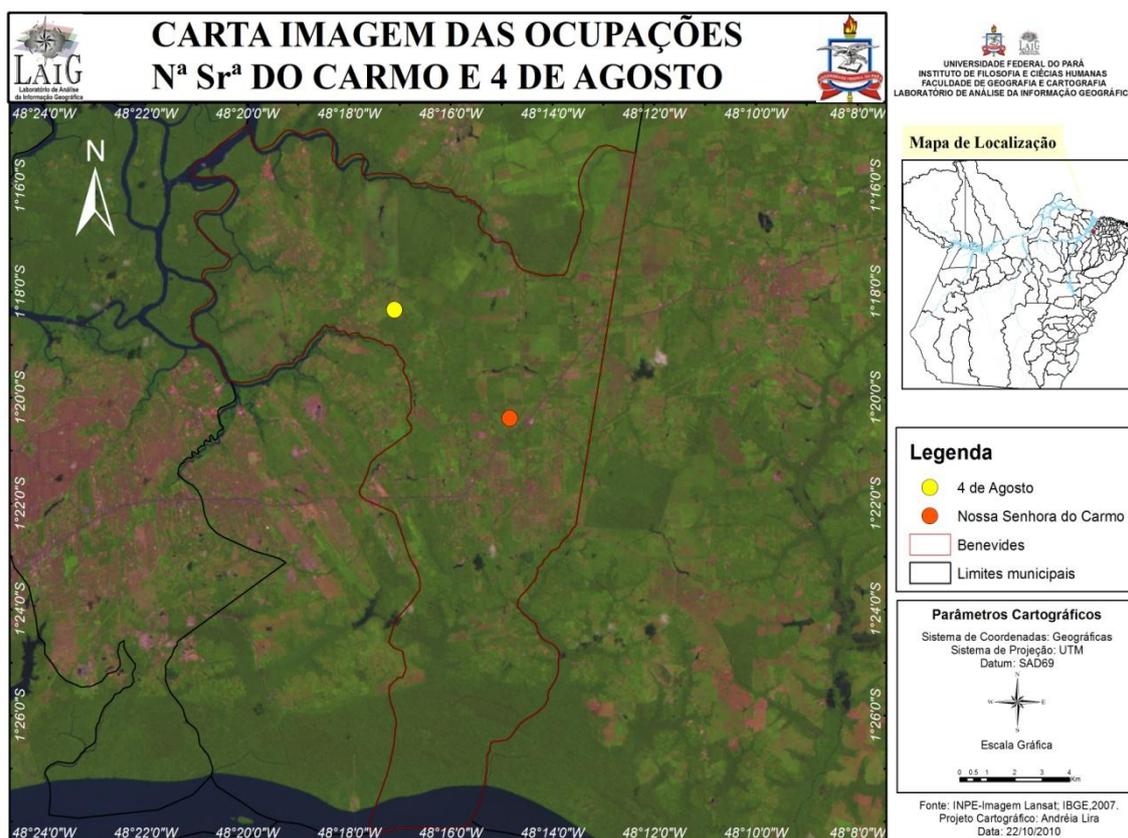
Fonte: LAIG/UFPA- Laboratório de Informações Geográficas, elaborado por Andréia Lira, 2010

Essa ocupação acima representada pela carta-imagem 3 fica na influência da BR-316, facilitando o acesso a tal espaço por aqueles que têm o interesse de fixar residência no local. O percurso Belém – Santa Isabel do Pará, por exemplo, passa necessariamente pela frente dessa ocupação.

– A comunidade Quatro de Agosto existe desde o ano de 2007 e consta de, aproximadamente, 110 famílias; a mesma, segundo informações colhidas através de pesquisas realizadas *in loco*, em julho de 2010, ocupa um espaço pertencente a uma empresa particular, da qual não se obteve informações.

A formação das duas ocupações segue dinâmicas que não somente possuem uma ligação direta com os processos intra-urbanos e rurais, mas intermunicipais, dentro de uma discussão de relações metropolitanas, que influenciam na formação das mesmas.

O inchaço urbano, principalmente de Belém e Ananindeua, conduz a um movimento migratório que facilita, sobremaneira, o surgimento dessas ocupações. Abaixo, a carta imagem 4 mostra a localização das duas ocupações.



Carta Imagem 4 – OCUPAÇÕES Nsª. Srª do CARMO E QUATRO DE AGOSTO

Fonte: LAIG/UFPA- Laboratório de Informações Geográficas, elaborado por Andréia Lira, 2010.

O reconhecimento sobre a definição dos espaços de ocupação de Benevides, no que diz respeito ao seu entendimento como urbanos ou rurais, inclui análises que vão para além da forma, pois a mesma não é suficiente para definir o urbano e rural, já que muitos elementos que observamos tanto no espaço rural quanto no urbano possuem muitas semelhanças.

Conforme afirma Reis (2006), o espaço urbano e o rural não podem viver isoladamente, pois os mesmos dependem um do outro, eles se interpenetram; não é possível vivenciarmos uma realidade sócio-espacial onde haja somente características do rural ou do urbano; muito pelo contrário, elas estão interligadas ininterruptamente.

Nas duas ocupações estudadas pela presente pesquisa, é fundamental levarmos em consideração o modo de vida urbano e rural para que possamos incluir elementos como, por exemplo, hábitos e costumes, que nos dão um leque maior de possibilidades para a definição.

Sendo assim, conforme nos evidencia Wirth (1979), o grau de interação social é uma variável importante. Quanto maior for o número de indivíduos se relacionando na sociedade [independente se se tratar do espaço rural ou do urbano], maior será a diferenciação potencial entre eles.

Essa é uma realidade muito observada nas duas ocupações, pois as pessoas que moram nas ocupações vieram de diversos lugares e trouxeram consigo hábitos e costumes diferentes que somaram, dentro de uma lógica de interação social, aos já existentes nas ocupações.

As ocupações Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo e Quatro de Agosto estão postas numa discussão em que suas dinâmicas encontram-se circunscritas em realidades que nos mostram modos de vida diferenciados, sendo para tal necessário um entendimento maior sobre os conceitos de modo de vida urbano e rural.

Dentro dessa definição, ao analisarmos as ocupações Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> do Carmo e Quatro de Agosto, constatamos que o modo de vida urbano, conforme itera Wirth (1979), é representado pela forma política, pois ela consiste *per si* o seu sistema representativo. Com base nos trabalhos realizados em campo em ambas as ocupações estudadas, pode-se afirmar que existem articulações internas fundamentais para a manutenção da existência dessas ocupações.

Podemos citar, como exemplo do exposto acima, a existência de “barracões”, onde são feitas reuniões para tratar de assuntos relacionados à posse da terra que esses moradores ocupam. Por isso, o sujeito envolvido nesse processo precisa se articular em diversos grupos de interesses para se valer no “palco” político e social.

A situação antes mencionada se justifica, segundo estudos de Wirth (1979), pela natureza do modo de vida urbano, que está além dos limites da cidade, expansão que só é possível pelas intensas trocas proporcionadas pelo sistema de comunicação e pela adoção generalizada da tecnologia e das relações sociais de produção modernas.

A articulação existente entre os moradores das ocupações ora pesquisadas mostra a existência dessa extrapolação de informações para além dos limites de Benevides, quando se trata de resolver situações relacionadas ao bem das comunidades, a exemplo da posse da terra que eles ocupam.

Nas referidas ocupações, *a priori*, o movimento migratório influencia consideravelmente o modo de vida urbano existente nelas. Pessoas vindas de municípios da RMB, além de outros fora do Estado, são as que compõem as ditas ocupações.

Segundo as afirmações teóricas de Wirth (1979), inclui-se aí, num entendimento mais amplo desse processo, a mobilidade [migração], que seria outro traço marcante do modo de vida urbano, manifestando-se no status flutuante do sujeito no meio sócio-econômico, no elevado grau de renovação dos membros dos diferentes grupos e nas mudanças contínuas de residência e local de emprego.

Da mesma forma, o modo de vida rural também possui suas especificidades, sobretudo, aquelas que estão ligadas às manifestações cotidianas e peculiares que ocorrem no campo. No entanto, mesmo na cidade, é possível notarmos os traços marcantes do modo de vida rural. É importante lembrarmos que a presença de hábitos rurais na cidade, tais como a música sertaneja, a comercialização de produtos agrícolas, a venda de artesanatos etc., pode vir a influenciar no espaço urbano, no modo de vida urbano. Isso é um exemplo de que há uma interação, uma troca muito forte nas cidades amazônicas desses dois modos de vida.

Dentro desse entendimento, o espaço rural não está isolado do centro urbano, ao contrário, a lógica urbana integra os diversos setores da sociedade, incluindo os espaços rurais, em seu universo político, econômico, cultural e social. Portanto, é impossível afirmar que existe cidade pura ou campo puro, ambos são tipificações ideais de formas de comunidades e de relações sociais (WIRTH, 1979).

Nas comunidades Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de Agosto, por exemplo, existem inúmeras residências onde há plantações nos fundos dos quintais, sendo que, em algumas, há o comércio do produto cultivado. Assim como há também, nas duas ocupações, o hábito de tomar banho em igarapés, os quais estão nelas localizados. No entanto, nas mesmas, há pessoas que exercem profissões mais associadas ao espaço urbano (metalúrgicos, pedreiros, mecânicos, funcionários públicos etc).

Segundo Wirth (1979), mesmo numa esfera rural, não podemos desconsiderar a importância de uma quantidade, mesmo que inferior a do espaço urbano, de habitantes que, interagindo, modificam a forma das relações sociais, que tendem à transitoriedade, superficialismo, fragmentação e anonimato. As relações sociais passam a se pautar na lógica utilitarista, devido à pressão da divisão do trabalho e da especialização dos

indivíduos; e esse tipo de movimento vem se tornando cada vez mais comum no espaço rural.

Os conceitos de rural e urbano são tipologias que evocam modos de vida. Esses modos de vida vão estruturar-se em devido ao raio de ação da vida quotidiana dos indivíduos a especificidade das relações sociais. Por exemplo, em uma das ocupações estudadas (Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>. do Carmo), é possível observarmos, mesmo dentro de uma configuração tomada como urbana, residências com criações de pato e frangos, assim como, inúmeras plantações de hortaliças, frutas, ervas medicinais etc.

Conforme as teorias de Wirth (1979), se até a idade média, a vida quotidiana era estruturada em função da morfologia espacial, com o desenvolvimento dos meios de transportes e de comunicação, o tempo desenraiza-se do espaço e a ligação direta morfologia espacial e efeitos sociais vai se diluir de tal modo que habitar no campo não significa necessariamente trabalhar na agricultura nem no campo.

Muitos são os indivíduos das ocupações mencionadas que moram nas mesmas e trabalham em fábricas presentes em Benevides (Schinkariol, Belágua, Nossa Água etc) ou em outros municípios da RMB. Essa é a uma realidade que explica o diluimento das relações sócio-espaciais existentes nessas ocupações. Muitos habitam em casas de barro com plantações nos quintais, mas trabalham em fábricas localizadas em espaços circunscritos numa dinâmica urbana.

A indefinição do modo de vida urbano e rural nas ocupações estudadas nos remete às especificidades presentes nas cidades amazônidas, que concentram funções diversas sejam elas pertencentes a uma realidade urbana ou rural. Segundo afirma Guerra (2006), nas cidades da Amazônia, há um substrato (material) vivido sem fronteiras, por isso as divisões entre rural e urbano, nesta realidade empírica, não passam de abstrações. As populações migram ora para lugares mais concentrados ora para realidades mais dispersas, mas sempre possuindo uma contextualização característica da realidade amazônida. Os aspectos inter-relacionados fazem parte dessa realidade única existente na Amazônia.

A respeito das duas ocupações, estas se encontram em realidades sócio-espaciais diferentes: a ocupação Quatro de Agosto, por exemplo, está localizada numa realidade mais dispersa, com características mais associadas ao espaço rural; enquanto que a ocupação Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo encontra-se numa realidade mais aglomerada, dando-nos precisões de um espaço mais urbano.

Tomar o espaço rural, por exemplo, como exclusividade das relações estabelecidas, apenas, por aqueles que habitam o mesmo é negar a sociabilidade riquíssima estabelecida pela rede entre os habitantes do campo e os da cidade. Na trama da sobrevivência, diversas atividades econômicas colaboram para o não isolamento do tecido sócio-econômico e cultural do território rural.

Nesse sentido, a inter-relação aí existente conecta aqueles que produzem no campo (função absolutamente importante) aos que necessitam desses produtos diariamente nas cidades. Esses últimos proporcionam aos primeiros o acesso a produtos industrializados, tais como: roupas, calçados, combustível, alimentos enlatados, derivados do leite, remédios produzidos industrialmente, etc.

O espaço geográfico produz-se a partir das intenções postas num substrato material por aqueles que possuem vontade e necessidade de ocupar uma determinada fração de um ambiente onde ainda não há, materialmente, transformação social (SANTOS, 1999). A produção do espaço nas ocupações do município de Benevides ocorre mediante tomada de decisões que partem de intencionalidades de atores sociais que passam a criar formas, estruturas espaciais em lugares onde antes existiam apenas coberturas vegetais.

O surgimento dos objetos espaciais, das ruas demarcadas, das casas, dos estabelecimentos comerciais, assim como, das inúmeras relações que passam a ocorrer por conta da instalação dos mesmos, configura a produção dos espaços ora urbanos ora rurais.

O estabelecimento de associações de bairros, com esforço de registros em cartório (através do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ), iniciado, por exemplo, pela comunidade Nossa Senhora do Carmo; assim como as reuniões nas ocupações para tratar de assuntos relacionados à posse da terra; as festividades realizadas dentro das comunidades para angariar fundos para ajudar as famílias mais carentes; os mutirões realizados pelos moradores para limpar o espaço das ocupações etc., são atitudes que marcam um conteúdo político presente na produção dos espaços das ocupações de Benevides. Segundo Lefebvre (2008), esta é a componente fundamental da produção sócio-política do espaço geográfico: a interação social, por mais diversificada que ela se apresente.

Conforme Lefebvre (1991), a relação existente entre campo e cidade ganha proporções inimagináveis, pois cada vez mais a vida urbana se lança rumo ao seio da vida rural, camponesa, retirando ou alterando na mesma seus elementos tradicionais,

como artesanato, pequenos centros que somem sob a hegemonia de centros mais dinâmicos presentes no espaço urbano. Tais centros são: comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisões político-econômicos etc.

A produção do espaço das ocupações analisadas no presente trabalho, nesse sentido, ocorre num desdobramento que põe em prática a existência de atributos, de formas, de

elementos que constituem a vida social, [sejam eles ligados a uma realidade urbana ou rural. Dessa forma, atividades agrícolas], símbolos e as obras denominadas culturais, [a segregação presente na cidade, no urbano e a dispersão presente no campo, nas áreas rurais são produtos de uma ação do homem num substrato antes tido como “natural”]... (LEFEBVRE, 1976, p. 68).

Na constituição do espaço das ocupações Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo e Quatro de Agosto, a escassez material e de melhores condições sociais (saúde, educação, saneamento, serviço de segurança pública etc.) é uma realidade que, cada vez mais, vem sendo posta no cotidiano desses moradores. No entanto, a luta dos mesmos junto a conquistas vindouras associadas a tais carências contribui para a produção de um espaço sócio-político cada vez mais articulado.

Em meio à falta e em detrimento da fartura, os espaços onde se localizam essas ocupações são preenchidos por dramas habitacionais, assim como por más condições de saúde e de trabalho. Apesar disso, diariamente, surgem objetos criados pelos habitantes, na intenção de uma mudança positiva, seja ela ligada à materialidade ou a espiritualidade. É a criatividade, já lembrada por Santos (1999), que está presente e caracteriza a vida dos pobres, dos que “vêm de baixo”; esses sim é que são fortes por serem criativos nas inúmeras dificuldades que lhes são impostas; a realidade de ter que sobreviver ao invés de viver desperta nas pessoas a criatividade.

Nas duas ocupações analisadas, os moradores se lançam na trama do dia-a-dia rumo ao ato do sobreviver diário, utilizando-se da arte e das habilidades múltiplas para conseguirem sustentar suas famílias. Dessa forma, muitos são os que plantam, vendem, criam, comercializam, costuram, pintam etc. Essas diversas atividades são, para Lefebvre (1998), dinâmicas ligadas à arte, aos traços quotidianos da cultura local, são essenciais na manutenção das mais diferentes realidades, estejam elas num ambiente urbano ou rural.

Seguindo essa lógica, nas ocupações estudadas, é fácil percebermos, por exemplo, a construção de templos de orações, comércios precários, campinhos de futebol de várzea, bancos (assentos) em frente às habitações etc. Abaixo, as fotografias 1 e 2 (igreja e comércio) ilustram muito bem essa realidade, posta nas duas ocupações estudadas pelo presente trabalho.



Fotografia 1 - IGREJA EVANGÉLICA: localizada na ocupação Ns.<sup>a</sup>. Sr.<sup>a</sup>. do Carmo. Fonte: Luciano Souza (20/07/2010)

Em meio ao verde preservado pelos moradores, estão as igrejas (Evangélicas principalmente), que funcionam como “válvula de escape” junto à falta de entretenimento presente nas ocupações. Muitos são os moradores que encontram nas igrejas um espaço para driblar a ociosidade e, principalmente, poderem desenvolver o seu lado espiritual. É a presença da arte, da espiritualidade, das criatividades múltiplas que dão sentido à produção social do espaço (LEFEBVRE, 1998).

A fotografia 2 mostra um bar e comércio na ocupação Ns.<sup>a</sup>. Sr.<sup>a</sup>. do Carmo que funciona como opção de lazer de alguns moradores dessa ocupação, pois muitos têm no bar um ponto de encontro de amigos. Faz parte também dessa produção do espaço o empreendimento da arte, dos improvisos, da criação de situações de fuga de uma

realidade mais dura, menos humana, dos descontentamentos da vida capitalista etc. (SANTOS, 1999).



Fotografia 2 - Bar e comércio localizado na ocupação Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo. Fonte: Luciano Souza (20/07/2010).

Os pequenos bares e comércios localizados nas ocupações servem, também, de locais de encontros para alguns moradores. A esperteza e a oportunidade de ter uma renda estão presentes na atitude de alguns moradores que vêm, na necessidade daqueles que moram nas ocupações, uma forma de ganhar dinheiro montando esses pequenos bares e comércios, que, em sua maioria, são bem precários, mas suprem, de certa forma, as necessidades de consumo de alimentos básicos de alguns moradores.

São essas características de um modo de vida urbano e rural que vão construindo/produzindo os espaços dessas ocupações. É justamente na trama do dia-a-dia que elas se mostram e denunciam inúmeras realidades vividas por essas pessoas que necessitam morar nesses espaços.

O espaço geográfico leva em consideração os atos políticos daqueles que o planejam e o projetam em materialidade. A produção do mesmo, conforme Santos (1999), nos remete a um construto permeado por materialidade e constituinte social; forma e conteúdo estão presentes na existência do espaço geográfico. As intenções, as

ações político-sociais permeiam as formas e as animam, podendo até mudá-las e dar origem a outras materialidades.

No espaço das ocupações de Benevides, a saber, Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de Agosto, o campo da aparência, do sensível, pode, às vezes, ser mal interpretado a respeito do real conteúdo presente nas formas espaciais. Segundo Bagli (2006), em seu trabalho intitulado: *Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição*,

A essência se apresenta como abstração. Está oculta pela aparência, portanto, no nível do mediato. Por vezes, é interpretada por aquilo que o sensível expressa. Entretanto, nem sempre é o que aparenta ser. Desvendar a essência é mergulhar fundo na aparência dos fatos, transcendendo o que está no plano sensível. A essência é a lógica que funda e mantém a aparência, embora raras vezes se apresente como de fato é (BAGLI, 2006, p. 81).

É comum observarmos, por exemplo, nas duas ocupações, residências de madeira, sem nenhuma estrutura maior, com um automóvel parado bem em frente, demonstrando a condição sócio-econômica diferenciada desse morador. São casos bem isolados, mas que retratam realidades onde a essência é suprimida pela aparência.

As dinâmicas presentes no plano do conteúdo superam as limitações presentes nas formas que comumente definem o rural e o urbano. Ir para além das formas significa transpassar a dicotomia que separa o conteúdo do campo do da cidade. A produção do espaço envolve esses dois pontos fundamentais: a forma e o conteúdo. Segundo Santos (1999), são as formas permeadas pelas ações humanas que constroem o espaço geográfico; um conjunto indissociável, inseparável de sistemas de objetos (as formas) e sistemas de ações (os conteúdos). A dinâmica de produção do espaço está no entrelaçamento dos dois.

Na criação das paisagens, tal abordagem é fundamental. As relações econômicas, políticas e culturais transitam pelas formas espaciais, dando a estas inúmeros sentidos e intencionalidades. Conforme afirma Santos (1999), as paisagens são o que os nossos olhos podem ver e o que está também para além deles, ou seja, o que é de competência do conteúdo das formas, a sua essência, que vai além da aparência.

Sendo assim, nem tudo o que observamos nas ocupações estudadas de fato pode nos passar uma real e correta informação daquela dada realidade, mas é

fundamental junto à aproximação de uma definição acerca dessa paisagem. É lógico que, pra nos aproximarmos de fato da real situação, temos que nos aprofundar para além da aparência sugerida por Santos (1999).

As atitudes e intencionalidades se organizam num pensamento, em que se lançam diversos planos de ação num substrato material socialmente transformado. As ações se fazem realidade e dão sentido de existência a diversas formas espaciais. Desde as mais arcaicas às mais sofisticadas, desde as que reúnem um conteúdo político-social organizado institucionalmente até aquelas que abrigam simples relações familiares ou, no caso das ocupações estudadas, de relações paupérrimas vividas diariamente pelos seus moradores.

Para Bagli (2006, p. 16), dentro dessa perspectiva, o rural e o urbano podem ser mal interpretados se forem analisados, apenas, no plano das formas, sem um entendimento maior acerca da essência, do conteúdo das mesmas, pois o fundamental acerca da produção do espaço em tais ocupações é entendê-la como produto de uma contradição presente na relação aparência-essência, na medida em que se corre o risco de suprimir, às vezes, a essência dos fatos quando uma simples análise da paisagem é tida como a principal maneira de definir a dinâmica de tais realidades.

Não poderíamos assegurar, apenas observando na paisagem dessas ocupações, que lá existe uma articulação para além daqueles espaços que prevê a garantia da terra para seus moradores. Isso só foi possível devido ao aprofundamento do trabalho de campo que nos revelou uma organização existente entre as ocupações e alguns movimentos instituídos como o MSTU (Movimento dos Sem Terra Urbano), por exemplo.

Conforme nos expõe Bagli (2006, p. 82), o foco de se

pensar alguns elementos, entre eles o tempo, a relação com a terra, os hábitos, as funções e a paisagem, torna-se uma tentativa de incorporar à análise dos fatos o processo contraditório de construção da realidade.

Esse processo contraditório de construção da realidade perpassa pela dialética presente nas inúmeras relações sociais diversificadas existentes nas ocupações estudadas, por exemplo. São relações contraditórias que exprimem um espaço dual, no

sentido de concentrar hábitos e costumes que fazem parte de dois conteúdos sócio-espaciais diferentes, mas entrelaçados: o rural e o urbano.

Tais ocupações são oportunidades àqueles que nunca puderam ser donos de seu próprio “pedaço de chão”. No entanto, essas ocupações trazem discussões e tormentas ao governo municipal, pois estão em espaços que já possuem donos (empresas privadas, por exemplo) ou pertencem ao governo estadual. Nesse caso, o planejamento não é ordenado pela PMB, mas conduzido conforme as regras existentes dentro dessas ocupações, que já possuem todo um esquema específico de divisão de lotes para as famílias serem assentadas.

Mais uma vez, a questão da essência é suprimida pela aparência. Nesse caso, a falta de informação, a ignorância de algumas pessoas que estão de fora desse processo, ou até mesmo, do poder público municipal, conduz a uma definição errada desses espaços estudados. O aprofundamento em campo pôde nos revelar, segundo relato do morador 1 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, que existe uma diferença muito grande entre as formas de uso “ocupação e invasão”. Para ele:

as pessoas leigas no assunto confundem invasão com ocupação e ficam dizendo por ai que é tudo a mesma coisa, quando na verdade não é. A ocupação é quando há todo um planejamento feito por nós junto a divisão e metragem dos lotes que serão distribuídos para as famílias, dentro do espaço que estamos ocupando, inclusive ressalta-se a idéia do respeito ao meio ambiente (fontes de água natural, igarapés etc.), manutenção de uma boa quantidade de áreas verdes, enfim. Já a invasão ocorre quando as pessoas invadem um espaço e cada indivíduo pega um pedaço de terra pra si sem nenhum planejamento de metragem ou divisão regular de lotes; nas invasões ocorrem muitas brigas devido um indivíduo ter um terreno maior do que o outro. Essa é a diferença entre esses dois modos de uso da terra. Nós não invadimos e sim ocupamos, pois queremos um espaço para morar com uma amenidade ao nosso redor, com áreas verdes que possam trazer vento e sombra aos nossos lares; (...) somos conscientes de que o espaço que ocupamos não é nosso, mas estava em situação de improdutividade, ocioso daí chegamos e sanamos a necessidade de nosso povo sofrido que não tinha onde morar (Morador 1 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do carmo).

Outra realidade, antes obscura, esclarecida mediante o aprofundamento de campo, configura uma preocupação dos moradores, de ambas as ocupações, na manutenção das áreas verdes. Isso quebra a idéia de que as ocupações são mal

organizadas. A essência, mais uma vez, se mostrou importante na definição do(s) modo(s) de vida existente(s) nessas ocupações. Abaixo a figura 3 mostra as áreas verdes presentes nas ocupações.



Fotografia 3 - RESIDÊNCIAS PRÓXIMAS A ÁREAS VERDES: na ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo. Fonte: Luciano Souza (20/11/2010)

A fotografia 3 representa uma paisagem em construção (um processo). Nela, estão presentes intencionalidades diversas, as quais se expressam, *a priori*, na forma, no visível, no sensível, mas que significam algo para além disso, pois a essência também as norteia (SANTOS, 1999). Residências pequenas, casebres que denunciam a condição econômica dos seus moradores, mas que também podem esconder a real situação sócio-econômica de alguns. A estrada “rasgada” em formatos retangulares em meio ao verde, à cobertura vegetal, são marcas de expansão de um espaço que pode vir a ser enquadrado, no futuro, em outra configuração espacial, a saber, de bairro.

A paisagem evidencia, através dos hábitos e costumes marcadamente presentes em formas e atitudes, características urbanas e rurais nas duas ocupações analisadas, além da pobreza e falta de infra-estrutura e saneamento junto ao cotidiano daqueles que habitam tais espaços, conforme elucidaremos no sub-item a seguir.

## 5. 2 – A MATERIALIDADE E OS HÁBITOS E COSTUMES RURAIS E URBANOS

*Ter uma casa minha é um sonho, não sei nem como agradecer por esta que possuo hoje. Ela tem um valor muito grande para a minha vida (...) já vivi em cima da lama e não quero mais voltar pra essa vida, aliás, não tenho mais nem saúde pra enfrentar novamente esse tipo de situação. O pouco que hoje Deus me dá é tudo para quem não possuía nada. Minha casa é minha vida, com certeza.*

*(Morador 2 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo)*

As condições materiais das pessoas, nas duas ocupações estudadas, podem ser identificadas, num primeiro momento, nas residências que os mesmos possuem. A fotografia 4 evidencia uma residência construída de barro e lona localizada na ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, onde está marcadamente instalada a pobreza, assim como, no discurso do morador 2 da referida ocupação, que se identifica como uma pessoa advinda da extrema miséria e que ainda não conseguiu superá-la.

No relato das pessoas que habitam as duas ocupações, a exemplo da moradora 2 da referida ocupação, está posta a situação de dificuldade, de necessidades, de busca por uma materialidade mínima (alimentação regular, serviço de saúde, educação, emprego, residência adequada etc.).



Fotografia 4 - RESIDÊNCIA DE BARRO: na ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Carmo. Fonte: Luciano Souza (20/09/2010).

A precariedade das residências é uma marca quase que inânime nas duas ocupações. As situações de miséria, de extremas necessidades são marcadamente evidenciadas na paisagem nessas residências, assim como, na falta de alimento em algumas residências, nas vestes usadas pelos moradores, nos móveis existentes nas suas casas, os quais possuem um aspecto envelhecido e danificado.

São muitos os improvisos utilizados pelos moradores no seu dia-a-dia (fogões de barro, comida cozida na lenha, banheiros fora da residência sem vasos sanitários), poços de boca próximos a fossas sépticas etc. Tais traços caracterizam, segundo Santos (1999), a dificuldade presente na pobreza, nos menos favorecidos, que muitas vezes se submetem a condições subumanas de vida.



Fotografia 5 - RESIDÊNCIA DE BARRO: na ocupação Quatro de Agosto. Fonte: Luciano Souza (20/09/2010)

A fotografia 5 acima demonstra a pobreza expressa na paisagem da residência, assim como a insalubridade, pois, ao fundo, nota-se um poço de boca próximo a um banheiro. Os hábitos e costumes rurais são constatados em práticas geralmente ligadas a uma vida mais campestre, de maior labor com a terra ou com criações. São trabalhadores que cultivam, que trabalham com criações, que fazem carvão etc.

Segundo expõem em suas pesquisas e já concordando, em parte, com a realidade das ocupações estudadas, Bagli (2006, p. 103) afirma que “a paisagem [do modo de vida] rural evidencia a existência de vegetação, cultivo de produtos alimentícios, criação de animais. Representa a natureza em estado pouco transformado”.

No entanto, ao exposto acima, há um adendo importante a ser mencionado: as diferentes relações existentes nessas ocupações, onde existem práticas rurais que se misturam às da cidade, como a do comércio formal e informal, da construção civil, da prestação de serviços (cargos públicos). A fotografia 6 mostra um forno de carvão extremamente rústico, onde a prática rural se faz presente.



Fotografia 6 - FORNO DE CARVÃO (RABO QUENTE): na ocupação Quatro de Agosto. Fonte: Luciano Souza (20/09/2010)

Nos espaços concernentes às duas ocupações analisadas neste trabalho, são apresentadas realidades distintas e, ao mesmo tempo, semelhantes. O trabalho *in loco* pôde levantar inúmeras definições sobre a situação das pessoas que habitam tais ocupações.

Tanto na comunidade Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo quanto na Quatro de Agosto, são marcantes os depoimentos dos moradores em relação à residência fixa. O desejo de possuir um terreno próprio e nele construir uma casa é um ponto crucial para muitos moradores dessas ocupações. Muitos viveram anos na casa de parentes ou em condição de aluguel. A casa própria, para eles, começa a ganhar um *status* de realidade somente com o início da ocupação. Muitos são os relatos que nos mostram o quanto a espera por um espaço, um terreno próprio é significativa. O depoimento do morador 2 da ocupação N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Carmo, representa bem esta realidade:

nós somos acostumados no sofrimento meu filho, nunca tivemos um lugar fixo. Há anos que a nossa luta é conseguir um espaço nosso, onde a gente pudesse morar sem preocupação de ter que ser despejada, ou mandada embora. Somos um povo que caminha a passos de lágrimas porque muitos são os espaços onde somos obrigados a ficar sem a mínima condição de moradia e sem nenhuma limpeza. (...) antes de vir para cá eu morava numa ocupação na Terra Firme, em Belém. Lá nós morávamos próximo a um galpão da UFPA, sem nenhum saneamento; as casas eram todas de madeira ou papelão e em cima de uma grande área alagada, onde nós éramos obrigados a fazer pontes improvisadas para poder andar até a parte seca. Hoje eu estou muito feliz por ter conseguido esse terreno e ter feito minha casa; (...) tudo bem que ainda não conseguimos a posse da terra, mas só de ter saído de cima da lama, onde antes eu morava já é um presente muito grande de Deus. (Morador 2 da ocupação Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo)

A busca pela casa própria é uma realidade que eles ainda estão lutando para firmar. Pessoas pobres, que vêm de muitos municípios (não só os da RMB), que comprovam nos seus discursos um anseio maior, uma expectativa, qual seja a da moradia fixa, segura. E é no relato do morador 2 da referida ocupação, por exemplo, que está marcada, em muitos casos, a pobreza e miséria vivenciada por essas pessoas; sua origem é pobre e a atual realidade desses moradores não é diferente, também é muito sofrida.

Nas duas ocupações, não apresenta a mínima estrutura que proporcione a esses moradores uma vida digna. Todas as ações promovidas para sanar as dificuldades, carências, foram efetivadas por conta própria, por meio da ajuda mútua ou dos mutirões. Para dificultar mais a vida dessas pessoas, existe a presença do “fantasma” do despejo que os ronda todos os dias em virtude da não regularização da terra que eles ocupam.

Segundo afirma Santos (1999), tem que ser na criatividade, na dinâmica do dia-a-dia, que os pobres, os mais inovadores, têm que buscar sua sobrevivência; a força está nos pobres, principalmente em virtude de serem eles os maiores materializadores de atos de sobrevivência.

Em ambas as ocupações, não há, ainda, a regularização fundiária. Por isso, os moradores são temerosos pelo despejo, mas estão mais confiantes e felizes do que estavam nos lugares onde moravam antes, pois não eram donos do seu próprio “lar”. Essa máxima da casa própria anima muitos que nunca puderam concretizar esse sonho de consumo.

As residências nessas ocupações são constituídas de materiais variados: madeira, taipa etc., poucas são as construídas de alvenaria. O motivo de tal explica-se pelo fato de não haver, ainda, a posse definitiva da terra o que não dá segurança aos moradores para melhorarem suas residências; além, é lógico, da pouca condição financeira que não possibilita aos mesmos a construção de uma residência com um material melhor.

É possível notarmos, a partir de tantas dificuldades vivenciadas por tais moradores, que a produção do espaço dessas ocupações é carregada de estigmas e falsos julgamentos, principalmente em virtude da situação de pauperismo. Segundo Lefebvre (2008), aqui o espaço é construído a partir das ações humanas, ele é rico em dimensões que povoam a idéia da construção humana, do viver em sociedade, do agir numa base empírica e, a partir dela, erguer suas plataformas, essencialmente, sociais.

Nota-se, na paisagem, o tipo de material que constitui algumas dessas residências em ambas as ocupações. É possível verificar, também, através da leitura parcial da paisagem dessas residências, o quanto a pobreza é fato na vida desses moradores. A falta de infra-estrutura e saneamento básico é um problema que esses moradores têm de enfrentar todos os dias.

A energia elétrica fornecida para ambas às ocupações é disponibilizada através de ligações clandestinas, vulgo “gatos”, realizadas pelos próprios moradores junto aos “linhões” regulares que abastecem a cidade. Um ato que trás um risco à vida destes que estão nas ocupações, pois os curtos-circuitos são frequentes devido às más instalações elétricas dentro dessas residências. As fotografias 7 e 8 representam bem tal realidade.



Fotografia 7 - Más instalações elétricas na ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo. Fonte: Luciano Souza (20/11/2010)



Fotografia 8 - Precariedade das residências na ocupação Quatro de Agosto. Fonte: Luciano Souza (20/11/2010)

Nas fotografias 7 e 8, é possível identificar que os postes utilizados pelos moradores são troncos de madeira retirados possivelmente da própria ocupação, visto que nelas existem muitas áreas verdes. O improvisado na construção das residências, ora em lugares mais planos ora em lugares mais declinados também é expressão da falta de pavimentação.

Muitos são os relatos daqueles que querem investir nas suas casas, mas a iminência de perderem tudo os deixa amedrontados e numa situação de alerta constante. O relato do morador 3 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, expressa bem tal realidade:

meu esposo sempre quis mexer na casa, desde o início da ocupação, mas eu sempre coloquei a idéia de que nós podemos perder tudo a qualquer momento, pois a terra ainda não está ganha; pelo meu esposo nós já teríamos uma casa de alvenaria e com muito mais quartos, mas eu fico com medo e acabo sempre dando para trás, tirando as expectativas dele. (morador 3 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo)

A expectativa positiva das pessoas que moram nessas ocupações, principalmente em relação à melhoria da residência, esbarra na idéia da não regularização da terra. O terreno no qual eles moram pertence ao governo do Estado. As perspectivas de melhorias estão depositadas na ação dos líderes comunitários de ambas as ocupações, que lutam com o objetivo de conseguir junto aos órgãos competentes a posse definitiva da terra onde vivem.

Muitos são os moradores que encampam essa luta; pessoas vindas dos mais distantes lugares, mas que possuem um só objetivo: a posse da terra e uma vida com dignidade. São cidadãos que migram de lugares distantes em busca de algo mais concreto para suas vidas, sobretudo em relação à moradia. Acerca disso, trataremos no sub-item seguinte.

### 5.3 - A PROCEDÊNCIA DOS MORADORES DAS OCUPAÇÕES

*No transcurso das maiores necessidades as migrações se fazem e tomam rumos inesperados (...) para além da nossa concepção.*

*Souza (2007, p. 50)*

As duas ocupações estudadas neste trabalho são palco de uma realidade onde vivem pessoas oriundas dos mais variados municípios paraenses; que vêm em busca da concretização de desejos ligados à estabilidade de um espaço para morar, assim como, de segurança, tranquilidade e oportunidades de trabalho.

Tais ocupações evidenciam números que apontam para a variedade da procedência dos seus habitantes. Municípios como São Miguel do Guamá, Senador José Porfírio, Castanhal, Ananindeua, Tucuruí, Tailândia, Ourilândia do Norte, Ananindeua, Benevides, Marituba, Belém, Curuçá, dentre outros, são locais de origem desse movimento migratório que encontrou abrigo nas referidas ocupações.

O quadro 1 evidencia alguns dos municípios mais citados pelos moradores entrevistados (da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo) sobre o seu local de origem.

<b>MUNICÍPIO DE ORIGEM</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
BELÉM	30
ANANINDEUA	20
MARITUBA	10
CASTANHAL	10
BENEVIDES	10
MOSQUEIRO	5
CURUÇÁ	10
MOJÚ	5

Quadro 1 - PROCEDÊNCIA DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO Nsª Srª DO CARMO

Fonte: Elaborado por Luciano Souza (2010)

O quadro 1 acima confirma a hipótese de que a influência do fluxo migratório da RMB foi fundamental para o surgimento da referida ocupação, visto que 30% dos moradores das ocupações são oriundos de Belém e 20% de Ananindeua. Esse resultado justifica também o fato de Belém e Ananindeua estarem saturadas, com um inchaço urbano considerável, dando margem a uma migração no sentido Belém - Santa-Isabel do Pará, passando por Benevides. Devido fazer parte da RMB, Benevides constitui-se num espaço de expansão de concentração urbana.

Além dos municípios apontados no quadro 1, muitos outros foram citados pelos moradores, tais como: Cametá, Barcarena, Abaetetuba, Breves etc. Os que fazem parte do quadro acima são aqueles que mais se repetiram dentro de um universo de 60 pessoas entrevistadas (20% da amostra da população da referida ocupação).

Vale ressaltar que existem pessoas tentando articular com amigos ou parentes para que os mesmos possam vir morar na ocupação; e esses pretensos moradores residem em municípios fora da RMB. O relato do morador 3 desta ocupação, evidencia essa posterior migração:

Meus parentes em sua maioria são de Macapá, possuo muitos filhos lá também e alguns deles querem vir pra cá pra ficar mais próximo de mim e também sair da condição de pagar aluguel. Falei a eles que o espaço aqui ainda dá pra morar mais pessoas, por mais que eles não consigam terrenos, mas podem morar na minha casa (Morador 3 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo)

O relato do morador 3 da ocupação acima citada evidencia, conforme afirma Bernarderlli (2006), uma característica presente nos espaços rurais, qual seja a da afetividade familiar, a manutenção dos laços consanguíneos, da amorosidade, da solidariedade. Essa é mais uma situação que revela a os hábitos rurais nas ocupações estudadas, uma característica abstrata desse conteúdo sócio-espacial.

Na ocupação Quatro de Agosto, também existe uma procedência muito variada dos seus moradores. O quadro 2 aponta tal variedade.

<b>MUNICÍPIOS DE ORIGEM</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
BELÉM	30
ANANINDEUA	20
MARITUBA	10
BRAGANÇA	10
BENEVIDES	10
IPIXUNA DO PARÁ	5
OURILÂNDIA DO NORTE	10
AÇAILÂNDIA	5

Quadro 2 - PROCEDÊNCIA DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO QUATRO DE AGOSTO

Fonte: Luciano Souza (2010)

Seguindo o mesmo raciocínio da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, a estatística evidencia a primazia do movimento migratório vindo da RMB junto à gênese da ocupação Quatro de Agosto. De fato, a inserção nesse contexto metropolitano possibilita um suporte maior a existência dessas ocupações, ou pelo menos aponta muitas evidências, a exemplo dessas estatísticas, de que o fluxo migratório, em sua maioria vindo da RMB, é o que compõe a população dessas ocupações.

Da mesma forma que os moradores da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, os da Quatro de Agosto que informaram seu município de origem também fazem parte de um universo restrito de 40 entrevistados, o que corresponde a 20% da amostra definida nessa ocupação para o presente trabalho. Os moradores entrevistados de ambas as ocupações foram chefes de família (homens e mulheres).

Na ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, foram realizadas entrevistas com 60 chefes de famílias, correspondente a 20%, aproximadamente, da população total de famílias existentes nessa comunidade (214 famílias). Na ocupação Quatro de Agosto, realizaram-se 40 entrevistas com chefes de famílias, as quais correspondem a 20%, aproximadamente, da população total de famílias aí existentes.

Além de tais municípios, há também moradores que vêm de outros Estados, tais como: Maranhão, Ceará, Amapá, Rondônia, etc. Isso é a demonstração da articulação vivenciada por essas pessoas no Estado do Pará. Esses migrantes “sem chão estável” saem dos lugares mais longínquos do Estado e, até mesmo, de fora dele para se dirigirem para espaços com maiores possibilidades de melhoria de vida. Tais possibilidades estão centradas principalmente nos seguintes pontos, segundo a pesquisa realizada nessas ocupações: a tranquilidade do lugar e moradia fixa, sendo que esta última já fora bastante explorada no presente trabalho. Sendo assim, de forma mais incisiva, discutiremos acerca da tranquilidade dessas ocupações.

Muitos dos relatos referentes à diferença na forma de viver nas atuais ocupações e nos lugares onde antes tais pessoas moravam estão ligados à tranquilidade existente nessas ocupações. Os locais de origem dessas pessoas, geralmente, eram muito conturbados e com transtornos relacionados ao caos urbano: sons altos, muitos carros, muitos comércios, espaços de festas etc. Em ambas as ocupações, é comum verificarmos a característica da tranquilidade, da calma, muito diferente do que encontramos nos espaços mais urbanizados, que caracterizam o lugar de origem dessas pessoas.

Segundo pesquisas de Castro (2006), essa realidade, observada nas referidas ocupações, está se tornando mais comum nos movimentos internos na Amazônia; tal migração ocorre de uma cidade mais agitada para um espaço mais ameno, com menor número de perturbações (a fuga do caos urbano), no entanto, mantendo um movimento migratório pendular devido ao trabalho, que, para muitos, ainda é realizado nos grandes centros.

De fato, há ainda, em Benevides, espaços que possuem inúmeras áreas verdes, o que torna o lugar, *a priori*, mais tranquilo se comparado a outros municípios da RMB como, por exemplo, Belém e Ananindeua. A referida situação influencia na vida daqueles que habitam tais ocupações em Benevides.

Em ambas, a presença do verde é algo marcante, pois é tomado como parte do planejamento pelas comunidades na hora da definição dos lotes dentro da ocupação. O respeito com as áreas verdes e as fontes de água natural e igarapés são postos como importantes para esses moradores que buscam preservar esses ambientes naturais em virtude de uma melhor qualidade de vida.



Fotografia 9 - RESIDÊNCIAS PRÓXIMAS A ÁREAS VERDES: na ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo. Fonte: Luciano Souza (20/11/2010)

Tal atitude ajuda a manter mais arborizados, ventilados e com uma temperatura amena o ambiente onde eles vivem. Segundo relatos do morador 1 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo,

Nossa maior preocupação, quando ocupamos este lugar, era não torná-lo insuportável para se viver, no sentido de ser quente, sem a presença do verde; este local é bastante arborizado e isso era fundamental que a gente deixasse preservado, pois não iria adiantar encher o espaço de casas e não se ter uma preocupação com o calor e as fontes naturais existentes aqui na comunidade como: igarapés, olhos d'água, as áreas verdes etc. (Morador 1 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo)

O relato do morador 1 da referida ocupação evidencia uma consciência ambiental presente na atitude dos moradores; um ato político que traz aos mesmos uma situação de amenidade do ambiente, algo extremamente benéfico para os que estão todos os dias nesses espaços.

A manutenção do verde veio, nesse caso, por uma decisão conjunta o que evidencia uma organização política importante junto à produção desse espaço. Essa atitude politizada, segundo Lefebvre (2008), caracteriza muito bem o espaço socialmente produzido, com intenções e planejamentos feitos por aqueles que nele atuam, a saber, os moradores dessas ocupações.

A fuga de ambientes muito barulhentos e cheios de violência cada vez está mais presente dentro da RMB. Municípios como Benevides e Santa Bárbara configuram-se como espaço com características de muito verde e menos incidência de violência e poluição sonora. Essas características são atraentes àqueles que querem mudar de ambientes mais agitados.

Nas referidas ocupações, a tranquilidade é notória e muito aceita pelos moradores que usufruem dela para poderem desfrutar de um dia-a-dia mais qualitativo. O que faz dessas ocupações ambientes mais aprazíveis é justamente a quase inexistência de comércios e bares, assim como de moradores com hábitos de ouvir músicas em alta frequência.

O costume mais evidente entre eles que denuncia uma dinâmica interativa consiste em festas familiares e reuniões de amigos nas residências nos fins de semana. No mais, tudo é bastante bucólico. Conforme evidencia o morador 1 da ocupação Quatro de Agosto, a tranquilidade é um dos atrativos deste espaço

Meu prazer está em poder olhar para o verde aqui existente e poder respirar um ar mais puro e tranquilo, diferente do lugar onde antes eu morava que era agitado e muito barulhento, sem a violência e assaltos que ocorriam muitas vezes. Aqui eu posso ficar mais sossegado, não preciso ficar com aquela preocupação de ser roubado a qualquer momento como antes eu tinha (...) sou feliz aqui, só nos falta agora conseguir a posse da terra para ficar melhor (Morador 1 da ocupação Quatro de Agosto).

Um espaço que proporcione paz interior, tranquilidade traz às pessoas uma energia maior no dia-a-dia, um reforço na vida sofrida de quem tem de ser criativo e corajoso frente às dificuldades dos que possuem filhos para sustentar e não dispõem de um trabalho fixo que lhes possa trazer uma renda estável ao fim do mês. Essa é uma realidade sentida em ambas as ocupações estudadas.

O desemprego é comum entre os moradores, no entanto os mesmo procuram realizar inúmeras atividades que venham a lhes garantir alguma renda. Dessa forma, trabalhos como: vendedores ambulantes, pedreiros, ajudantes de pedreiro, domésticas, catadores de lixo etc., são muito comuns nas ocupações. Para Santos (1999), é nessa trama maior – e aqui cabe mencionar as ocupações estudadas pelo presente trabalho – da configuração do mundo capitalista que o setor informal da economia ganha corpo, pois os que o alimentam são aqueles que mais necessitam de materialidades mínimas.

A vida rural e a urbana se moldam rumo à definição da interface que é o real significado dessa instância sócio-espacial presente nessas ocupações. Não há como fazermos uma definição estanque acerca dos conteúdos rural e urbano. O ideal seria capturarmos as nuances dos conteúdos sócio-espaciais citados e definirmos, *a priori*, como se apresentam tais realidades, as quais estão constantemente num processo de transformação.

O modo de vida urbano e rural acompanha a realidade daqueles habitam tais ocupações; estas são postas em situações em que as pessoas que as habitam têm que se esforçar ao máximo, todos os dias, para (sobre)viverem. Acerca disso, discorreremos a seguir.

#### 5. 4 – A EXPRESSÃO DO MODO DE VIDA RURAL E URBANO NAS COMUNIDADES Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO

*Os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente.*

*Reis (2006, p. 3)*

Sentir o ambiente e nele se expressar é marcá-lo com imagem e essência; assim ocorre nas comunidades que estão presentes nas duas ocupações analisadas no presente trabalho. Nelas, traços de um modo de vida rural, assim como urbano, são notórios e denunciam muito das pessoas que os materializam. Nessas ocupações, é possível identificarmos inúmeras residências com criações de aves em seus quintais, sendo as mais comuns de: galinhas caipiras e patos. Tais componentes são comercializados em algumas residências, mas, em outras, servem apenas para consumo próprio. Os ovos de galinhas e patos também são comercializados ou colocados numa situação de usufruto particular.

A situação acima exposta, segundo estudos realizados por Sá; Costa; Tavares (2006, p.114), aproxima-se de uma caracterização do modo de vida rural em que a

reunião de laços afetivos é mais harmoniosa. O espaço rural passou a ser associado a uma forma de vida com contato direto com a natureza, vida simples, de paz, valorização do trabalho familiar, trocas positivas, trabalho coletivo, lugar da valorização comunitária

As plantações também são traços marcantes dessas ocupações. Quase todas as residências de ambas as ocupações possuem quintal e, nele, algum cultivo. Os mais comuns são: cana-de-açúcar, mandioca, macaxeira, bananeira e cajueiro. Algumas residências comercializam tais produtos, principalmente, a cana-de-açúcar e a macaxeira.

A propósito, os próprios moradores gostam de cuidar de suas criações e plantações, eles fazem questão de acordar bem cedo e realizar tais atividades. O lucro que alguns obtêm com a venda de aves, ovos e plantações é insuficiente para o sustento da família; por isso, a maioria dos moradores utiliza tais produtos para o próprio consumo.

A vida rural é marcadamente posta, segundo Guerra (2006), nesse trecho da pesquisa, visto que se associa comumente aos espaços rurais a lida diária com a terra, com as criações, com os hábitos de acordar cedo etc. nesse sentido, as fotografias 10 e 11 mostram duas residências na ocupação Quatro de Agosto e Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, respectivamente, com algumas dessas plantações.



Fotografia 10 - DIVERSIDADES DE CULTURAS PLANTADAS: na ocupação Quatro de Agosto.  
Fonte: Luciano Souza (15/07/2010)



Fotografia 11 - PLANTAÇÃO DE MANDIOCA: na ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo. Fonte: Luciano Souza (16/07/2010)

As características acima citadas evidenciam traços rurais presentes em tais cotidianidades. O trabalho desenvolvido por essas pessoas (plantio, criações) possui características muito próximas de ambientes rurais; assim como, a existência dos ambientes tranquilos em ambos os espaços de ocupação e a presença de igarapés, fontes de água natural e áreas verdes preservadas.

Nos referidos ambientes, é possível identificarmos traços marcantes que lembram os espaços urbanos, tais como: a função de muitos moradores chefes de família que são pedreiros ou trabalham em serviços gerais ligados à construção civil; além de indivíduos que fazem parte do funcionalismo público. Além disso, está presente, nessas ocupações, ações como: a articulação junto ao processo de uma associação de bairro, seguida de reuniões com informativos sobre a posse das terras que eles ocupam; a construção de barracões usados para reuniões e eventos que visam arrecadar dinheiro para dotar de infra-estrutura o espaço das comunidades etc.

Como vimos, são traços rurais e urbanos, materiais e imateriais, que se apresentam num mesmo ambiente. São marcas que desenham as ocupações conforme as atitudes de seus moradores. Intencionais ou não, as marcas vão moldando e produzindo o espaço nessas ocupações. Ao entrarmos nelas, deparamo-nos com um “laboratório” sócio-espacial diversificado, cujos hábitos urbanos e rurais se misturam num só espaço.

É possível identificarmos, na paisagem, residências onde os moradores utilizam, como pia de lavar louças, restos de geladeira, assim como, os conhecidos “jiraus”<sup>11</sup>. E, ao mesmo tempo, deparamo-nos com moradores que trabalham como representantes de empresas de cosméticos, de distribuição de frangos vivos, motoristas de ônibus etc. Pessoas que, em seus locais de origem, exerciam atividades de pescaria e agricultura, atualmente, nas ocupações, são levados a desempenhar funções diferentes das anteriores como, por exemplo, diarista, pedreiro ou vendedor ambulante.

Os espaços de ocupação são dotados de uma diversidade sócio-espacial muito grande. Muito dos hábitos e costumes dos moradores das referidas ocupações são semelhantes, isso evidencia uma forte interação entre os conteúdos sócio-espaciais. Por exemplo, as doenças adquiridas por eles são tratadas tanto com remédios caseiros quanto industrializados. O hábito de plantar ervas medicinais em seus quintais é bem notório nessas ocupações; é como se fosse um plantio fundamental do qual eles não abrem mão.

Segundo o morador 4, da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, é uma forma de economizar na compra de um determinado medicamento que poderia ter um custo muito alto, dependendo das condições econômicas da família necessitada do remédio. Sobre isso, o entrevistado relata:

os remédios caseiros são fundamentais, meu filho, justamente porque existem doenças que é preciso apenas tomar um chá ou fazer um banho para curar; enquanto que se fossemos comprar nas farmácias iríamos pagar muito caro, talvez nem comprássemos; (...) muita gente aqui tem necessidades mais urgentes como comer, por exemplo; que não deixariam de comprar comida para comprar remédios, por isso a importância em termos em nossos quintais a presença dessas ervas medicinais, que nos ajudam quando estamos doentes; (...) uma dor de cabeça, uma dor de barriga, um inchaço nas juntas, uma dor de dente, uma febre, uma gripe todas são doenças que nós podemos curar com nossas ervas. (Morador 4 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo).

---

<sup>11</sup> Estrado de varas sobre forquilhas cravados na chão usado para guardar panelas, pratos, legumes etc., assim como, lavar louças.

Os moradores possuem muitas plantas medicinais em seus quintais e as utilizam para curar pequenas enfermidades que necessitam de cuidados mais imediatos. Os remédios caseiros mais utilizados são os chás e os banhos à base de ervas. A preservação de áreas verdes nas ocupações contribui na aquisição, por parte dos moradores, de muitas ervas medicinais, que são retiradas da floresta e plantadas em seus respectivos quintais.

A utilização de remédios caseiros, assim como de remédios industriais, é uma realidade presente nas ocupações. Quando perguntados sobre a preferência por um ou outro tipo de remédio, 90% dos moradores responderam que utilizam os dois. No entanto, a utilização de remédios industriais é feita quando a enfermidade é mais grave. O gráfico abaixo evidencia bem essa realidade.

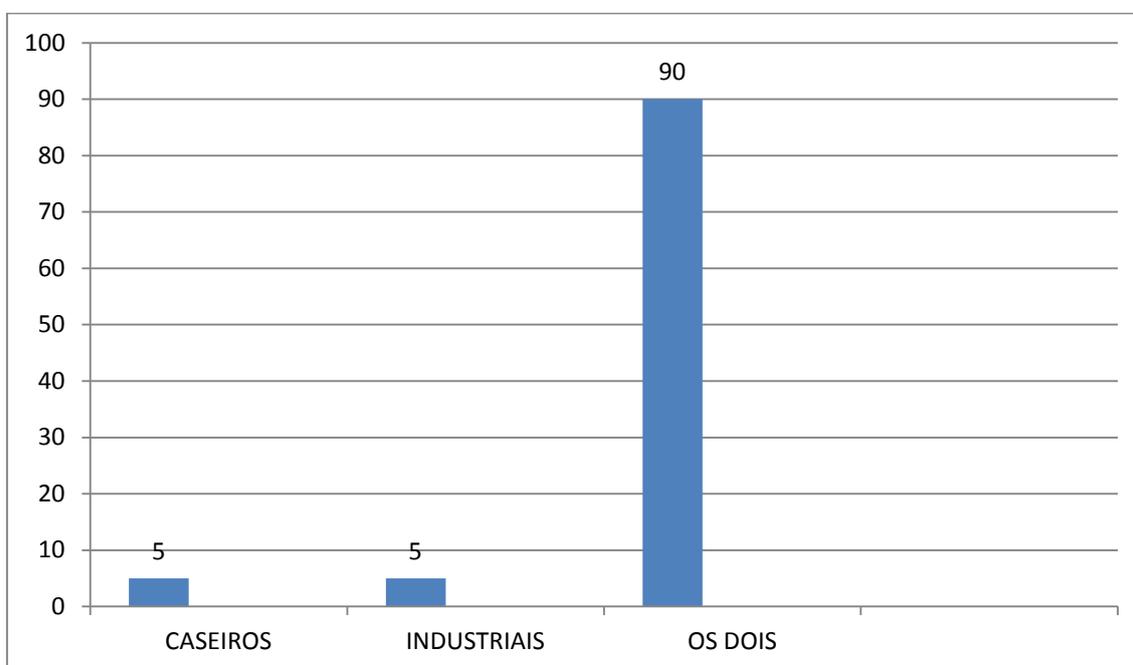


GRÁFICO 1 - TIPO DE REMÉDIOS UTILIZADOS PELOS MORADORES DAS OCUPAÇÕES Nsª. Srª. do CARMO E QUATRO DE AGOSTO

Fonte: Elaborado por Luciano Souza (2010)

O trabalho comunitário, a utilização de fogões à lenha, de poços de bocas, as relações de escambo entre alguns vizinhos, a utilização de jiraus para lavar louças são características presentes nas duas ocupações e traços marcantes de ambientes rurais. A maioria dos moradores de ambas as ocupações possuem residências paupérrimas, principalmente, em virtude de a maioria dos chefes de família não possuir trabalho fixo,

o que os obriga a exercer atividades informais (bicos), nos mais variados ramos de trabalho. O quadro 3 expressa algumas das ocupações/trabalho mais realizados pelos moradores das duas ocupações.

<b>OCUPAÇÃO/TRABALHO</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
PEDREIRO	30
AJUDANTE DE PEDREIRO	20
AMBULANTE	10
DIARISTA	10
AGRICULTOR	10
CARPINTEIRO	5
COMERCIANTE	10
MOTORISTA	5

Quadro 3 - FUNÇÕES (TIPOS DE TRABALHO) MAIS REALIZADAS PELOS MORADORES DAS OCUPAÇÕES Ns<sup>as</sup>. Sr<sup>as</sup>. do CARMO E QUATRO DE AGOSTO. Fonte: Elaborado por Luciano Souza (2010).

Dentro das ocupações, alguns moradores se ocupam seu tempo ocioso trabalhando em suas casas (roça, capina, varrição, lavagem de roupa ou de louça, reparos e/ou construção em suas casas, etc.), conversando com seus vizinhos, cuidando dos filhos, reunindo os amigos em casa nos fins de semana. A pouca existência de espaços de lazer nas ocupações faz com que os moradores usufruam mais de suas residências, fortalecendo e semeando cada vez mais o laço familiar.

Essas relações desenvolvidas dentro das ocupações ajudam a desenhar e caracterizar tais espaços, dando aos mesmos uma definição rural/urbana, em que muito dos hábitos e costumes ali desenvolvidos são denúncias vivas dessa realidade de conteúdos sócio-espaciais misturados.

As residências, nessas ocupações, possuem algumas plantações e cultivos que são comumente trabalhados pelos seus respectivos moradores. Porém, muitos dos chefes de família dessas ocupações trabalham na construção civil como braçais. O morador 3 da ocupação Quatro de Agosto evidencia muito bem isso em um de seus relatos:

Olha, nós temos muitas plantações aqui na comunidade (hortas, cultivos etc.), mas temos também a maioria de nossos homens trabalhando na COHAB (um empreendimento do governo federal para habitação que está sendo construído em Benevides). Então, temos atividades diferentes aqui na comunidade, mas a maioria aqui tem trabalho braçal. (Morador 3 da ocupação Quatro de Agosto).

Os espaços de ocupação analisados são realidades que se estruturam conforme o ritmo de vida de seus moradores. São eles que definem a produção dos espaços de ocupação. Segundo o morador 4 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, o ritmo das pessoas é bem calmo, o que torna o ambiente da ocupação bem tranquilo e sem grandes agitações.

No geral, as pessoas aqui são muito calmas; habitualmente, não gostam de sair para “farrear” e nem costumam escutar músicas entrando pela madrugada; no máximo, o que fazem é uma festinha no fim de semana, onde, logo depois, tudo acaba bem cedo. Não há aquela perturbação de gritarias, de pessoas alcoolizadas e sem respeito pelos vizinhos. Estou nesta ocupação desde o início, 06/03/2006, e nunca ouvi falar de moradores que resolveram fazer “algazarras” aqui dentro. Muito pelo contrário, até mesmo os jovens aqui da comunidade procuram cedo alguma ocupação. (Morador 4 da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo).

Essa situação de calma se deve muito também à influência religiosa dentro de ambas as ocupações. Muitos moradores são evangélicos e a igreja é um espaço onde eles se reúnem para confraternizar e se descontraírem. As igrejas evangélicas são as únicas

existentes nas duas ocupações e são opções para aqueles que estão ociosos sem nenhuma distração mais concreta. As pessoas evangélicas são mais comedidas. Segundo o morador 4 desta ocupação, elas são calmas e não utilizam bebidas alcoólicas que poderiam gerar algum tipo de perturbação nesses ambientes devido à embriaguez.

Os moradores dessas ocupações são unidos, principalmente, quando se trata da luta pela posse da terra na qual estão morando. Nesses espaços, são realizadas inúmeras reuniões em que se repassam os informativos sobre o processo de posse da terra onde habitam. Mutirões são realizados dentro das ocupações em prol da melhoria do ambiente comum. Nessas atividades, são feitas limpezas de ruas, assim como, abertura ou alargamento de outras, roçagem de terrenos, aterramento de buracos nas ruas, coleta de lixo, abertura de esgotos a céu aberto (valas), construção de pequenos espaços de lazer (campo de futebol de várzea, barracões comunitários, praças abertas de chão batido).

Os atuais líderes comunitários das ocupações estudadas são muito confiantes ao falarem da posse do espaço pelos moradores e são otimistas, também, com relação a uma mudança desse espaço num ambiente melhor de se viver, cujos serviços essenciais a uma vida com qualidade estejam presentes. No entanto, essa transformação espacial só poderá ser mais concreta com a ajuda da PMB, e a mesma não considera positivo o fato de essas pessoas estarem ocupando esses espaços. Por isso, a PBM não é solícita em lhes ajudar.

Quando indagada sobre as dificuldades encontradas junto ao poder público municipal, a líder comunitária Naiana Batista, moradora da ocupação Quatro de Agosto expôs o seguinte relato:

(...) a prefeitura não olha pra cá. Nós somos obrigados a sempre realizar algumas atividades, tipo bingo, torneios (futebol de campinho), festividades, aqui mesmo na comunidade, para poder conseguir algum dinheiro que possa ser investido na criação do nosso CNPJ para formar a nossa associação. Nem mesmo os serviços básicos a prefeitura nos dá. Nós temos apoio mesmo é de um advogado e professor de cursinho em Belém do Pará, Augusto Pantoja, que nos ajuda, principalmente, quanto às orientações de como proceder para conseguirmos legalizar a área em que moramos, e ele, também, está nos ajudando a efetivar a nossa associação de bairro, a qual possuirá o nome “Quatro de Agosto”. (Naiana Batista, líder comunitária da ocupação Quatro de Agosto).

A ocupação Quatro de Agosto ainda não possui uma associação de bairro, por isso mesmo, os moradores ainda não têm muita força política. Eles se reúnem na própria ocupação e exercem atividades que podem vir a gerar renda para a efetivação do CNPJ e, conseqüentemente, a criação da associação de bairro. A ocupação Quatro de agosto existe desde 2007 e atualmente consta de aproximadamente 110 famílias. Quando indagado sobre como foi conduzida a ocupação, o morador 3 da referida ocupação relatou o seguinte:

soubemos que havia uma área abandonada e que poderia ser um bom espaço para moradia, daí nós viemos e ocupamos. Nenhum político nos apoiou, fomos nós que viemos por nossa própria vontade. Daí fomos fazendo as casas de todos os tipos de materiais. Quando estávamos assentados, começaram a chegar mais e mais famílias. Hoje já somos em torno de 110 famílias, sendo que cada uma dessas famílias possuem de 4 a 5 pessoas. As pessoas que aqui moram vieram dos mais variados lugares: Marituba, Vígia, Ananindeua, Benevides, Belém etc. (Morador 3 da ocupação Quatro de Agosto).

As informações outrora citadas sobre essa ocupação, assim como os relatos postos pelo morador 3 da mesma, nos evidenciam a diversidade dos conteúdos sócio-espaciais presentes. A realidade é bastante semelhante em ambas as comunidades, já que os pontos em comum vão desde as formas e materiais utilizados nas residências até a função e hábitos e costumes de seus moradores.

Em ambas as ocupações estudadas, os moradores foram indagados, na presente pesquisa, sobre serem pessoas caseiras ou se saem frequentemente para se divertir. A partir disso, evidenciou-se que 80% das respostas obtidas refletiram comportamentos daqueles que se consideram pessoas caseiras e geralmente permanecem em suas residências, assistindo a televisão, cuidando dos filhos, dos afazeres da casa ou ouvindo músicas.

Como vimos no decorrer do texto, essa dinâmica está circunscrita numa realidade dual de conteúdos sócio-econômicos, ora urbanos ora rurais. Não há como definir exatamente se as comunidades pertencem, apenas, a um ou a outro. Elas são compostas pelos dois conteúdos e não há como separá-los, pois isso iria acabar ou quebrar a essência já presente nas ocupações.

A comunidade Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo é mais velha 1 ano que a Quatro de Agosto e nela houve uma troca de líder comunitário em agosto de 2010. O Sr. Eliézer foi substituído pela Dona Fátima. Na época em que o Sr. Eliézer era líder comunitário, o mesmo relatou o seguinte acerca da contribuição do poder público municipal junto à comunidade:

o serviço de saúde é comumente colocado pra nós; disso nós somos assistidos. Todos os dias eles estão aqui na comunidade e dois agentes de saúde fazem a cobertura de nossa comunidade. As escolas municipais e estaduais também são usadas por nossos filhos e muitos pais também. No entanto, encontramos outras barreiras junto a PMB, de diversas naturezas: limpezas, serviços de arruamentos, esgotos etc. E principalmente apoio junto à regularização e liberação desse espaço pra gente (Entrevista realizada em julho de 2010).

O Sr. Eliézer enfatizou também a manutenção das áreas verdes dentro da ocupação como sinônimo de melhor qualidade de vida para os moradores. Para ele, a manutenção das áreas verdes iria ajudar num ambiente mais aprazível:

nós procuramos manter uma quantidade de vegetação na comunidade pra deixar o ambiente menos quente; e também evitamos desmatar próximo a uma fonte de água natural que nós temos aqui na comunidade. Mutirões também são feitos por nós quando queremos abrir uma vala, roçar os terrenos etc. (entrevista realizada em julho de 2010).

Mais uma vez está sendo enfatizada a idéia da cooperação entre os moradores, a ajuda mútua e a consciência ambiental presente na condução do processo de ocupação desse espaço. Nos dois espaços, existe essa preocupação sempre exposta pelos líderes comunitários e os próprios moradores. A exemplo disso, a divisão dos lotes dentro das ocupações obedece a um limite da margem dos igarapés e fontes de água natural, a uma

distância que geralmente gira em torno de 200 metros. Essa definição foi estabelecida pelos próprios líderes comunitários com a ajuda da comunidade.

Essas atitudes somadas às outras já citadas são importantes na hora de analisar como o espaço nessas ocupações vem sendo produzido. Nessa ocasião, ele se constrói acompanhado de uma preocupação ambiental, mesmo num ambiente onde a necessidade por moradia é muito grande.

A necessidade por um espaço de moradia onde possa haver um sentimento de pertencimento ao lugar é o que mais caracteriza o objetivo dessas pessoas. Por isso, quando indagados sobre a possível satisfação de estarem morando nas ocupações, os mesmos responderam que sim, quase que unanimemente. Essa é uma estatística constatada em ambas as ocupações estudadas e revela a carência e anseio dessas pessoas por um espaço a que possam chamar de lar.

A presença do poder público é posta num quadro de ausência junto às ocupações analisadas a partir do referido trabalho. Tal situação torna a realidade desses moradores mais difícil e com menores expectativas em relação à posse da terra que ocupam. Sobre tal assertiva, aprofundaremos a seguir.

## 5.5 – O PODER PÚBLICO E SUA (NEG)AÇÃO JUNTO ÀS OCUPAÇÕES Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO

A PMB é a provedora de serviços e infra-estrutura nos inúmeros bairros do município, sejam eles urbanos ou rurais. No entanto, mesmo estando circunscritas na delimitação territorial do município, as ocupações Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de Agosto não são dotadas de aparatos básicos para que haja uma vida satisfatória de seus moradores.

A maior dificuldade no dia-a-dia desses moradores consiste na manutenção de uma vida saudável, que só é possível com a existência de determinados serviços básicos, tais como: esgotamento sanitário efetivo, coleta de lixo diária e eficaz, iluminação elétrica legalizada, água encanada e tratada etc. Tais serviços não são fornecidos a nenhuma das duas ocupações estudadas.

Os moradores das duas ocupações não mais toleram o deslocamento diário para poderem utilizar água de poços de boca construídos por alguns vizinhos. Alguns moradores na ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, por exemplo, construíram poços artesianos e fornecem água aos seus vizinhos mediante cobrança de uma ajuda financeira simbólica (o que os mesmos puderem pagar). A fotografia 13 mostra a existência de uma residência na ocupação Quatro de Agosto que possui um poço de boca.



Fotografia 13 - RESIDÊNCIA COM POÇO DE BOCA: na ocupação Quatro de Agosto. Fonte: Luciano Souza (20/07/2010)

Nota-se, na foto acima, a precariedade dessa “fonte de água”, geralmente perto de fossas construídas no fundo dos quintais, o que demonstra a impureza da água colhida pelos moradores.

Os restos de alimentos e dejetos variados são jogados em valas a céu aberto, o que deixa a população dessas ocupações a mercê de doenças e epidemias diversas. O lixo gerado pelos moradores da ocupação Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, por exemplo, tem que ser levado para a rodovia Augusto Meira Filho ou para a BR-316, que são as vias extremas da ocupação, pois o carro que coleta o lixo não entra na ocupação.

Da mesma forma, os moradores da ocupação Quatro de Agosto também encontram dificuldades para se desfazerem dos seus lixos domésticos, tendo que levá-los até as áreas mais movimentadas do distrito de Benfica para serem colhidos pelos caminhões da PMB. A outra opção que resta aos moradores de ambas às ocupações, em relação ao destino do lixo doméstico, é a queima do mesmo nos quintais das residências, que ocorre com muita frequência.

São dificuldades que poderiam ser amenizadas pela ação do governo municipal, mas o mesmo se mostra parcialmente omissivo em relação aos moradores dessas ocupações. Os serviços de saúde aplicados diretamente nas ocupações são

disponibilizados pela PMB, no entanto, segundo relatos do morador 3, da ocupação Quatro de Agosto, é um serviço muito mal aplicado:

Existe uma agente de saúde que faz visita aqui pra nós, mas ela só vem quando quer. Já faz mais de meses que não aparece por aqui; e nós temos muitas crianças com diarreia aqui na comunidade porque a água que nós consumimos é de poço e não tem tratamento. A PMB vira a cara pra nós que moramos no mesmo município (...) são muitas as mães que têm que acordar cedo para levar suas crianças doentes até o posto de saúde de Benfica que fica muito longe aqui da ocupação e, às vezes, ainda encontram o posto sem médicos de plantão. É realmente um descaso com a gente (Morador 3 da ocupação Quatro de Agosto)

A obrigatoriedade da PMB enquanto órgão gestor do município deveria consistir em levar a esses moradores todos os serviços necessários a uma boa qualidade de vida, mas a instituição esbarra numa situação que é comumente vivida por ambas as ocupações: a irregularidade fundiária. Essa irregularidade é tão determinante que afasta qualquer planejamento que possa vir a ser efetiva, seja por parte do governo municipal, seja do estadual. A justificativa para tal situação, segundo o Dr. Jonas Cabral, secretário de infra-estrutura de Benevides é a seguinte:

Nenhuma prefeitura, funcionando nas normalidades da Lei, iria concordar em ajudar, criar projetos para espaços de ocupação que não lhes garanta nenhuma segurança. O que acontece com as ocupações em Benevides é que elas não possuem nenhum caráter de legalidade, ao começar pela ação da ocupação, que foi feita em terrenos particulares e do governo do Estado. Sendo assim, nós (enquanto governo municipal) não nos responsabilizamos pelas mazelas vividas por essa população das ocupações, mas mesmo assim nós ainda fornecemos alguns serviços como, por exemplo, educação (com nossas escolas municipais) e saúde com a ação dos nossos funcionários dentro das comunidades. Para, além disso, não podemos nos arriscar, pois seria perda de verbas públicas, já que essas ocupações podem acabar a qualquer momento (Entrevista realizada em julho de 2010).

Percebe-se, nitidamente, no discurso do secretário de infra-estrutura, que a PMB não possui interesse algum em investir em ações básicas nas comunidades. O motivo ressaltado por eles (no caso, a não legalização dos terrenos) poderia ser ignorado e, até mesmo, encabeçado pela PMB rumo à luta que já vem sendo travada por esses moradores há mais de quatro anos. Mas a burocracia, que impossibilita a execução de algumas ações emergenciais, leva vantagem frente às necessidades desses moradores. A disponibilização de serviços de saúde e educação mencionados pelo secretário é obrigatório, independente do espaço ser ou não de ocupação. São direitos garantidos pela Constituição Federativa do Brasil:

EMENTA CONSTITUCIONAL Nº 26, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2000

CAP. II – DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 2º. Esta Ementa Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2000.

(BRASIL, 2000 apud SOUZA, 2010).

Nesse sentido, temos que atentar para uma produção sócio-política do espaço que contemple todas as suas imediações, incluindo os espaços de ocupações, os quais se encontram num caráter de negação, segundo consta nas pesquisas realizadas no presente trabalho. Esse espaço sócio-político pode ser mais igualitário se pensado de forma conjunta. Sobre tal espaço sócio-político, ponderaremos a seguir.

## 5. 6 – A PRODUÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO ESPAÇO NAS OCUPAÇÕES Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. DO CARMO E QUATRO DE AGOSTO

O espaço das trocas diferenciadas de hábitos e costumes está marcado nas referidas ocupações estudadas. Não raro encontramos uma produção espacial que obedece aos ditames dos que nelas habitam. O entrelaçar sócio-político dentro dessas ocupações está pautado em ritmos de solidariedade humana entre os vizinhos (doação ou troca de alimentos entre eles, jogos, festividades, mutirões em prol da limpeza de ruas ou quintais), de harmonia (conversas e trocas de experiências em suas residências), de discussões políticas, principalmente aquelas relacionadas à posse da terra que os mesmos estão ocupando.

São atos que constroem ou materializam no espaço um ambiente de sociabilidade interativa, em que não há, ainda, a idéia do isolamento dos vizinhos, característica dos espaços urbanos. Nestes espaços, cada vez mais as pessoas tendem a um isolamento, a uma falta de interação harmoniosa; fecham-se em seus muros e perdem o laço da sociabilidade.

Nas referidas ocupações, esse laço de sociabilidade está presente e evidencia um espaço construído de interações sócio-políticas. As discussões referentes às dificuldades financeiras dos moradores, às condições de moradia, de saneamento, de educação etc., são expostas para as comunidades a partir de reuniões, nas quais os líderes comunitários orientam esses moradores quanto à melhor condução dessas dificuldades ou eliminação das mesmas.

Muitas são as carências presentes nessas ocupações. As pessoas necessitam da solidariedade entre os vizinhos, pois, sem ela, muitos passariam por situações bem piores. As festividades realizadas dentro das comunidades ajudam na arrecadação de dinheiro para investir na organização política (regularização dos CNPJ's, principalmente) das mesmas; e na compra e distribuição de roupas aos mais necessitados e de brinquedos para as suas crianças mais carentes<sup>12</sup>. Os jogos e bingos ali realizados possuem um objetivo semelhante, qual seja o de trazer aos que moram nessas

---

<sup>12</sup> A comunidade Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo faz distribuição de brinquedos para as crianças aniversariantes do mês.

ocupações melhorias no plano material, mais imediatamente, e no campo político, mediante a legalização das associações de bairros.

Segundo Lefebvre (2008), os espaços mais centrais, mais urbanos, são aptos a apresentarem realidades mais informes, muitas vezes conhecidas como periferias, cortiços, favelas, ocupações etc. Nesse sentido, a articulação desses espaços informes com o centro é forte, pois este se torna uma ferramenta de suporte para as ocupações, por exemplo, uma base de sustento político (as assembléias na Câmara de Vereadores, as conversas com os representantes do poder municipal, estadual) e material (utilização de bancos, supermercados, correios, lotéricas, lojas variadas, escolas, hospitais etc.

As ocupações Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de agosto se utilizam desses suportes proporcionados pelos espaços mais centrais, a saber: a sede municipal de Benevides e a própria capital do Estado (Belém), pois são importantes junto à articulação política que se desenvolve dentro das ocupações, entre os moradores, e também fora delas, mediante a aquisição de informações que possam trazer regularização fundiária aos assentados.

Os valores culturais são trabalhados dentro das ocupações, posto que muitos são os moradores que trabalham com artesanato, com pinturas, com danças. Entretanto, não são cooperados, trabalham isoladamente confeccionando seus produtos, ministrando suas aulas, realizando suas pinturas por conta própria.

Os espaços mais centrais geram, muitas vezes, espaços periféricos, informes (periferias, subúrbios, cortiços, favelas, etc.) e nestes existem “diversas espécies de discursos, interpretações, ideologias e valores culturais, artísticos, etc.” (LEFEBVRE, 2008, p. 49). São esses discursos que animam e constroem realidades materiais e imateriais diversificadas, que dão vida aos espaços de ocupação, nos quais as inúmeras criatividades são desenvolvidas em razão das extremas necessidades.

Nesse bojo, o espaço geográfico vai se construindo. E, nesse processo de construção, ele é sempre fiel àqueles que o constroem. Os conteúdos sociais são os grandes “arquitetos” desse espaço. A moldura é dada por tais conteúdos. É por isso que a articulação política precisa sempre existir, pois, sem ela, não há como moldar um espaço tendendo à igualdade, mas sim à construção de um espaço desigual (LEFEBVRE, 2008).

O que materializa a vida no espaço geográfico são as criatividades presentes nas pessoas que lhes dão sentido. São inúmeras as características que denunciam essa

animação, desde as mais sensíveis, no campo do palpável, até as mais abstratas, que fazem parte apenas da imaterialidade das idéias.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Água de beber, bica no quintal, sede de viver tudo;  
E o esquecer era tão normal que o tempo parava;*

*Ia meninada, respirava o vento até vir à noite e os  
velhos falavam;  
Coisas dessa vida, eu era criança, hoje é você e no  
amanhã nós;*

*Água de beber, bica no quintal, sede de viver tudo;  
E o esquecer era tão normal que o tempo parava;*

*Tinha sabiá, tinha laranjeira, tinha manga rosa,  
tinha o sol da manhã;  
E na despedida tios na varanda, Geep na estrada e o  
coração lá.  
Tios na varanda, Geep na estrada e o coração lá.*

*Milton Nascimento.*

*Espaço é curto quase um curral, na mochila  
amassada uma vidinha abada;*

*Meu troco é pouco é quase nada, meu troco é pouco  
é quase nada;*

*Não se anda por onde gosta, mas por aqui não tem  
jeito todo mundo se gosta;*

*Ela some, ela num ralo de gente, ela é linda, mas  
não tem nome é comum e é normal;*

*Sou mais um no Brasil da Central, na minhoca de  
metal que entorta as ruas, na minhoca de metal que  
entorta as ruas;*

*Como um Concorde apressado cheio de força, voa  
mais pesado que um avião, o avião do trabalhador.*

*O Rappa*

A percepção posta em prática pelo presente trabalho pôde nos revelar realidades distintas e, ao mesmo tempo, semelhantes, presentes nas duas ocupações aqui analisadas. O modo de vida rural e urbano é evidenciado numa situação de extrema interface dentro dessas ocupações, visto que, conforme nos afirma REIS (2006), ocorrem dependente e simultaneamente.

Na cotidianidade das pessoas que habitam tais ocupações, é notória a percepção dos dois conteúdos sócio-espaciais (rural e urbano). Nitidamente, nessas ocupações, a interface é o que define a configuração sócio-espacial. É instigante quando nos lançamos em realidades que, *a priori*, parecem nos mostrar apenas a superficialidade da paisagem, mas que, ao nos aprofundarmos nessas realidades, notamos que elas possuem semelhanças e diferenças. Assim é a situação das comunidades Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> do Carmo e Quatro de Agosto. Duas realidades que se parecem e ao mesmo tempo se distanciam num jogo dialético evidente.

A produção do espaço nas referidas ocupações segue dinâmicas que estão ligadas ao movimento migratório vindo da RMB, principalmente a partir do ano 2000, com as evidências de novos espaços de ocupações que esgarçaram o tecido urbano e rural de Benevides, trazendo, ao mesmo tempo, diferentes hábitos e costumes vindos de variados lugares. Essa situação também trouxe uma riqueza social muito diversa, quando analisada no sentido da interação, na medida em que, segundo Santos (1999), a produção do espaço necessita de um conteúdo social em movimento para dar sentido às formas.

O modo de vida urbano e rural que está presente nas duas realidades analisadas se define pela interface. De fato não há como defini-lo literalmente, mas há como apontar elementos que reportam a características ora urbanas ora rurais. Essa é uma dinâmica que nos impulsiona, enquanto pesquisadores, à análise da temática em questão de forma mais ampla, pois a realidade empírica fala por si só, para além de muitas evidências teóricas. De fato, nesse caso, a aparência suprime a essência. E temos de ser cuidadosos ao lançarmos alguma definição concreta sobre tal aparência, pois ela pode ser falsa. Segundo Bagli (2006), a essência é encoberta pela aparência e suprime a real classificação que poderíamos fazer sobre tal realidade.

O que define (ou se aproxima da definição de) o modo de vida rural e urbano nas ocupações estudadas são justamente nuances que guardam características de ambos os conteúdos sócio-espaciais. O exemplo das inúmeras plantações, criações, igarapés, áreas verdes existentes em ambas as ocupações; assim como, das atividades de

comércio, do trabalho realizado na construção civil, nos cargos públicos, das articulações políticas etc., constituem evidências que apontam para espaços sem definições separadas e fechadas, mas sim a existência de uma interface entre o rural e o urbano.

O esforço na contextualização do surgimento das referidas ocupações em Benevides, assim como na transcrição dos anseios daqueles que habitam todos os dias esses espaços cheios de belezas naturais e, ao mesmo tempo, tão abandonados pelo poder público, é um dos pontos mais importantes do presente trabalho. Frisar a criatividade das pessoas também é um ponto importante a ser levado em consideração, visto que, nessa trama maior da sobrevivência, do sufoco do dia-a-dia, esses moradores dão tudo de si para manterem pelo menos suas famílias alimentadas.

A relevância em se efetuar tal pesquisa está justamente na não existência de estudos relacionados às ocupações em Benevides; e mais precisamente, a uma definição ou análise dentro da realidade das mesmas do que seja o rural e o urbano. Não existem estudos em Benevides que mostrem essa realidade aos que procurem por tais informações.

Nesse sentido, o esforço empreendido no presente trabalho busca justamente contribuir nessa direção, tentando mostrar um pouco dessa realidade das ocupações de Benevides, mais especificamente de duas (Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e Quatro de Agosto), evidenciando ou tentando apresentar os conteúdos sócio-espaciais existentes nas mesmas, os quais envolvem realidades urbanas e rurais.

A discussão do referido tema em Benevides torna-se inédito visto que inexistem estudos que façam uma discussão maior sobre o rural e o urbano em Benevides e, mais ainda, dentro da realidade das ocupações, que são muitas nesse município. É justamente por este ponto fundamental que o esforço lançado na presente pesquisa se apresenta como relevante, não só para estudos de nível médio ou superior, mas contribui também no que se refere à aplicação de políticas públicas pelo governo municipal, visto que as informações aqui contidas todas possuem uma consistência teórica e prática bem elaboradas e com fontes seguras.

A baixa qualidade sócio-econômica, as dificuldades com a falta de saneamento, de infra-estrutura representam um empecilho real na vida desses que são envolvidos por hábitos ora urbanos ora rurais. Hábitos esses que precisam ser mesclados na urgência da sobrevivência. O ato de plantar mandioca no terreno pode assegurar o

alimento do dia-a-dia, mas é também numa diária de pedreiro que o agricultor pode “mudar” a sua função e ganhar alguma renda.

Nenhuma definição cabe, de imediato, ao urbano e ao rural nessas ocupações, pois aqueles que se transformam (que realizam diversos “bicos”) a todo o momento e habitam tais ocupações precisam “mudar” para sobreviverem na “selva” social capitalista que os envolve constantemente. Uma “selva” que não escolhe quem irá participar com maior ou menor importância, mas envolve a todos sem distinção, pois todos precisam adquirir algo para sobreviver.

Nas ocupações analisadas, o esforço no sentido da articulação política é uma realidade. No entanto, mesmo com toda a articulação existente, ainda há uma barreira maior a ser enfrentada: a falta de vontade política do poder público municipal. Esse é o maior obstáculo junto a essas ocupações, posto que se articula no campo da burocracia, da falta de vontade, dos desacordos, da falta de diálogos.

Sempre será assim? Acreditamos estar vendo, na força de vontade política desses moradores, que as necessidades comuns podem gerar atos benéficos, tais como os mutirões que limpam as ruas, que retiram os matos, que expulsam animais peçonhentos. Ações como as festas para as crianças aniversariantes do mês, atitudes que trazem alegrias aos pequeninos que sequer sonhavam em ganhar algo. Nos festivais realizados dentro das ocupações em prol da arrecadação de dinheiro para regularizar o CNPJ das associações.

Esses são atos positivos que podem gerar outros maiores, pois é no esforço interno que os ideais se organizam e se amarram. É a partir da união em casa que as voltas lá fora são mais seguras, mais encorajadoras. São as palavras de um pai e de uma mãe que dão forças aos filhos na hora de se lançarem ao mundo.

O espaço sócio-político produzido nessas ocupações é o que se constrói nas articulações políticas, primeiramente aquelas que dizem respeito à comunidade, depois as de interesses mais amplos, mas ainda incluindo o foco principal, que é o bem da comunidade.

As migrações que trouxeram e trazem tantas pessoas para essas ocupações são redes que norteiam a produção contínua desses espaços de (sobre)vivência. Não se pode negar a força presente nessas redes, articulações que movimentam esperanças e anseios vindos das mais diferentes pessoas, que, por sua vez, advêm dos mais diferentes lugares. O movimento de deslocamento desses sujeitos configura, por si só, uma grande

articulação política com vista a objetivos maiores, quais sejam: o de proporcionar a quem não tem uma oportunidade de possuir espaço de moradia digna.

Não se pode negar a força existente nas mãos e atitudes desses moradores, pois é nos olhos de quem os visita que está a comprovação do que está sendo analisado. Esses habitantes são articuladores de inúmeras ações sócio-políticas que os submetem a diversas realidades, funções múltiplas, que os fazem, muitas vezes, abdicar de suas raízes camponesas para se tornarem vendedores, assim como renunciar suas raízes de trabalhadores da construção civil para se tornarem criadores e agricultores (SANTOS, 1999).

Com vistas a um mergulho na intencionalidade do poder público junto a tais ocupações, fora descoberta uma grande falta de vontade, que em muito torna a esperança desses moradores abalada, pois infelizmente as decisões maiores ainda são tomadas por instâncias superiores arbitrárias, sem a participação popular. No entanto, nada os impede de continuar lutando e procurando se afirmar espacial e politicamente (mais do que já estão), seja num substrato urbano seja num rural, ou melhor, seja na mescla ou indefinição desses conteúdos sócio-espaciais presentes nas ocupações estudadas.

Os resultados obtidos com base na presente pesquisa são fundamentos para uma posterior análise, mais aprofundada, de outras realidades também presentes numa configuração rural/urbana existentes em Benevides. Além das ocupações, existem, no município, assentamentos agrícolas que se encontram em situação de irregularidade fundiária, mas que já apresentam inúmeras culturas produzidas pelos seus assentados.

A realidade empírica de Benevides é um laboratório rico para diversos estudos. O presente procurou contribuir junto à identificação de uma dinâmica que vem crescendo no município, qual seja a das ocupações. Os resultados desta pesquisa consistem em portas para outros estudos dentro desse e de outros temas a serem explorados neste município.

## 7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **IPEA**, nº 702, 2000.

ALONSO; CASTRO. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In.: CARDOSO, A. C. D. (org.) **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In.: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In.: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BEGOT, C. **Álbum histórico terra da liberdade**. Prefeitura Municipal de Benevides (PMB), 1984.

CASTRO, E. Dinâmicas sociais e territoriais das pequenas e médias cidades na Amazônia. In: CARDOSO, A. C. D. (org.) **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.

CARDOSO, A. C. D; LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, A. C. D. (org.) **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_\_, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, nº 3, p. 39-68, jul./set.1987.

\_\_\_\_\_, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CRUZ, E. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: SPVEA, 1955.

DELEUZE; GUATARRI. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GOTTMANN, J. **The significance of territory.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GUERRA, G. A. D. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. In.: CARDOSO, A. C. D. (org.) **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva.** Belém: EDUFPA, 2006.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Belém, 2007.

LANDIM, P. da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: as cidades de interior paulista.** Cap. 1. A cidade e sua paisagem: determinantes estruturais locais e globais. São Paulo: UNESP, 2004

LABLACHE, P. V de. **Princípios de geografia humana.** Lisboa: Cosmos, 1946.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_, H. **Espacio y política: El derecho a La ciudad II.** Barcelona: Península, 1976. [1972].

\_\_\_\_\_, H. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado, homem, natureza.** Belém: CEJUP, 1992.

MIRANDA, R. R. **Interfaces do rural e do urbano em áreas de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa).** Belém: 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.

MOREIRA, R. J. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Revista Estudos: sociedade e agricultura.** Nº 20 (abril). Rio de Janeiro: 2003

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In.: VELHO, G. O (org). **O fenômeno urbano.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, , 1979.

PEREIRA, J. C. M. A urbanização na Amazônia e o papel da cidades médias na rede urbana regional. In.: CARDOSO, A. C. D. (org.) **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva.** Belém: EDUFPA, 2006.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES (PMB).** Documentos oficiais, 2007

REIS, D. S. dos. **O rural e o urbano no Brasil.** Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP: Caxambú – MG, 2006.

SÁ, M. E. R.; COSTA, S. M. G; TAVARES, L. P. O. O rural e o urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A. C. D. (org.) **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. EDUSP. São Paulo, 1999.

SANTOS, T. V. dos. **Fronteiras de Papel: uma análise da perspectiva metropolitana em planos diretores da Região Metropolitana de Belém**. Belém: 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.

SANTIAGO, T. P.; OLIVEIRA, Z. M. **O desenvolvimento do município de Benevides na década de 1960 até os dias atuais**. Monografia de especilaização. Curso de Pós-graduação EME ensino de história do Brasil – LATO SENSU. Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Belém, 2005.

**SEINF - SECRETARIA de INFRA-ESTRUTURA e SERVIÇOS URBANO**. Benevides, 2007.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In.: VELHO, G. O (org). **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 4ª Ed., 1979.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 6ª ed. São Paulo: Brasilienses, 1979.

SOUZA, L. A. de. **Paisagem urbana e qualidade de vida no município de Benevides – PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/UFPA. Belém, 2007.89f.

SPENGLER, O. **Der untergang des abendlandes**, IV. Munique, 1922

TRINDADE JR. S. C. da. **A cidade dispeza: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. São Paulo: 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. S. C; **Reestruturação Metropolitana e Partilhas Territoriais: a configuração de novas territorialidades na área de expansão urbana de Belém**. Belém, 2002.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**. Campinas: autores associados, 2002.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In VELHO, Otávio (org.), **O Fenômeno Urbano**. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1979.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das letras, 1989

# APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO 1 - Roteiro de entrevista a ser realizada com os chefes de famílias das ocupações pesquisadas

Nome completo:

Endereço:

Escolaridade:

Idade:

Sexo:

- 1) O (A) senhor(a) mora há quanto tempo na área de ocupação?
- 2) Qual o município, Estado ou bairro em que você morava antes da ocupação?
- 3) Como era a forma de viver no local onde antes você morava?
- 4) A qualidade de vida no lugar onde você morava era boa ou não? Por quê?
- 5) Como se dão as relações, a cooperação e o contato entre os próprios moradores da área de ocupação?
- 6) Os moradores se reúnem para outros tipos de atividades além da prática do trabalho? Quais?
- 7) Como é a infra-estrutura da área de ocupação?
- 8) Quais práticas existem na área de ocupação que lembram o modo de vida rural?
- 9) Quais práticas existem na área de ocupação que lembram o modo de vida urbano?
- 10) O que você costuma fazer para se descontrair na área de ocupação?
- 11) O(A) senhor(a) trabalha? Se sim, o que faz?
- 12) O(A) senhor(a) possui filhos? Se sim, quantos?
- 13) Qual o tipo de material da sua casa?
- 14) A casa que o senhor mora possui quintal? Se sim, possui alguma plantação nele? Essa plantação é comercializada ou é utilizada para consumo próprio?
- 15) O(A) senhor(a) está satisfeito com a casa que mora?
- 16) O(A) senhor(a) quando fica doente geralmente utiliza remédios caseiros ou compra nas farmácias?
- 17) O senhor possui o costume de conversar com os amigos ou vizinhos em frente a sua residência?
- 18) O senhor se considera uma pessoa caseira ou sai para se divertir? Se fica em casa o que geralmente faz? Se sai onde costuma ir?
- 19) O senhor ou seus filhos(as) costumam ir às praças existentes em Benevides? Se sim, com que frequência?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO 2 - Roteiro de entrevistas com os líderes comunitários das ocupações pesquisadas

Nome completo:

Endereço:

Escolaridade:

Idade:

Sexo:

- 1) Há quanto tempo o(a) senhor(a) é líder comunitário(a) dessa área de ocupação?
- 2) O que o(a) motivou a ser líder comunitário(a) dessa área de ocupação?
- 3) O(A) senhor(a) encontra dificuldades junto ao poder público municipal? Se sim, quais?
- 4) A área de ocupação a qual o(a) senhor(a) é líder comunitário(a) possui regularização? Se não o que falta para que seja efetivada?
- 5) Que tipo de esforços vêm sendo feito pela comunidade junto a efetivação dessa área de ocupação?
- 6) A área de ocupação a qual o(a) senhor(a) é líder comunitário(a) pertence ou pertencia a algum órgão ou empresa? Se sim, qual?
- 7) De que forma foi conduzida a ocupação dessa área?
- 8) Que funções o senhor(a) desempenha junto ao bem-estar da comunidade dessa área de ocupação?
- 9) Existe algum tipo de planejamento ou estratégia realizada pela própria comunidade junto a melhoria da sua qualidade de vida? Se sim, qual?
- 10) Existe algum tipo de assistência da prefeitura municipal de Benevides junto a esta área de ocupação?
- 11) Como funciona a aquisição de terrenos junto a essa área de ocupação?
- 12) Existe associação jurídica nessa área de ocupação. Se sim, qual o nome e a quanto tempo existe?
- 13) Existe algum tipo de controle, ou cadastro em relação ao número de famílias ou de habitantes existentes nessa área de ocupação? Se sim, como é feito?
- 14) A área de ocupação a qual o(a) senhor(a) é líder comunitário é de caráter urbano ou rural? Quais os características levadas em consideração por vocês ao atribuir tais definições?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO 4 - Roteiro de entrevista com o secretário de infra-estrutura de Benevides

Nome:

Gestão:

- 1) A Secretaria Municipal de Infra-Estrutura (SEINF) possui algum projeto para as áreas de ocupação de Benevides?
- 2) A SEINF possui registros recentes do número de ocupações existentes no município de Benevides?
- 3) Existem critérios para que a SEINF possa atuar junto às áreas de ocupação no município de Benevides? Se sim, quais?
- 4) Existem riscos para a SEINF ao atuar numa área de ocupação? Se sim, quais?
- 5) Quais são os critérios utilizados pela SEINF ao definir uma área como urbana ou rural em Benevides?
- 6) Existem critérios para que uma área de ocupação venha a se tornar um bairro? Se sim, quais?
- 7) Existem critérios para que os moradores das áreas de ocupação possam solicitar os serviços oferecidos pela SEINF? Se sim, quais?
- 8) Qual a posição da SEINF em relação a iniciativa dos moradores das áreas de ocupação sobre a criação, por conta própria, de algumas infra-estruturas?
- 9) As associações de moradores registradas em cartório existentes nas áreas de ocupação possuem direito a serviços junto a SEINF? Se sim, quais? Se não, por quê?
- 10) A SEINF pode oferecer algum tipo de serviço a uma área de ocupação sem regularização fundiária? Se sim, qual?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Roteiro 1 - entrevista semi-estruturada com os chefes de família das ocupações no município de Benevides/PA.

- 1) De qual Estado ou Município você veio?
- 2) Por que saiu do seu local de origem?
- 3) Que atividades praticava no local onde morava?
- 4) O que o (a) motivou a migrar para as áreas de ocupação em Benevides?
- 5) Quais atividades desempenha para auferir alguma renda?
- 6) Há quanto tempo está morando nas áreas de ocupação?
- 7) Quais são as suas perspectivas nas áreas de ocupação?
- 8) Qual o tipo de habitação que você possui?
- 9) Qual a sua relação com as áreas rurais do município?
- 10) Qual a sua relação com as áreas urbanas do município?
- 11) Você possui em sua residência algum tipo de atividade agrícola que seja complemento de sua alimentação diária?
- 12) Há quanto tempo existe a área na qual você está morando?
- 13) Quantas pessoas moram com você?
- 14) Qual a relação que você possui com a BR-316?
- 15) Qual a sua idade?
- 16) Qual a sua escolaridade?
- 17) De quanto é a sua renda mensal?
- 18) Como você conseguiu o seu terreno?
- 19) Você possui filho (s), quantos?